

ÍNDICE

6.4.1 -	Caracterização da População	1/98
6.4.1.1 -	Histórico de Ocupação	4/98
6.4.1.2 -	Caracterização Demográfica.....	21/98
6.4.1.2.1 -	Taxa de Crescimento Populacional	21/98
6.4.1.2.2 -	População por Sexo e Idade	24/98
6.4.1.2.3 -	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).....	29/98
6.4.1.2.4 -	Polos Regionais e Hierarquia das Cidades	34/98
6.4.1.2.5 -	Distribuição Geográfica da População	68/98
6.4.1.2.6 -	Contingente Populacional na AID e Faixa de Servidão.....	73/98
6.4.1.2.7 -	Densidade Populacional na AID e Faixa de Servidão.....	83/98
6.4.1.2.8 -	Fluxos Migratórios na All.....	95/98

ANEXOS

Anexo 6.4.1-1	População Residente por Unidade de Referência - 2010
Anexo 6.4.1-2	População por Sexo Segundo Unidade de Referência - 2010
Anexo 6.4.1-3	População por Idade Segundo Unidade de Referência – 2010
Anexo 6.4.1-4	Taxa de Crescimento Populacional por Unidade de Referência - 2010
Anexo 6.4.1-5	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por Unidade de Referência - 1991, 2000 e 2010
Anexo 6.4.1-6	Destinos dos Transportes Coletivos
Anexo 6.4.1-7	Destino da Produção Agropecuária
Anexo 6.4.1-8	Origem dos Insumos para a Produção Agropecuária
Anexo 6.4.1-9	Deslocamento dos Temas Saúde e Compras
Anexo 6.4.1-10	Área e Densidade Demográfica por Unidade de Referência - 2010
Anexo 6.4.1-11	Domicílios em Situação Urbana - 2010
Anexo 6.4.1-12	População por Naturalidade e Nacionalidade Segundo Unidade de Referência - 2010
Anexo 6.4.1-13	População Residente por Local de Nascimento Segundo Unidade de Referência – 2000

Legendas

Quadro 6.4.1-1 - Relação das Mesorregiões e Municípios de Análise.	3/98
Figura 6.4.1-1 - Taxas de Crescimento Populacional - Brasil e All.....	21/98
Figura 6.4.1-2 - Taxas de Crescimento Populacional nas UFs Analisadas.....	22/98
Quadro 6.4.1-2 - População por Sexo nas All Mesorregionais - 2010.	24/98
Figura 6.4.1-3 - Distribuição Etária - All Mesorregionais – Bahia.	25/98
Figura 6.4.1-4 - Distribuição Etária - All Mesorregionais – Maranhão.	26/98
Figura 6.4.1-5 - Distribuição Etária - All Mesorregionais – Piauí.	27/98
Figura 6.4.1-6 - Distribuição Etária - All Mesorregionais – Tocantins.....	28/98
Quadro 6.4.1-3 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por Unidade de Referência (média dos IDH dos Municípios das All) - 1991, 2000 e 2010.	31/98
Quadro 6.4.1-4 - Centros de Zona na All.	36/98
Quadro 6.4.1-5 - Centros Locais na All.	36/98
Quadro 6.4.1-6 - Rede Urbana na All.....	38/98
Figura 6.4.1-7 - Hierarquia Urbana Regional na All.	39/98
Figura 6.4.1-8 - Salvador - Hierarquia Urbana – 2007.	48/98
Figura 6.4.1-9 - Fortaleza - Hierarquia Urbana – 2007.....	49/98
Figura 6.4.1-10 - Brasília - Hierarquia Urbana – 2007.....	50/98
Figura 6.4.1-11 - Goiânia - Hierarquia Urbana – 2007.....	51/98
Quadro 6.4.1-7 - Polos Regionais.....	53/98
Quadro 6.4.1-8 - População dos Polos Regionais – 2010.....	54/98

Quadro 6.4.1-9 - População por Condição de Ocupação – 2010.....	55/98
Quadro 6.4.1-10 - População Economicamente Ativa Desocupada por Nível de Instrução – 2010.	57/98
Quadro 6.4.1-11 - Principais Atividades Econômicas nos Polos Regionais.	59/98
Quadro 6.4.1-12 - PIB por Setores.....	63/98
Quadro 6.4.1-13 - Infraestrutura de Saúde nos Polos Regionais.	64/98
Quadro 6.4.1-14 - Profissionais de Saúde por mil Habitantes.	65/98
Quadro 6.4.1-15 - Coeficiente de Mortalidade por Acidentes de Transportes e Agressões.	66/98
Quadro 6.4.1-16 - Localização dos Canteiros e Polos Regionais.....	67/98
Figura 6.4.1-12 - População da All por All Mesorregional.....	69/98
Figura 6.4.1-13 - Densidade Populacional por Unidade de Referência.	70/98
Figura 6.4.1-14 - Domicílios em Situação Rural e Urbana - 2010.	72/98
Quadro 6.4.1-17 - Evolução dos Domicílios em Situação Urbana por All Mesorregional.	72/98
Quadro 6.4.1-18 – População na AID dos Trechos A1, A2 e A3 do Empreendimento.....	74/98
Quadro 6.4.1-19 – População na AID dos Trechos A4 do Empreendimento.	76/98
Quadro 6.4.1-20 – População na AID dos Trechos A5 do Empreendimento	77/98
Quadro 6.4.1-21 – População na AID dos Trechos A6 do Empreendimento.	80/98
Quadro 6.4.1-22 - Densidade Demográfica na AID.	86/98
Quadro 6.4.1-23 - População por Naturalidade e Nacionalidade.	96/98
Quadro 6.4.1-24 - População Residente por Local de Nascimento Segundo Unidade de Referência.	97/98

6.4.1 - Caracterização da População

Este item apresenta a caracterização da população dos 47 municípios da Área de Influência Indireta (All) da LT 500 kV Miracema-Sapeaçu e Subestações Associadas, buscando traçar um perfil demográfico da região. Os municípios analisados se estendem pelos estados de Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia e compõem 09 (nove) mesorregiões.

A primeira seção trata do histórico de ocupação da área de estudo, com destaque para os processos de povoamento dos 04 (quatro) estados que integram a All, abordando as áreas de interesse específico do Sul Maranhense, Sudoeste do Piauí, Extremo Oeste Baiano, Médio São Francisco e Recôncavo Baiano.

Na seguinte é caracterizada a população dos municípios da All a partir de sua composição e taxa de crescimento ou diminuição populacional. Essas informações são apresentadas em séries históricas tomando como referência os dados da contagem populacional de 1991 e os Censos Demográficos de 1970, 1980, 2000 e 2010. Ainda nesta seção é analisada a distribuição da população por sexo e faixa etária permitindo aprofundar o entendimento do perfil demográfico.

Em seguida, é apresentado e analisado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos 47 municípios atravessados pela LT 500 kV Miracema – Sapeaçu e Subestações Associadas.

A terceira seção analisa os polos regionais e a hierarquia urbana na All. Além da análise da hierarquização urbana na All são identificadas e caracterizadas as cidades que exercem influência econômica e social na região de abrangência do empreendimento, atendendo à definição de All do Termo de Referência (TR) deste estudo. Esta caracterização do perfil socioeconômico daqueles municípios que, embora não sejam atravessados pelo empreendimento, participam de forma significativa das dinâmicas de circulação de pessoas e mercadorias na All, permite compreender a influência do empreendimento na escala regional.

Os temas relacionados à distribuição geográfica da população da All, especificando a densidade demográfica e o grau de urbanização a partir da situação rural ou urbana dos domicílios, são tratados na quarta seção. Para observar possíveis mudanças de orientação, tais números serão apresentados em uma série histórica, com dados de 1991, 2000 e 2010.

Passando à análise das dinâmicas populacionais da AID, a seção seguinte apresenta o contingente populacional estimado na AID, levando em consideração a faixa de servidão.

Ainda no contexto de análise da AID, a seção seguinte apresenta a densidade demográfica nas áreas circunvizinhas ao empreendimento, considerando a existência de núcleos de ocupação na AID, bem como sua relação com as restrições de uso na faixa de servidão.

Para a análise dos fluxos migratórios na All, as informações do Censo 2010 foram complementadas por dados coletados na campanha de campo realizada nos meses de maio e junho de 2013.

O atendimento ao parágrafo 109 do TR, analisando os efeitos cumulativos do impacto do empreendimento em tela por paralelismo com LTs existentes, foi redirecionado para o **item 6.4.2.8 - Uso e Ocupação do Solo**. Considerou-se mais pertinente abordar este item por estar diretamente relacionado a uma análise dos usos do solo e das formas de ocupação do território nas áreas onde ocorre o paralelismo.

Como forma de facilitar a apresentação e consulta das informações ao longo deste relatório, os dados e informações sobre os municípios da All foram agrupados por mesorregião, conforme apresentado no **Quadro 6.4.1-1**. Foram utilizados códigos alfanuméricos para mesorregiões de referência, conforme apresentado no referido quadro, para a apresentação dos dados de cada grupo nos gráficos.

Utilizou-se os mesmos nomes das Mesorregiões do IBGE para identificação das subdivisões da All da LT 500 kV Miracema - Sapeaçu e Subestações Associadas, de modo que os dados apresentados ao longo do estudo com a denominação de 'All Mesorregional' se refira somente ao grupo de municípios dessa mesorregião que integra a área de influência do empreendimento.

Quadro 6.4.1-1 - Relação das Mesorregiões e Municípios de Análise.

G1	All Metropolitana de Salvador - BA	
	Castro Alves	Sapeaçu
G2	All Centro Norte Baiano - BA	
	Santa Teresinha	Itatim
G3	All Centro Sul Baiano - BA	
	Igaporã	Maracás
	Riacho de Santana	Marcionílio Souza
	Caetité	Milagres
	Ibicoara	Nova Itarana
	Jussiape	Planaltino
	Rio de Contas	Brejões
	Livramento de Nossa Senhora	Irajuba
G4	All Vale São-Franciscano da Bahia - BA	
	Sítio do Mato	Bom Jesus da Lapa
G5	All Extremo Oeste Baiano - BA	
	Catolândia	Santa Rita de Cássia
	Riachão das Neves	Angical
	Baianópolis	Serra Dourada
	Barreiras	Tabocas do Brejo Velho
G6	All Sul Maranhense - MA	
	Alto Parnaíba	Balsas
G7	All Sudoeste Piauiense - PI	
	Corrente	Riacho Frio
	Cristalândia do Piauí	Santa Filomena
	Gilbués	Sebastião Barros
G8	All Oriental do Tocantins - TO	
	Centenário	Pedro Afonso
	Lizarda	
G9	All Ocidental do Tocantins - TO	
	Miracema do Tocantins	Rio dos Bois
	Miranorte	

6.4.1.1 - Histórico de Ocupação

A ocupação territorial e a formação socioeconômica da área de estudo se deram de forma desigual entre as diversas regiões que compõem a All, diferenciando-se em razão dos ciclos de exploração econômica e interesses de povoamento do território brasileiro desde os tempos da colônia. Em comum, é possível citar a inserção de boa parte da região na dinâmica agroexportadora atual, alicerçada na produção e comercialização de gado e soja, desde a década de 1970, por meio de incentivos governamentais e empreitadas particulares (SALES e SALES, s/d).

Os 04 (quatro) estados interceptados pelo empreendimento, Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia, foram inseridos nas dinâmicas econômicas e territoriais do país em contextos e momentos históricos distintos, cumprindo diferentes funções dentro do processo de ocupação do território brasileiro.

A análise do histórico de ocupação dessas terras está dividida por estado e dentro de cada um são ressaltadas as áreas mais pertinentes para o presente estudo em relação à maneira como se deu o processo de povoamento e estruturação social e econômica do espaço.

Tocantins

Criado em 1988, pela Assembleia Nacional Constituinte, o Tocantins é o mais novo dos estados do Brasil. Localiza-se na região Norte, exatamente no meio geográfico do país, condição que lhe possibilita fazer limites com estados do Nordeste, Centro-Oeste e do próprio Norte. A bacia hidrográfica existente no estado é de forte importância para a integração nacional, tendo em vista sua localização estratégica (SILVA e MACIEL, s/d).

O estado, em grande parte, é dominado pelo bioma do Cerrado e, parcialmente, por florestas de transição. Neste estado situam-se os municípios da All de Centenário, Lizarda, Miracema do Tocantins, Miranorte, Pedro Afonso e Rio dos Bois, que integram a área das bacias dos rios Tocantins, Araguaia (que juntos formam a maior bacia hidrográfica inteiramente situada em território brasileiro), do Sono e das Balsas¹.

¹ http://www.portalbrasil.net/brasil_hidrografia.htm

O Tocantins foi marcado ao longo da história pelo vazio demográfico e pela dificuldade de se comunicar com as outras regiões, por mais que sua configuração espacial se concentre em uma área vantajosa, pois o território brasileiro, até meados do século XX, não estava totalmente integrado. Historicamente, as áreas litorâneas eram as que recebiam maior atenção do poder público. Segundo Vinhal (2009, p.51) *“somente com o fim da guerra entre portugueses e holandeses no século XVII, que se tem início do processo de interiorização do território brasileiro, intensificando a expansão da pecuária pelo sertão adentro”*.

O norte de Goiás, atual Tocantins, teve seu povoamento iniciado com o ciclo do ouro, no século XVIII, pelos bandeirantes paulistas que tinham como objetivo desbravar o território por meio de cursos dos rios. Com a descoberta do potencial aurífero da região, foram deslocados para a região muitos colonizadores, missionários e escravos. Porém, com a decadência dessa atividade no século XIX e o esvaziamento da região, houve uma preocupação por parte da Corte Portuguesa em prover o povoamento e a economia da região por meio da navegação dos rios Tocantins e Araguaia. Aliada a esta medida, foram criados presídios e colônias militares a fim de assegurar a defesa do território, que resultou em aldeamentos ao longo da bacia. Esses aldeamentos constituíram os núcleos que deram origem às cidades de Tocantínia (antiga Piabanha), Pedro Afonso e Araguacema (antiga Santa Maria do Araguaia). Até o final do século XIX, a bacia era usada para redistribuição dos produtos de Belém e do sertão, e a partir desse comércio foram criadas vilas às margens do rio, como Porto Imperial (atual Porto Nacional), Pedro Afonso, São Pedro Alcântara (Carolina/MA) e Boa Vista (Tocantinópolis).

Ademais, nos séculos XIX e XX a atividade pecuária na região do norte de Goiás influenciou o processo de ocupação do território, pois a presença de grandes fazendas impulsionou o surgimento de núcleos urbanos, como Araguatins, Lizarda, Ponte Alta do Bom Jesus, Silvanópolis, Taguatinga, Tocantinópolis e Nazaré.

Nas primeiras décadas do século XX, a ocupação econômica foi delineada pelo extrativismo mineral e vegetal no norte e no médio Tocantins: o babaçu, o cristal e o caucho. E, ao longo do século essas atividades também favoreceram a criação de novos povoados como: Pium, Cristalândia, Arapoema e Xambioá.

A configuração da localidade do Tocantins só iria mudar com a criação da rodovia Belém-Brasília, na década de 1950, que se tornou responsável pela facilidade de comunicação na região Norte e o surgimento de novas cidades, como Miranorte, Gurupi, Paraíso, Guaraí, Colinas e Araguaína. Durante esta década ocorreram várias mudanças neste território; tendo em vista que o presidente desta época, Juscelino Kubitschek desejava implementar no Brasil o modelo desenvolvimentista, ou seja, pretendia desenvolver políticas públicas que visassem a elevação da condição socioeconômica do país a partir da industrialização. O Plano de Metas instituído neste governo baseava-se em quatro grandes eixos econômicos que receberiam fortes incentivos: energia, transporte, alimentação e indústrias de base, que viabilizariam a integração dos estados, a redução da miséria por meio de novas oportunidades de emprego e, conseqüentemente, resultaria em uma melhoria na qualidade de vida.

Tendo como foco a integração do país e as rodovias como principal elo para compor este objetivo, o governo de Juscelino promoveu a construção de Brasília, tendo em vista torná-la a capital do Brasil e, com isso, incentivar a formação de estradas que permitiram ligar todas as regiões do país, e entre as mais importantes construídas foi a Belém-Brasília (BR-153) que levava do Planalto Central até Belém. Resultado dessa política foi o enfraquecimento da navegação e a intensificação de criação de novas estradas que cortassem o território brasileiro.

Desde então, e mais recentemente a partir do final do século XX, o Tocantins passou a ser foco de medidas de integração nacional e investimentos governamentais, sobretudo no agronegócio. Este cenário levou à realidade atual, em que o agronegócio se tornou a principal atividade econômica do estado, com destaque para o município de Pedro Afonso (RODRIGUES *et al.*, 2009). A ascensão do agronegócio, com investimentos nacionais e internacionais, está hoje integrada a um contexto de desenvolvimento infraestrutural que contempla o asfaltamento de rodovias, criação de hidrovias e ferrovias, as quais facilitam e barateiam os custos de escoamento da produção (SILVA e MACIEL, s/d).

Por outro lado, a realidade supracitada inclui o acirramento dos conflitos fundiários, uma vez que grandes produtores e empresas buscam cada vez mais territórios para produzir, principalmente cana de açúcar e soja. Além disso, de acordo com Rodrigues *et al.* (2009), contribui para pobreza urbana e exclusão social.

Maranhão

a. Sul Maranhense

A área dos municípios em análise pertence às microrregiões da Chapada das Mangabeiras, das Gerais de Balsas e da Mesorregião Sul Maranhense.

Os primeiros a chegarem ao território do estado do Maranhão foram os espanhóis, em 1500. No entanto, os que ocuparam foram os franceses, em 1612, dispostos a competir com os portugueses instalados na região nordeste pela área ocupada. Em 1621, foram criados os estados do Maranhão e Grão-Pará a fim de fortalecer a defesa da colônia, porém, estes estados tinham muita dificuldade em se comunicarem com a capital da metrópole, Salvador. Mesmo com a estratégia de defesa, a região maranhense foi invadida por holandeses que ocuparam uma ilha e a nomearam de São Luiz, em homenagem ao rei Luiz XIII. Porém, a permanência na área não foi prolongada, pois foram expulsos pelos portugueses poucos anos depois, em 1644.

Na primeira metade do século XVIII, teve início o que Miranda (2010) chama de "Projeto Territorial Pecuarista", quando criadores baianos chegam à região em busca de terras para transformar em pasto para o gado. Assim, o povoamento do Sul do Maranhão foi caracterizado pela fazenda de gado, dominando a ocupação da região.

A expansão da pecuária e do comércio de produtos bovinos incentivou o surgimento de rotas comerciais fluviais em rios como Mearim e Balsas, inclusive induzindo à formação de novos núcleos urbanos às margens destes rios (MIRANDA, 2010). Neste contexto, a Vila de Santo Antônio de Balsas se tornou importante entreposto comercial, sobretudo no início do século XX, mediante a navegação no rio Balsas, conectando diversas regiões.

No final do século XIX, diversas famílias do Nordeste migraram para o Sul do Maranhão, fugindo da seca, sendo que o principal destino era a cidade de Balsas e sua área de entorno, onde implementavam uma agricultura de subsistência. Estas famílias, segundo Miranda (2010), produziam arroz, feijão, milho e mandioca, além de pequenas criações. Algumas destas famílias se estabeleceram a uma grande distância do centro urbano de Balsas, dando início ao processo local de ocupação interior, com sua própria dinâmica socioeconômica, que envolvia agricultura, caça e pesca.

No início do século XX, ocorreu a migração de sírio-libaneses que fomentaram um comércio modesto e, posteriormente, se tornaram empreendedores, políticos e profissionais liberais. Já nas décadas de 1940 e 1960 houve um deslocamento de imigrantes cearenses em busca de melhores condições na vida agrária da região e se dedicaram basicamente à produção de arroz, contribuindo para o aumento desse cultivo.

Ferreira (2006) argumenta que o Sul Maranhense, na década de 1940, era composto por uma população dedicada à criação extensiva de gado e extrativismo vegetal. A região vivia uma precariedade de transportes, estagnação econômica e baixa densidade demográfica, o que levou o governo federal a implantar políticas territoriais precursoras, principalmente pelo Projeto Integrado de Colonização de Barra do Corda, contando com o impulso da construção da rodovia Belém - Brasília.

Na década de 1970, registrou-se um grande fluxo de migrantes da região sul para a área da "Chapada dos Gerais de Balsas", no extremo sul do município de Balsas, devido a políticas de valorização de terras e a incentivos de Superintendências, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Além dos incentivos, os próprios migrantes colaboraram para instalação de uma agricultura mecanizada, permitindo a criação de uma fronteira agrícola na região. Isso resultou na substituição da agricultura tradicional, baseada no cultivo de arroz e milho, pela lavoura de soja voltada para o mercado externo, atraindo diversas multinacionais para a região do sul do Maranhão, principalmente, para o município de Balsas.

A expansão da produção de soja começou na década de 1970 e sofreu uma maior intensificação na década seguinte no cerrado brasileiro. Um dos pontos levantados no contexto do avanço dessa atividade seria o esgotamento de terras no Sul do país, que em um primeiro momento foi a grande frente de produção de soja. Porém, sofreu com deslocamento de agricultores para o interior do Brasil em busca de novas áreas produtoras. Esse processo de interiorização da produção de soja também pode ser explicado pela concentração de terra na região Sul, resultando na migração dos pequenos agricultores para os cerrados do país.

Após os anos 1980 a corrente de migrantes sulistas, em sua maioria gaúchos, se estabeleceu no centro-oeste brasileiro, na área de cerrado, e chegou ao sul do

Maranhão devido o preço atrativo da terra, incentivo fiscal e políticas territoriais, como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), Programa Corredor de Exportação Norte, Polo Agroindustrial do Sul Maranhense, Companhia de Promoção Agrícola, etc. Assim como Mota (2007) reforça:

“É importante ressaltar que o preço baixo da terra, aliado à topografia plana da região, são entendidos como fundamentais nesse processo, porém, eles não são os únicos elementos que fizeram o Sul do estado do Maranhão emergir como uma fronteira econômica. Não obstante, são os principais elementos que correspondem pelas causas da migração de agricultores do centro-sul em direção a esta localidade” (MOTA, 2007, p.05).

Rocha e Mota (2012) apontam para a especificidade da região em virtude de integrar a Amazônia Legal e, portanto, ser contemplada em projetos de colonização e desenvolvimento econômico federais, típicos das décadas de 1960 a 1980. Assim, ainda de acordo com os autores supracitados, a ocupação do sul do Maranhão, na década de 1970, teve como foco o uso dos recursos disponíveis localmente, direcionando-os à exportação. Contando com investimentos governamentais, a expansão da fronteira agrícola local promoveu um reordenamento do território, exigindo extensas áreas para cultivo e uma logística de transporte para o escoamento da produção.

A modernização da agricultura no sul do Maranhão foi intensificada com a atração de multinacionais que compram e comercializam os grãos produzidos. A forte presença da atividade agrícola e de grandes empresas do setor reflete a reorganização da produção agrícola e do próprio território de municípios como Balsas. Uma vez que a produção alcança posição de destaque no mercado internacional, a demanda por uma grande safra aumenta e, portanto, grandes empresas e produtores intensificam a produção e a área utilizada para tal, com consequências na estrutura e disputa fundiária local. A ampliação da atividade foi tamanha, que os antigos produtos ofertados na região, como feijão, milho e outros, perderam território para o grande cultivo de soja.

Neste contexto, a mecanização da agricultura, com uso de máquinas e fertilizantes, além do uso de expressivos financiamentos, suplanta a pequena agricultura familiar. O agronegócio e sua expansão terminam por se expandir em detrimento dos pequenos produtores rurais, já que necessitam de grandes áreas e aproveitam o apoio

governamental, uma vez que a soja se transforma em produto fundamental no mercado exportador brasileiro (ROCHA e MOTA, 2012).

Piauí

Os primeiros habitantes do estado do Piauí foram os índios Tremembés que sofreram com as expedições europeias que tinham como objetivo explorar os recursos naturais locais, lançando mão da escravização de indígenas.

O segundo momento do processo de ocupação ocorreu na segunda metade do século XVII, com o deslocamento de paulistas, baianos e pernambucanos, que foram os primeiros desbravadores do sertão nordestino. Durante o período de colonização do território brasileiro, a área que hoje compreende o Piauí foi ocupada diante da necessidade dos colonizadores de abertura de novas fazendas de gado e também devido à ocupação holandesa na região do São Francisco ter limitado a capacidade de expansão da criação extensiva. Ademais, o declínio da economia açucareira viabilizou maior disponibilidade de mão de obra para a atividade pecuária e, aliada às favoráveis condições (vegetação, recursos hídricos) das terras piauienses, permitiram a disseminação dos produtores para as terras mais interioranas. O resultado da expansão pecuarista consiste na concentração de terras e conflitos com as populações indígenas locais.

Como mencionado anteriormente, o Maranhão, vizinho ao Piauí, sofria forte influência do poder português, e isto também foi refletido na região piauiense, pois a intensa batalha entre brasileiros e portugueses pela independência ocorreu também no território da Capitania do Piauí, em Campo Maior.

A primeira capital do estado foi fundada em Vila da Mocha e nomeada Oeiras, como homenagem ao conde. No entanto, em 1852, a capital é transferida para Teresina, às margens do rio Parnaíba, devido à sua posição geográfica que permitia maior comunicação com outros centros.

A partir da década de 1960, a produção do Piauí era voltada para o mercado nacional, sobretudo para a região dinâmica do país, na época, principalmente São Paulo. Porém, os meios produtivos ainda eram muito marcados pelo baixo nível tecnológico de exploração e pelas relações de trabalho arcaicas, que contribuíram para a crise da produção extrativista.

Diante da necessidade de mudanças no desenho institucional, foram implementadas políticas de suporte técnico-econômico para a modernização da agropecuária, associada à vertente desenvolvimentista do pós-segunda guerra mundial, favorecendo a importação de tratores e fertilizantes a fim de incrementar a produtividade. Em apoio a essas políticas, visando o desenvolvimento local, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, com o objetivo de traçar diretrizes específicas para a região. Com a Ditadura Militar instaurada em 1964, a influência do Governo Federal nas ações da SUDENE passou a ser preponderante, em detrimento dos poderes estaduais e municipais. Nesse contexto, a modernização da agricultura proporcionada pelos projetos implementados pela SUDENE foi caracterizada como conservadora devido a maneira como foi viabilizada e por ter deixado de fora alguns setores sociais, privilegiando uma minoria de grandes produtores e empresários, renovando as técnicas e estratégias de produção sem, no entanto, alterar as estruturas sociais arcaicas que predominavam nos modos de produção da agricultura da região.

a. Sudoeste do Piauí - Chapada das Mangabeiras

O território da Chapada das Mangabeiras localiza-se na macrorregião do desenvolvimento dos cerrados, e compreende 25 municípios, sendo 24 no Piauí e Alto Parnaíba, no Maranhão. Na área de estudo, essa região abrange os municípios de Cristalândia do Piauí, Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Riacho Frio, Santa Filomena e Sebastião Barros. Essa área é caracterizada por contribuir fortemente para o crescimento da economia do estado. Ela se insere em uma região conhecida como MAPITOBA, que é uma junção das siglas dos estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. A porção piauiense, especialmente, integra a mais nova fronteira agrícola do Brasil, que avança sobre o cerrado². O avanço do agronegócio está ligado aos incentivos fiscais e acesso facilitado a crédito oferecido às empresas multinacionais que hoje controlam tal atividade na região³.

Seguindo a realidade estadual supracitada, o desenvolvimento desse território foi impulsionado na década de 1970 com a introdução da agricultura mecanizada, favorecendo as bases para a instalação do agronegócio, com destaque para a

² <http://www.meionorte.com/frenteamplo/companhias-estrangeiras-avancam-no-agronegocio-do-piaui-maranhao-tocantins-e-bahia-246052.html>

³ <http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/categoria/3/id/26>

produção e comercialização da soja. Os municípios de Corrente e Gilbués são os que merecem ênfase na comercialização do grão no estado do Piauí, sendo que no primeiro acontece um dos principais eventos do agronegócio no estado, a Feira de Produtos, Turismo, Serviços, Cidadania e Desenvolvimento, além da Feira Agropecuária de Corrente⁴. A agricultura do Piauí apresenta forte ênfase na região do cerrado, e tem sido um grande atrativo de empresas ligadas ao agronegócio relacionado à produção intensiva em tecnologia. Muitos dos trabalhadores dessas grandes empresas são arregimentados em outros estados e regiões do país, por não haver na região mão de obra qualificada para esta atividade.

Bahia

a. Extremo Oeste Baiano

A região oeste da Bahia compreende os municípios da All do empreendimento de Barreiras, Santa Rita de Cássia, Santana, Riachão das Neves, Baianópolis, Catolândia, Angical, Brejolândia, Tabocas do Brejo Velho e Serra Dourada. A mesorregião localiza-se na margem esquerda do rio São Francisco, banhada pelas bacias dos rios Grande, Preto, Corrente e Carinhonha. Ao norte esta área faz fronteira com o estado do Piauí, ao sul com Minas Gerais, a leste com a região econômica do Médio São Francisco e a oeste com os estados de Tocantins e Goiás. Essa área compõe o bioma Cerrado e, nos primeiros anos do período colonial, ficou conhecida como "Além do São Francisco".

A ocupação da região do oeste baiano é iniciada no período de interiorização do investimento colonial no território brasileiro, possível graças à descoberta da foz do rio São Francisco por André Gonçalves e Américo Vespúcio, em 1501. A navegação pelo rio em direção ao interior da então colônia permitiu a mobilidade e o povoamento destas áreas mais afastadas do litoral. Assim, a margem esquerda do rio São Francisco foi anexada pelo império e nomeada de Comarca de São Francisco.

A ocupação do oeste da Bahia teve início propriamente dito no século XVI, com importantes atores baianos da historiografia, como Tomé de Souza, Garcia D'Ávila e Guedes Brito, que se instalaram em um território distante, iniciando a atividade

⁴ <http://180graus.com/corrente/feira-agropecuaria-de-corrente-e-destaque-no-agronegocio-15015.html>

pecuária e sem atrapalhar os territórios de produção açucareira que assumiam um status importante na economia da época.

Essa atividade foi continuada pelos descendentes desses atores, tanto que séculos depois deu origem à formação do primeiro município, conforme apontado por Santos:

“A Barra do Rio Grande, povoação elevada à vila em 1695, nos princípios do século XIX era um centro de cultura e principal entreposto comercial entre os estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás e Piauí” (SANTOS, 2000, p.33).

É importante ressaltar que a configuração dos elementos naturais, como o relevo propício a este tipo de atividade agrícola, e os recursos hídricos significativos associados ao clima, viabilizaram a ocupação dessa região.

Desde o século XVIII, a região já tinha seu solo efetivamente ocupado e trabalhado. No entanto, durante muito tempo, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, a ocupação era caracterizada pela pecuária extensiva e agricultura de subsistência, extraindo-se do cerrado o necessário à sobrevivência (FILHO e FILHO, 2008).

A conquista deste território foi condicionada pela busca e necessidade de novos espaços para a atividade agropecuária e exploração de minerais que resultou na interiorização da economia colonial. O marco do processo foi em 1543 com a concessão à Capitania de Pernambuco o direito de posse das terras localizadas na Comarca de São Francisco, onde se encontra hoje o município de Barreiras. Este integrava o sertão de Pernambuco no início do século XIX e seu povoamento foi iniciado por aventureiros que saíam do Piauí e estavam à procura de ouro e pedras preciosas. Além desses, colonizadores chegavam por meio dos rios São Francisco, Grande e Preto, a partir das primeiras décadas de 1600. Eles habitaram a margem esquerda do rio Preto e se dedicaram à criação de gado e agricultura de subsistência, formando os núcleos de povoamento que acarretaram na construção das cidades mais conhecidas hoje. O município de Santa Rita de Cássia foi um dos primeiros povoados a serem formados (1840) e, assim como os municípios criados ao seu entorno, foi historicamente povoada por índios, que viviam próximo às margens do rio Grande.

Em relação à saída dos índios de suas terras, havia algumas tribos que tentavam resistir à ocupação, e, para contê-las, foram criados “núcleos de civilização” ou “povos de

vigilância” a mando de D. Pedro II nas bacias dos rios São Francisco, Grande e Preto para garantir a posse de terras a oeste do rio São Francisco. Essa medida fez com que surgissem povoados que resultaram em cidades, como Barreiras, à margem esquerda do rio Grande, em 1700.

Até 1827, a região fazia parte da Comarca de São Francisco, independente em relação à Província da Bahia até esta data. A partir de então, fora anexada por esta e tinha início um novo período para a região, com estabilidade administrativa. Importa ressaltar que com esta anexação o próprio território do que é atualmente o estado da Bahia começava a ganhar contornos definitivos (BRANDÃO, 2010).

Entre os séculos XIX e meados do XX, o processo de ocupação se estabilizou, isto é, não houve nenhuma modificação significativa. Segundo Silva (1978), em 1955 foi criada a Comissão de Planejamento Econômico com o objetivo de viabilizar maior aproveitamento das potencialidades do estado, incluindo a Região Oeste.

A Região do Oeste da Bahia também é reconhecida e chamada por este mesmo nome, em meados do século XX, no momento em que passou a ser identificada a partir das atividades desenvolvidas no seu domínio, como agricultura mecanizada e suas expressivas modificações nas estruturas produtiva, econômica, social e urbana. Até então, esta região era apenas vista como parte de um algo maior, como Vale ou Sertão do São Francisco.

Inicialmente, o que permitiu o acesso dos exploradores às terras do sertão para a expansão da atividade agropecuária foi: a descoberta do rio São Francisco, em 1501, e a abertura de estradas desde Salvador e Olinda em direção ao sertão. A economia da região não era apenas atribuição do governo português, mas também da Igreja, que tinha uma participação significativa, pois produzia nas fazendas localizadas à margem dos rios Grande e São Francisco, onde foi construída a Capela de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande, com a intenção de agrupar os índios catequizados. Em 1827, há uma nova mudança territorial, com a transferência da Comarca de São Francisco para a Província da Bahia.

Por mais que as atividades da colônia tenham se interiorizado, o oeste baiano foi lentamente incorporado pela economia da metrópole. As atividades desenvolvidas nessa região demandavam baixo contingente populacional e baixa técnica de

manufatura, o que não proporcionava uma economia vigorosa, diferentemente do que é debatido na contemporaneidade sobre a dinâmica do oeste baiano, porém esta configuração atual da região não pode ser estendida ao seu passado.

Os fatores anteriormente citados permitiram o surgimento de novas funções para a área da região do oeste baiano, que não tinham muita visibilidade até então, no século XX. A grande questão é que a área tradicionalmente pouco povoada vem sofrendo significativas transformações com a expansão da agricultura moderna, modificando a relação com os espaços dentro da Bahia e os demais.

Já na década de 1940, durante o governo do então presidente Getúlio Vargas, a região é alvo de ações do governo federal, tais como a construção de aeroporto internacional de Barreiras (1942), instalação da primeira agência do Banco do Brasil (1943) e implantação do Instituto de Fomento Econômico (1957).

A partir de 1960, novos aportes do governo federal objetivam inserir a região no novo contexto econômico por meio de investimento em infraestrutura, como a construção de usinas hidrelétricas e rodovias, notadamente a BR-135, ligando Brasília - recém construída capital do país - a Barreiras e Piauí, e a BR-242, que conecta Barreiras a Salvador (FILHO e FILHO, 2008).

A construção destas estradas, dentre outras em todo o país, fazia parte do projeto de integração nacional promovido pelo governo militar nas décadas de 1960 e 1970. Para o oeste baiano, o resultado inicial foi a valorização das terras, já que agora estava facilitado o escoamento da produção local.

Neste período foi realizada no país uma reordenação agrária que consistia numa intensificação da atividade, que no caso do Oeste da Bahia, ocorreu no fim da década de 1970, inserindo esse espaço no processo de expansão da fronteira agrícola a fim de abastecer as novas indústrias brasileiras. Esta intensificação foi possibilitada pela criação, em 1960, do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (CPAC), e pela instalação na região da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Em seguida, já na década de 1970, o município de Barreiras sedia uma diretoria regional da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

Ademais, também é relevante destacar o período da modernização conservadora da agricultura brasileira, na década de 1980, que também repercutirá na área em análise. Entre as consequências desse período para a área, podemos destacar o intenso fluxo de migrantes, principalmente da região Sul do país, ocupando áreas de cerrado, até a parte oeste baiana, aproveitando as vantagens naturais da região para o estabelecimento de lavouras para fins comerciais e processamento industrial, servindo como base para a implantação e consolidação de diversas agroindústrias que vão se estabelecer ao longo do tempo.

É importante ressaltar que este avanço da ocupação e dinamização deste território foi incentivado por diversos projetos de desenvolvimento agrícola do Governo Federal e de instituições regionais criadas com objetivo de viabilizar o desenvolvimento, baseados em diversos estudos sobre as reais potencialidades de produção agrícola nos espaços de cerrado. Entre os programas instituídos para região, podemos destacar o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), que teve origem na década de 70 quando o cerrado ainda não era considerado um bioma favorável para atividade agrícola. Este levou mudanças significativas no processo de produção agropecuária, abrindo maiores possibilidades de desenvolvimento econômico para a região. Foi resultado de uma parceria entre o governo brasileiro e o japonês, em 1974, para estimular o desenvolvimento agrícola no Cerrado e o crescimento da oferta de alimentos no mundo.

As medidas para viabilizar a grande produção agrícola e o desenvolvimento do oeste baiano foram muitas, dentre algumas podemos citar os projetos governamentais de irrigação que visam contribuir com a lavoura e, conseqüentemente, com o volume da produção da região que ganhou importância regional e nacional. Este cenário contribuiu para o surgimento de novos municípios, como foi o caso de Luís Eduardo Magalhães, que devido ao dinamismo da agricultura se desmembrou de Barreiras, e o crescimento das cidades. No entanto, a centralidade do potencial produtivo agrícola estava presente em alguns municípios da região, como Barreiras, Santa Maria da Vitória, Correntina e São Desidério, num primeiro momento.

Dessa forma, as intervenções estatais e os produtores particulares passaram a promover a “efetiva ocupação” da região, e também favoreceram a integração da produção local com a nacional, permitindo a entrada do país na competição do

mercado internacional de grãos, principalmente com a produção de soja. Simultaneamente, com o avanço da produção agrícola, outras medidas fundamentais para o crescimento da região também progrediram. Como, por exemplo, a implantação de malha rodoviária, rodovias estaduais, federais, além das vicinais que facilitam o escoamento da produção. Neste contexto, a região do oeste baiano, juntamente com o sul do Piauí e do Maranhão, passou a ser chamada de “Novo Nordeste”, inserido na dinâmica econômica de expansão do agronegócio (FILHO e FILHO, 2008).

Filho e Filho (2008) argumentam que até 1980 o oeste baiano era conhecido como a região “Além São Francisco”, tendo em vista à estagnação econômica e relativo isolamento diante da capital, Salvador.

Dentro da história de ocupação e de desenvolvimento agrícola do Oeste Baiano, podemos destacar dois municípios que representam bem a transformação dos espaços rurais e urbanos pelos quais passaram as áreas de expansão da fronteira agrícola dos cerrados brasileiros, são eles: Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Estes concentram as agroindústrias da região, de estabelecimentos industriais e de comércio.

Conforme apontado por Chaves *et al.* (s/d), a expansão do agronegócio no oeste baiano vem gerando renda para os municípios, promovendo melhoria na qualidade de vida para pequena parcela da população. Para a maioria desta, inclusive os pequenos produtores rurais, o processo de modernização da agricultura e aceleração da dinâmica capitalista resulta em exclusão social e maior disputa por terras.

b. Recôncavo Baiano

Localizado na Baía de Todos os Santos, o Recôncavo Baiano abrange a área Metropolitana de Salvador, capital no período colonial, além de mais vinte municípios. Esta região foi historicamente uma das primeiras áreas a serem ocupadas por portugueses e organizadas economicamente para o mercado externo. As nucleações urbanas que surgiram na região eram principalmente localizadas às margens dos rios, o que possibilitava o deslocamento, sobretudo entre a região e Salvador, sendo que estes núcleos começam a surgir em fins do século XVI (ANDRADE, 2007).

Andrade (2009), afirma que no início do século XVIII, na Bahia, haviam 06 (seis) núcleos urbanos com categoria de vila, todas localizadas na baía e com importantes portos marítimos ou fluviais, viabilizando o contato da região produtora, mais ao interior, com o litoral exportador.

Diferentemente da Região do Oeste, a organização econômica do Recôncavo era baseada na atividade açucareira, a mais forte da colônia e também da Metrópole, e foi capaz de viabilizar uma importante dinâmica econômica e populacional em torno da Baía. Sendo assim, a organização territorial presente ficou conhecida como *plantation*, e consistia em latifúndios baseados na monocultura de cana-de-açúcar, produto de significativa relevância no mercado internacional à época. Além da cana também era produzido o fumo, ao que se somava a compra de escravos africanos para caracterizar uma dinâmica em que as pequenas formações urbanas do recôncavo se inseriam no mercado internacional e contribuíam para o papel central de Salvador (ANDRADE, 2007).

Os aspectos que podem ter contribuído para o destaque do recôncavo baiano no contexto colonial são: posição geográfica, devido à proximidade de rios que ligavam o interior do território baiano, e que permitia a comunicação e a troca de mercadorias, visto que as áreas do recôncavo eram principalmente voltadas para a cana e, por isso, dependiam de outros produtos alimentícios que eram cultivados no interior, como carnes e grãos; e também a saída para o oceano, que viabilizava a relação com o mercado externo. A produção de açúcar e café no recôncavo era escoada para o mercado internacional pelo Porto de Salvador (ANDRADE, 2007). Assim, o recôncavo desempenhava papel central na economia agro exportadora da colônia, num cenário que tinha Salvador como capital, a qual tinha sua subsistência garantida também pela produção alimentícia do recôncavo.

Andrade (2009) aponta que o Recôncavo Baiano foi a primeira rede urbana do Brasil colônia, configurada pela centralidade de Salvador com os núcleos urbanos em seu entorno, ao longo da baía. A circulação com as áreas produtoras do interior se dava principalmente por rios, mas havia também uma importante malha viária de caminhos e estradas conectadas à rede fluvial.

Para atender a alta demanda da Europa, principal consumidora dos produtos das colônias portuguesas, a Metrópole organizava a mão de obra escrava nos grandes

engenhos de açúcar para viabilizar maior produção possível. No entanto, diante da alta exploração da terra, dos altos gastos da Metrópole e do fim do tráfico negreiro imposto pela Inglaterra, a crise do açúcar e a decadência dessa produção acarretaram para os produtores do recôncavo uma mudança de olhar sobre o mercado, pois ao invés de produzirem para fora, o foco agora se voltava para o mercado interno. E, para isso, também era necessária uma modernização do meio de produção, viabilizada a partir do século XX (ARAÚJO, 2010).

A organização socioeconômica do recôncavo sofreu grandes transformações desde a sua descoberta, apesar de estarem presentes na região diversos elementos que remetem aos tempos de colônia. Atualmente, uma nova organização produtiva, especialmente vinculada à atividade petrolífera, está em construção na região abordada devido à instalação de um novo mercado voltado para o contexto internacional (ARAÚJO, 2010).

c. Médio São Francisco

A Região do Médio São Francisco compreende os municípios de Barra, Bom Jesus da Lapa, Brejolândia, Buritirama, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Iuiú, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio de Mato, dos quais Brejolândia, Sítio de Mato, Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana, Igaporã são atravessados pelo empreendimento. A Região do Vale do São Francisco teve sua ocupação iniciada em meados do século XVI, sendo dividido em sesmarias e fazendas. Ao longo deste processo, eram frequentes os conflitos entre os colonizadores e as populações indígenas locais, tais como os Cariris, Caiapós, dentre outros. Os indígenas capturados eram designados ao trabalho escravo nas lavouras canavieiras e na busca por ouro e diamantes (OLALDE *et al.*, 2007).

O rio São Francisco foi uma importante referência para o processo de ocupação e internalização desta na região, uma vez que, como se tornou praxe, os rios eram importantes vias de acesso a regiões ainda inexploradas pelos colonizadores. Este rio teve importância notável ao conectar as regiões auríferas ao longo de seu vale à então capital da colônia - Salvador (OLALDE *et al.*, 2007).

A partir da década de 1970, com as intervenções e investimentos do Governo Militar nas regiões Norte e Nordeste, tendo em vista a integração do território nacional, a defesa do território e o desenvolvimento econômico, a região em estudo foi integrada nessas políticas de desenvolvimento. Assim, a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), criada no início da década de 1970, passou a investir em obras de urbanização e infraestrutura, projetos de irrigação, construção de rodovias, etc. Neste contexto, foram feitos investimentos como a construção de pontes sobre o rio São Francisco, inclusive em Bom Jesus da Lapa e Ibotirama.

Atualmente, a região conta com apoio da Companhia para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), cujos recursos financiaram projetos de irrigação em Bom Jesus da Lapa. Estes contribuíram para tornar o município num importante polo regional, além de estar situado em entroncamento rodoviário estratégico, o qual conecta Salvador a Brasília.

Essa região é caracterizada pela convivência entre diversas formas de ocupação, ao longo da sua formação territorial, tais como fazendas baseadas em atividade de pecuária e cultivo de algodão, projetos de colonização, projetos de assentamentos atrelados ao crédito fundiário, comunidades quilombolas e ribeirinhas.

Importa chamar atenção ao fato de que a região está inserida na área de influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, iniciado em 2007 e com previsão de conclusão em 2015⁵. Com a transposição do rio São Francisco, o governo prevê atender as demandas hídricas da população da região, considerando áreas urbanas, distritos industriais, perímetros de irrigação e usos difusos ao longo dos canais e rios perenizados por açudes que receberão águas do rio (CASTRO, 2011).

O projeto, no entanto, é alvo de intensos questionamentos voltados para os impactos ambientais do mesmo e mencionam que os ganhos são superestimados, não sendo positiva, de acordo com as críticas, a relação custo × benefício do projeto (CASTRO, 2011).

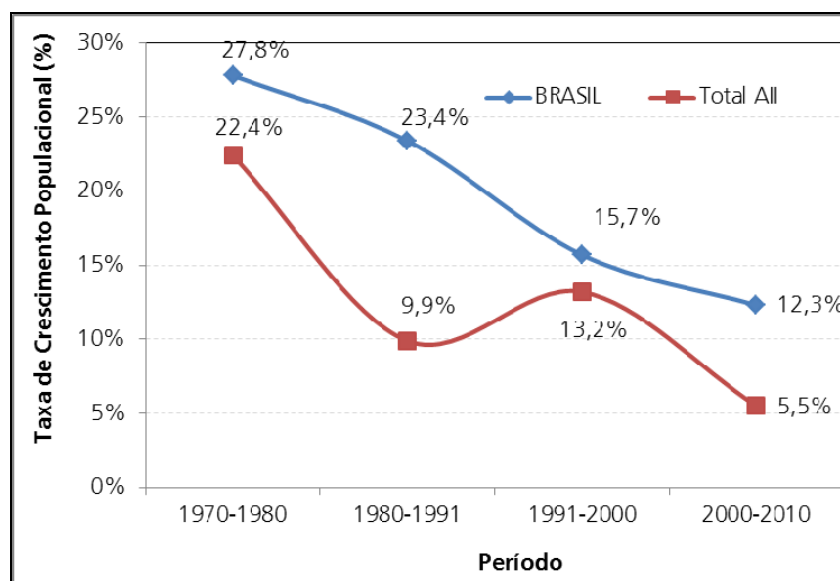
⁵ <http://www.valor.com.br/politica/3217712/transposicao-do-sao-francisco-deve-terminar-em-2015-indica-ministro>

6.4.1.2 - Caracterização Demográfica

Esta seção traz a análise de dados referentes à população dos municípios da All, abordando sua composição, taxas de crescimento e a distribuição por sexo e idade. As informações serão apresentadas por meio de gráficos que sintetizam a situação de cada All Mesorregional.

6.4.1.2.1 - Taxa de Crescimento Populacional

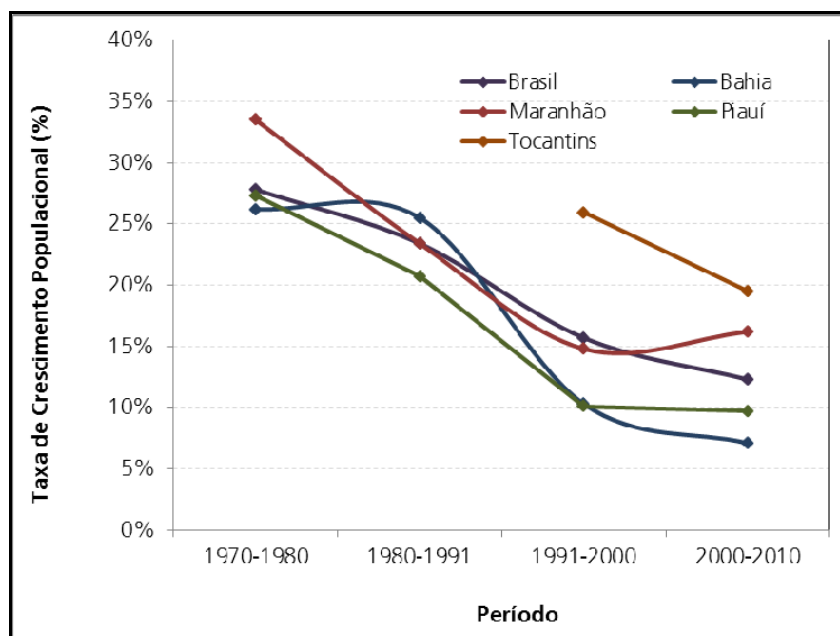
Com áreas e densidades demográficas bastante diferentes entre si, as All Mesorregionais analisadas também apresentam grande variação nas taxas de crescimento da população ao longo dos anos. Durante as décadas de 1970 e 1980, o Brasil experimentou taxas de crescimento populacional superior a 20%. Entre as décadas de 1990 e 2000, esse percentual diminuiu, embora a população continue crescendo a taxas acima de 10%. A média dos municípios analisados é bastante inferior à nacional, sinalizando um crescimento populacional menos acentuado. Ao longo dos anos 1980, inclusive, a população da região cresceu 9,9%, menos da metade da média nacional para o mesmo período, de 23,7%. A **Figura 6.4.1-1** ilustra as taxas de crescimento do Brasil e dos grupos de municípios na All entre as décadas de 1970 e 2000. O **Anexo 6.4.1-1** traz informações referentes ao contingente populacional para todos os municípios da All e no **Anexo 6.4.1-2** encontram-se os dados completos para as taxas de crescimento populacional por município.



Fonte: Censo 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 - IBGE - Tabela 200 SIDRA

Figura 6.4.1-1 - Taxas de Crescimento Populacional - Brasil e All.

Comparando as taxas de crescimento do Brasil e das All mesorregionais com as das Unidades da Federação (UF) a que pertencem, é possível perceber que estas experimentaram um crescimento populacional bastante inferior também às médias estaduais (Figura 6.4.1-2). Este indicador representa fenômenos típicos associados ao processo de urbanização e de perda de população do interior para os grandes centros urbanos, nos ciclos migratórios das décadas de 1970 e 1980, que se refletiram na trajetória demográfica negativa de alguns municípios, especialmente em regiões do semiárido brasileiro. Conforme indica a Figura 6.4.1-2, as taxas de crescimento das UFs são razoavelmente semelhantes à média nacional, com algumas exceções.



Fonte: Censo 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 - IBGE - Tabela 200 SIDRA

Figura 6.4.1-2 - Taxas de Crescimento Populacional nas UFs Analisadas.

O Maranhão, por exemplo, apresentou percentual de crescimento populacional mais alto que o verificado a nível nacional ao longo dos anos 1970 e novamente nos anos 2000. A Bahia, por sua vez, tem apresentado percentuais de crescimento mais baixos que a média desde a década de 1990. A especificidade da taxa de crescimento apresentada pelo Tocantins é explicada pelo fato de esta UF ter sido criada apenas em 1988, a partir da divisão do estado de Goiás. Com 919.863 habitantes em 1991, a população de Tocantins aumentou para 1.157.690 em 2000, o que significa um crescimento de quase 26%.

De todo modo, a despeito das especificidades dos percentuais de crescimento de cada UF, as taxas por elas apresentadas se assemelham mais à média nacional do que a média das All Mesorregionais e, portanto, não são suficientes para dar conta da dinâmica de crescimento populacional da região analisada. Nesse sentido, é preciso observar as taxas de crescimento das All Mesorregionais, comparando-as entre si e com a média estadual. Como pode ser observado no **Anexo 6.4.1-1**, as All Metropolitana de Salvador (G1), Oriental do Tocantins (G8) e Ocidental do Tocantins (G9) apresentaram queda na quantidade de habitantes ao longo dos últimos 30 anos. A All Vale São Franciscano da Bahia (G4) também experimentou queda populacional entre 1980 e 1991, mas o crescimento foi retomado na década seguinte. Ao longo dos anos 2000, inclusive, o G4 apresentou um percentual de aumento demográfico superior à média nacional (14,1% e 12,3%, respectivamente).

A especificidade da dinâmica populacional da All Vale São Franciscano da Bahia é, em parte, explicada pela sua composição: o grupo agrega apenas 2 municípios que compõem a All (Sítio do Mato e Bom Jesus da Lapa). O primeiro foi emancipado de Bom Jesus da Lapa em 1989, de modo que não há dados populacionais para o período 1970-1990. Devido à emancipação, a população de Bom Jesus da Lapa que vivia no distrito de Sítio do Mato passou a ser contabilizada como constituindo o novo município. Os percentuais de crescimento apresentados por cada município podem ser encontrados no **Anexo 6.4.1-1**. Em termos absolutos, o aumento referente a este grupo foi de aproximadamente 9 mil habitantes entre os 02 (dois) últimos censos.

Os valores citados anteriormente, entretanto, são menores que os encontrados na All Sul Maranhense, onde houve um aumento de quase 24 mil pessoas entre 2000 e 2010, o que representou um acréscimo de 34,1% da população. Boa parte deste crescimento é motivada pela variação na população da cidade de Balsas, possivelmente motivada pela dinamização econômica impulsionada pela economia da soja no município. Os crescimentos, ao longo de toda série histórica, são significativos. Em 1970, a cidade contava com 19.385 habitantes. Em 1991, somavam 41.648 habitantes, e, em 2010, 83.528. Este número é bastante superior ao de 2000, num total de 38,8% de aumento. Nenhuma outra cidade apresentou crescimento nesta magnitude nos últimos 10 anos.

Vale destacar que, embora as taxas de crescimento populacional das UFs a que pertencem as mesorregiões analisadas tenham diminuído ao longo das décadas (acompanhando uma

tendência nacional), em nenhum momento houve redução na quantidade de habitantes destes estados. Isso indica que os municípios estudados apresentam uma dinâmica populacional peculiar, com intensos fluxos migratórios ao longo de algumas décadas.

Não obstante, taxas negativas de crescimento populacional foram frequentemente observadas no período 1980-1991 nos municípios analisados, em que 04 (quatro) dos 09 (nove) grupos de All Mesorregionais experimentaram redução de sua população em percentuais que variaram entre -9,9% e -33,9%. As taxas negativas de crescimento podem ser explicadas, em parte, pela dinâmica geopolítica da região, que levou ao surgimento de diversos municípios com a redemocratização. Como pode ser observado no **Anexo 6.4.1-1**, há vários casos de municípios sobre os quais só temos informação acerca da população a partir da década de 1990, o que faz com que os percentuais de crescimento sejam mais baixos ou até mesmo negativos. Além disso, processos migratórios também podem ter contribuído para as taxas negativas de crescimento, sinalizando baixo dinamismo econômico de alguns municípios analisados.

6.4.1.2.2 - População por Sexo e Idade

Os grupos de municípios analisados apresentam percentuais bastante similares entre si no que diz respeito à distribuição da população por sexo, conforme ilustra o **Quadro 6.4.1-2**. No **Anexo 6.4.1-2** encontram-se as informações completas para todos os municípios da All.

Quadro 6.4.1-2 - População por Sexo nas All Mesorregionais - 2010.

	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9
Homens (%)	48,2	50	50	50,2	50,7	49,9	51,0	52,4	50,5
Mulheres (%)	51,8	50	50	49,8	49,3	50,1	49,0	47,6	49,5

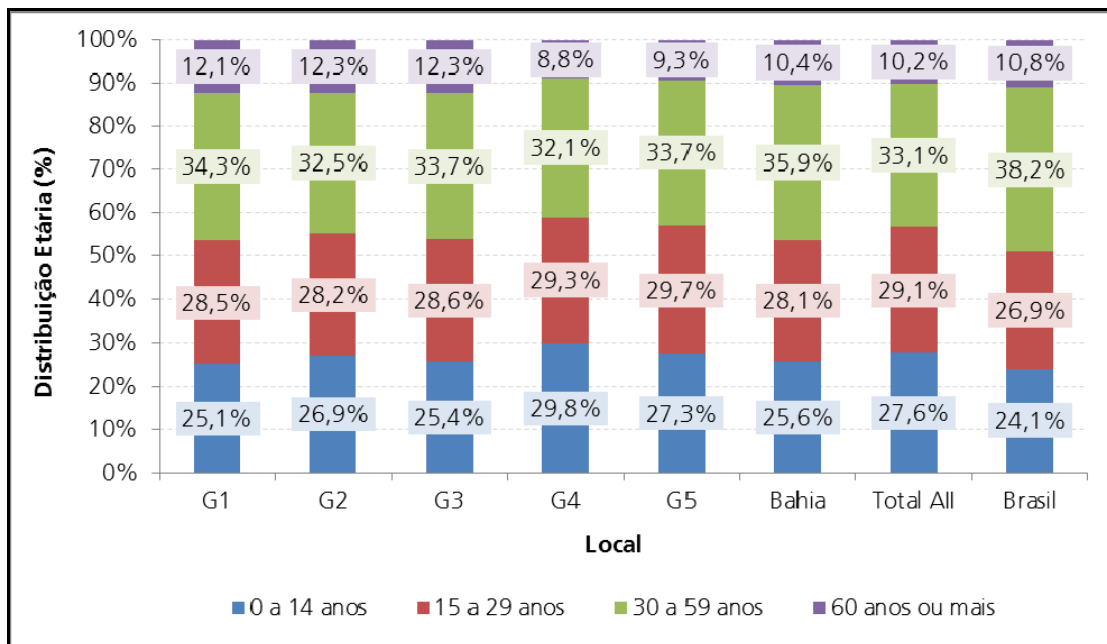
Fonte: Censo 2010 - IBGE - Tabela 200 SIDRA

Os percentuais apresentados pelas All Mesorregionais estão em consonância com a média nacional e a dos estados. De acordo com dados do IBGE, em 2010 a população do Brasil era composta por 49% de homens e 51% de mulheres, percentual semelhante à média dos grupos de municípios estudados, de 50,2% de homens e 49,8% de mulheres. O único grupo que apresenta percentuais ligeiramente distantes da média é a All Oriental do Tocantins, que em 2010 tinha 52,4% de sua população composta por homens. Isso se

deve ao percentual um pouco mais elevado de homens nos municípios de Centenário (53,6%) e Lizarda (53,9%).

No que diz respeito à idade, a região analisada tende, em geral, a apresentar uma população um pouco mais jovem do que a média nacional e, conseqüentemente, um percentual inferior de pessoas com mais de 30 anos. As médias da distribuição etária das All mesorregionais refletem essa diferença: se no nível nacional o percentual de pessoas com até 29 anos é de 51%, na área de estudo esse número equivale a 56,7%. O **Anexo 6.4.1-3** traz as informações completas para todos os municípios da All.

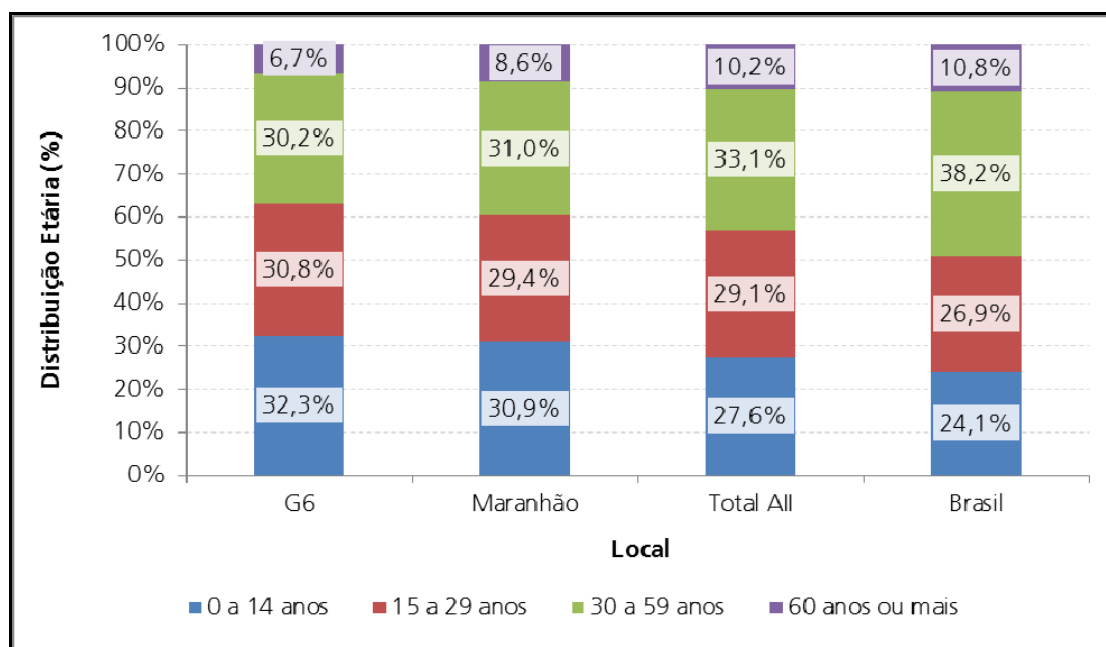
Os municípios localizados nas mesorregiões localizadas no estado da Bahia (G1, G2, G3, G4 e G5) refletem esse padrão, sendo a All Vale São Franciscano da Bahia (G4) a que apresenta percentuais mais distantes da média nacional. Ao todo, 59% da população desta All Mesorregional tem até 29 anos de idade, sendo que apenas 8,83% dos habitantes possui mais de 60 anos. Já as All Centro Norte Baiano (G2) e Centro Sul Baiano (G3) são as que apresentam os percentuais mais altos de população idosa entre as mesorregiões analisadas (12,3%, acima inclusive da média nacional). A **Figura 6.4.1-3** apresenta a distribuição etária das mesorregiões localizadas na Bahia, comparando-as com a média nacional e a média total da All.



Fonte: Censo 2010 - IBGE - Tabela 200 SIDRA

Figura 6.4.1-3 - Distribuição Etária - All Mesorregionais – Bahia.

A All Sul Maranhense - G6 (**Figura 6.4.1-4**) também apresenta percentuais razoavelmente distantes da média nacional, com alta proporção de jovens (63,1% da população possui até 29 anos). É este grupo, aliás, que apresenta o menor percentual de idosos entre todas as All mesorregionais: apenas 6,7% de seus habitantes possuem mais de 60 anos. Como visto na seção 3.3, a All Sul Maranhense é composta pelos municípios de Alto Parnaíba e Balsas, que apresentam elevado percentual de domicílios em situação urbana. Balsas, inclusive, é caracterizada pela produção ligada ao agronegócio, impulsionando a urbanização do município. Nesse sentido, é possível supor que o alto percentual de população jovem esteja ligado às atividades produtivas da região.



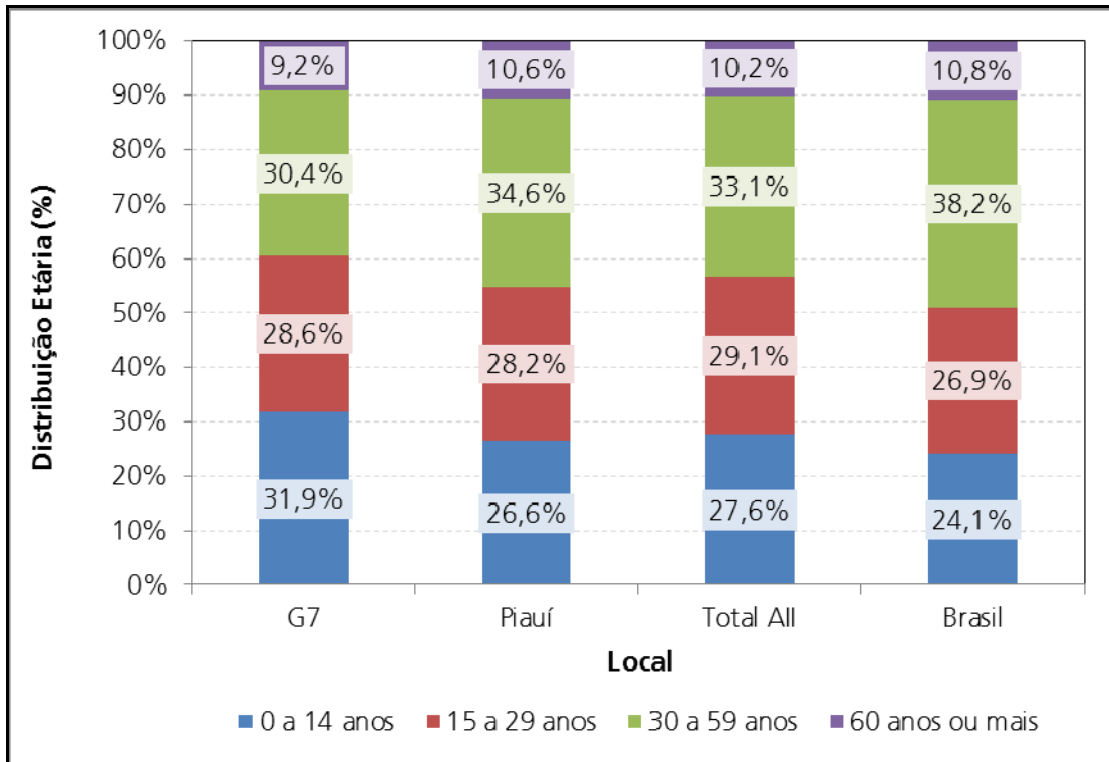
Fonte: Censo 2010 - IBGE - Tabela 200 SIDRA

Figura 6.4.1-4 - Distribuição Etária - All Mesorregionais – Maranhão.

A distribuição etária da All Sul Maranhense acompanha a do Maranhão que, comparativamente com a população nacional, apresenta percentuais de população jovem acima da média.

O mesmo ocorre no caso da All Sudoeste Piauiense (G7), em que quase 32% dos habitantes têm até 34 anos e 60,4% possuem até 29 anos, caracterizando uma população essencialmente jovem. O percentual de pessoas com idade entre 30 e 59 anos, por sua vez, é inferior à média nacional, equivalendo a 30,4%. A **Figura 6.4.1-5** ilustra os

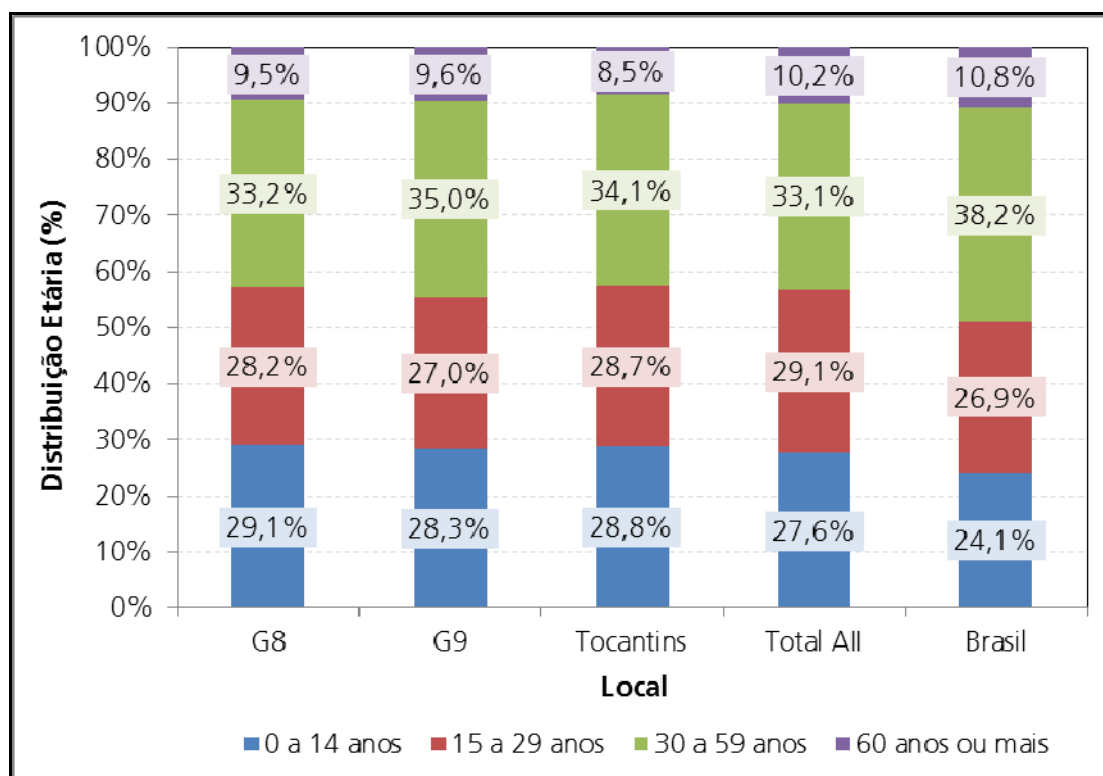
dados, indicando a prevalência da população jovem, o que indica provavelmente altas taxas de fecundidade e alto percentual da população categorizada como economicamente ativa.



Fonte: Censo 2010 - IBGE - Tabela 200 SIDRA

Figura 6.4.1-5 - Distribuição Etária - All Mesorregionais – Piauí.

As All mesorregionais do Tocantins (Oriental do Tocantins - G8 e Ocidental do Tocantins - G9), por outro lado, apresentam uma distribuição populacional menos distante da média nacional e mais próxima à média da All total (**Figura 6.4.1-6**).



Fonte: Censo 2010 - IBGE - Tabela 200 SIDRA

Figura 6.4.1-6 - Distribuição Etária - All Mesorregionais – Tocantins.

Como é possível observar, as All mesorregionais do Tocantins apresentam percentuais bastante próximos à média da All e também à distribuição estadual.

A análise da distribuição populacional da área de estudo permite verificar que se trata de uma população essencialmente jovem. O percentual de habitantes com até 14 anos é superior à média nacional (24,1%) em todos os casos, variando entre 25,1% e 32,3%. O mesmo ocorre com a população entre 15 e 29 anos, que também está acima da média nacional (26,9%) em todos os casos, variando entre 27% e 30,8%. Não obstante, o percentual de adultos com idade entre 30 e 59 anos é inferior à média nacional (38,2%) em todos os casos (variando entre 30,4% e 35,2%). Já o percentual de idosos não apresenta padrões regulares entre os diversos grupos de municípios, variando entre 6,7% e 12,26%. O percentual relativamente baixo de adultos com idade entre 30 e 59 anos, faixa etária em que a presença no mercado de trabalho é mais intensa, pode sinalizar poucas oportunidades locais.

6.4.1.2.3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir dos seguintes indicadores: i) educação (alfabetização e taxa de matrícula); ii) longevidade (esperança de vida ao nascer); iii) renda (PIB per capita). O índice varia entre 0 (menor valor possível) e 1 (maior valor possível, representando o desenvolvimento humano total). Quando se trata de países, índices até 0,499 são considerados baixos; aqueles entre 0,500 e 0,799 são tidos como médio desenvolvimento humano e índices superiores a 0,800 são considerados altos⁶.

Na elaboração do IDH dos municípios, as dimensões analisadas são as mesmas: saúde, educação e renda. Não obstante, alguns indicadores são adaptados para captarem de maneira mais adequada as realidades locais.

Para a avaliação da dimensão educação, o cálculo do IDH municipal considera dois indicadores, com pesos diferentes: taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade (com peso dois) e a taxa bruta de frequência à escola (com peso um).

Para a avaliação da dimensão longevidade, o IDH municipal considera o mesmo indicador do IDH de países: a esperança de vida ao nascer. Esse indicador aponta o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade no ano de referência (no caso, 2010) deve viver, sintetizando as condições de saúde e salubridade daquele local (afinal, quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local).

Para a avaliação da dimensão renda, o critério usado é a renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente no município. Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município (inclusive crianças ou pessoas com renda igual a zero). No caso brasileiro, o cálculo da renda municipal per capita é feito a partir das respostas ao questionário expandido do Censo.

⁶ http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH, acessado em 25/07/13.

Dessa forma, são calculados os seguintes índices: IDHM-E, para educação; IDHM-L, para saúde (ou longevidade); IDHM-R, para renda. Conforme assinalado anteriormente, quanto melhor o desempenho municipal em cada dimensão, mais próximo o seu índice estará de 01. O IDH-M de cada município é fruto da média aritmética simples desses 03 (três) índices.

Quando observamos os índices apresentados pelos municípios analisados, é possível perceber que, em comparação com o IDH nacional (0,727), os grupos mesorregionais apresentam índices consideravelmente baixos, variando entre 0,574 (All Sudoeste Piauiense) e 0,660 (All Sul Maranhense). Entre os municípios, destaca-se Pedro Afonso (All Oriental do Tocantins) com maior IDH-M verificado na All: 0,732 (valor próximo ao índice nacional). No outro extremo está Nova Itarana, na All Centro Sul Baiano, cujo IDH-M é de apenas 0,524. O **Quadro 6.4.1-3**, sintetiza os dados. Informações mais detalhadas sobre os municípios podem ser encontradas no **Anexo 6.4.1-5**.

Quadro 6.4.1-3 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por Unidade de Referência (média dos IDH dos Municípios das AI) - 1991, 2000 e 2010.

Local	IDHM (1991)	IDHM (2000)	IDHM (2010)	IDHM Renda (1991)	IDHM Renda (2000)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (1991)	IDHM Longevidade (2000)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (1991)	IDHM Educação (2000)	IDHM Educação (2010)
Brasil	0,493	0,612	0,727	0,647	0,692	0,739	0,662	0,727	0,816	0,279	0,456	0,637
Total AI	0,318	0,451	0,612	0,452	0,511	0,587	0,596	0,680	0,777	0,125	0,266	0,505
Bahia	0,386	0,512	0,66	0,543	0,594	0,663	0,582	0,68	0,783	0,182	0,332	0,555
AI Metropolitana de Salvador	0,363	0,471	0,614	0,4575	0,504	0,5965	0,638	0,7035	0,7545	0,1635	0,2935	0,513
AI Centro Norte Baiano	0,285	0,431	0,585	0,4295	0,4855	0,5495	0,6225	0,691	0,793	0,0865	0,239	0,459
AI Centro Sul Baiano	0,290	0,424	0,593	0,416	0,493	0,568	0,585	0,662	0,757	0,107	0,237	0,485
AI Vale São Franciscano da Bahia	0,316	0,438	0,599	0,4315	0,486	0,535	0,562	0,643	0,7745	0,134	0,27	0,521
AI Extremo Oeste Baiano	0,308	0,443	0,612	0,426	0,486	0,564	0,606	0,674	0,773	0,117	0,269	0,528
Maranhão	0,357	0,476	0,639	0,478	0,531	0,612	0,551	0,649	0,757	0,173	0,312	0,562
AI Sul Maranhense	0,328	0,478	0,660	0,470	0,557	0,679	0,595	0,706	0,796	0,127	0,280	0,536
Piauí	0,362	0,484	0,646	0,488	0,556	0,635	0,595	0,676	0,777	0,164	0,301	0,547
AI Sudoeste Piauiense	0,282	0,402	0,566	0,391	0,470	0,538	0,579	0,661	0,771	0,103	0,211	0,439
Tocantins	0,369	0,525	0,699	0,549	0,605	0,69	0,589	0,688	0,793	0,155	0,348	0,624
AI Oriental do Tocantins	0,312	0,447	0,624	0,470	0,501	0,618	0,590	0,679	0,770	0,119	0,266	0,513
AI Ocidental do Tocantins	0,382	0,521	0,654	0,574	0,614	0,632	0,591	0,701	0,806	0,172	0,330	0,550

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD/IPEA), 2010.

Coordenador:

Técnico:

A distância entre os índices apresentados nacionalmente e pelos municípios que compõem a All é ainda maior no que diz respeito à dimensão "renda". Afinal, se o IDH-R nacional corresponde a 0,739, a média dos grupos mesorregionais alcança apenas 0,563. Mais uma vez, é a All Sul Maranhense que apresenta o maior índice entre os grupos analisados: 0,679. O valor é impulsionado pelos índices apresentados pelos municípios de Alto Parnaíba e Balsas. O maior IDH-R entre os municípios analisados, contudo, é verificado em Pedro Afonso, na All Oriental do Tocantins (0,699). Destaca-se entre os municípios analisados a melhora dos indicadores socioeconômicos quando associados a processos de industrialização. A maior parte dos municípios da All tem a agricultura de subsistência como importante ponto de apoio de sua economia e aqueles que integraram a esta a produção industrial apresentam melhores desempenhos.

Entre os grupos mesorregionais cujo IDH-R é baixo, destacam-se a All Sudoeste Piauiense (0,558), All Vale São-Franciscano da Bahia (0,535) e All Centro Norte Baiano (0,549). Está localizado na All Vale São-Franciscano da Bahia, aliás, o município com menor IDH-R entre aqueles analisados. Trata-se de Sítio do Mato, cujo índice corresponde a apenas 0,455.

No que diz respeito aos valores apresentados pelo IDH-L, a distância entre a média nacional e os índices apresentados pelos grupos mesorregionais é menor. Se a média nacional equivale a 0,816, o IDH-L das All Mesorregionais corresponde a 0,770. Conforme visto anteriormente, o IDH-L indica a expectativa de vida dos habitantes da região, sinalizando as condições de saúde da unidade territorial analisada.

É a All Ocidental do Tocantins que apresenta maior IDH-L entre os grupos analisados, alcançando 0,806. O município com índice mais elevado, contudo, é Miracema do Tocantins, com 0,820, valor superior à média nacional. Já o grupo mesorregional com IDH-L mais baixo é All Metropolitana de Salvador (0,754).

Por fim, no que diz respeito aos valores do IDH-E, é a All Ocidental do Tocantins que apresenta índice mais elevado (0,550), sendo logo seguida pela All Sul Maranhense (0,536). Está na All Oriental do Tocantins, aliás, o município com maior IDH-E: trata-se de Pedro Afonso, cujo índice equivale a 0,664, valor superior inclusive à média nacional, que é 0,637.

No outro extremo, está a All Sudoeste Piauiense, cujo IDH-E é de apenas 0,448. O município com índice mais baixo, também está localizado na All Sudoeste Piauiense: é o município de Gilbués, cujo IDH-E corresponde a apenas 0,380.

Finalmente, vale destacar que, no que diz respeito à evolução temporal, todos os grupos mesorregionais tiveram melhoras nos índices apresentados entre 1991 e 2010. A evolução do IDH na All Vale São Franciscano da Bahia acompanha o processo de evolução econômica de Bom Jesus da Lapa, que se tornou um importante polo local em virtude do desenvolvimento do agronegócio baseado em projetos de irrigação. A cidade se desenvolveu com base neste setor e hoje aglutina um setor de serviços expressivo.

A evolução do IDH no Recôncavo Baiano está ligada ao desenvolvimento socioeconômico local, especialmente o crescimento de atividades vinculadas ao setor petrolífero. Já no extremo oeste baiano, destaca-se o município de Barreiras e, em menor escala, Angical. Nesta região, o avanço do agronegócio vem gerando renda para os municípios, o que é revertido em melhoria em índices de qualidade de vida, ainda que esta atividade promova conflitos ligados ao acesso à terra.

Na All Sudoeste Piauiense estão alguns dos piores índices de desenvolvimento humano da área em estudo. Esta região também vem observando o desenvolvimento do agronegócio a partir das últimas décadas, especialmente em Corrente e Gilbués, onde se produz e comercializa grandes quantidades de soja. No entanto, o histórico de atraso socioeconômico ainda impõe à região uma condição precária, e o desenvolvimento do agronegócio tende a favorecer uma pequena parcela da população. Nesta região, isso é agravado pelo fato de que boa parte da mão de obra é importada, diante da escassez de mão de obra qualificada localmente.

A expansão do agronegócio também é uma realidade na All Sul Maranhense, com mecanização da produção. Nesta região, a pequena agricultura familiar consegue acesso a financiamentos para a atividade, embora esta sofra com o avanço do agronegócio, que intensifica os conflitos fundiários. O aumento na geração de renda vinculada ao agronegócio pode ser um importante motivo para a evolução dos índices de desenvolvimento humano, embora tímida em alguns municípios.

A All do empreendimento no estado do Tocantins tem o seu crescimento econômico recente também ligado ao agronegócio. Este crescimento teve início na década de 1970,

com o aporte de capital ligado ao PRODECER III, programa de investimento agropecuário no cerrado brasileiro, em parceria entre os governos brasileiro e japonês (RODRIGUES, 2009). Neste contexto se destacou o município de Pedro Afonso, que detém alguns dos maiores índices de desenvolvimento humano de toda a All. A região apresenta, no entanto, expressivo contraste, ao se comparar os índices de Pedro Afonso, Rio dos Bois e Miracema do Tocantins com os de Centenário e Lizarda, municípios ainda em condições socioeconômicas precárias.

Entre os municípios planejados para receber canteiros de obras, Gilbués/PI apresenta o menor IDHM (0,548). Nos municípios de Planaltino/BA, Riachão das Neves/BA, Cristalândia do Piauí/PI, Monte Alegre do Piauí/PI, Centenário/TO e Lizarda/TO, observa-se também baixo IDH, todos abaixo de 0,580.

Nestes municípios uma atenção especial deverá ser dispensada aos impactos da instalação de canteiros de obras, devido à vulnerabilidade social e econômica do cenário atual apontada pelos Índices de Desenvolvimento Humano.

Por outro lado, Barreiras e Pedro Afonso, também eleitos para a instalação de canteiros de obras, destacam-se pelo IDH elevado – ambos acima de 0,720, conforme apontado anteriormente.

6.4.1.2.4 - Polos Regionais e Hierarquia das Cidades

A rede urbana brasileira vem sendo estudada pelo IBGE desde 1966 com o objetivo de identificar seus centros polarizadores, a dimensão da sua área de influência e os fluxos estabelecidos nessas áreas. Para tal, definiram-se primeiramente os centros, privilegiando a função da gestão do território. Os centros de gestão do território são aquelas cidades que concentram diversos órgãos de estado e sedes de empresas, cujas decisões afetam um determinado espaço. Além disso, foi levada em consideração a oferta de diferentes tipos de equipamentos e serviços, tais como oferta de ensino superior, serviços bancários, ligações aéreas, deslocamentos para internações hospitalares, entre outros. Com os centros de gestão estabelecidos, partiu-se para a segunda fase do processo, que consiste na definição da região de influência de tais centros, considerando-se a rede de interação entre as cidades e tais centros, a dimensão da região de influência de cada centro, assim como as diferenças regionais (IBGE, 2007).

Este processo resultou numa hierarquia dos centros urbanos, com a composição das cidades classificadas em 05 (cinco) grandes níveis (metrópole, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local), divididos, por sua vez, em 02 (dois) ou 03 (três) subníveis.

a. Metrópoles - são os 12 principais centros urbanos do país, que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta.

Na All do empreendimento, as cidades de Brasília, Fortaleza, Salvador e Goiânia são as metrópoles que centralizam os municípios analisados. Brasília influencia alguns dos municípios do estado da Bahia; Fortaleza polariza municípios tanto do estado do Piauí quanto do Maranhão; Salvador exerce influência sobre alguns municípios do estado da Bahia; e Goiânia influencia alguns municípios do Tocantins, do Maranhão e do Piauí (IBGE, 2007).

b. Capital Regional - de acordo com a análise apresentada pelo estudo do IBGE referem-se à Região de Influência das Cidades (REGIC). Integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o extrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino para um conjunto de atividades, por um grande número de municípios.

São 08 (oito) as cidades classificadas como Capitais Regionais que polarizam os municípios da All: Barreiras/BA, Feira de Santana/BA, Vitória da Conquista/BA, São Luiz/MA, Imperatriz/MA, Teresina/PI, Palmas/TO e Araguaína/TO. Dentre elas, somente Barreiras/BA empreendimento.

c. Centro sub-regional - no Brasil, integram este nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas. Têm área de atuação mais reduzida e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as 03 (três) metrópoles nacionais. Na área em estudo, somente 02 (dois) municípios, nos estados do Maranhão e Bahia, foram classificados como centros sub-regionais, sendo eles: Balsas/MA e Bom Jesus da Lapa/BA.

d. Centros de zona - nível formado por 556 cidades brasileiras de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares.

Onze municípios da área em estudo foram classificados como centros de zona, distribuídos entre os quatro estados analisados, conforme **Quadro 6.4.1-4**.

Quadro 6.4.1-4 - Centros de Zona na All.

UF	Município (Centros de Zona)
TO	Miracema do Tocantins
	Pedro Afonso
MA	Alto Parnaíba
PI	Gilbués
	Santa Filomena
	Corrente
BA	Livramento de Nossa Senhora
	Santana
	Serra Dourada
	Caetité
	Macaúbas

Fonte: IBGE, 2008

e. Centro Local - as demais 4.473 cidades brasileiras, cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes. Normalmente, têm população inferior a 10 mil habitantes. Nesta categoria, fazem parte da All do empreendimento 33 municípios, conforme **Quadro 6.4.1-5**.

Quadro 6.4.1-5 - Centros Locais na All.

UF	Municípios (Centro Local)
TO	Centenário
	Lizarda
	Miranorte
	Rio dos Bois
PI	Cristalândia do Piauí
	Monte Alegre do Piauí
	Sebastião Barros
	Riacho Frio

UF	Municípios (Centro Local)
BA	Angical
	Baianópolis
	Brejões
	Brejolândia
	Castro Alves
	Catolândia
	Ibicoara
	Igaporã
	Irajuba
	Iramaia
	Itatim
	Jussiape
	Maracás
	Marcionílio Souza
	Milagres
	Nova Itarana
	Planaltino
	Riachão das Neves
	Riacho de Santana
	Rio de Contas
Santa Rita de Cássia	
Santa Teresinha	
Sapeaçu	
Sítio do Mato	
Tabocas do Brejo Velho	

Fonte: IBGE, 2008

O **Quadro 6.4.1-6**, apresenta um resumo das classificações da rede urbana dos municípios da área em estudo.

Quadro 6.4.1-6 - Rede Urbana na All.

Hierarquia urbana	Município
Capital Regional	Barreiras/BA
Centro Sub-regional	Balsas/MA; Bom Jesus da Lapa/BA
Centro de Zona A	Corrente/PI; Macaúbas/BA, Caetité/BA
Centro de Zona B	Miracema do Tocantins/TO, Pedro Afonso/TO; Alto Paranaíba/MA; Gilbués/PI; Livramento de Nossa Senhora/BA, Santa Filomena/BA, Santana/BA, Serra Dourada/BA
Centro Local	Centenário/TO, Lizarda/TO, Miranorte/TO, Rio dos Bois/TO; Cristalândia do Piauí/PI, Monte Alegre do Piauí/PI, Sebastião Barros/PI, Riacho Frio/PI; Angical/BA, Baianópolis/BA, Brejões/BA, Brejolândia/BA, Castro Alves/BA, Catolândia/BA, Ibicoara/BA, Igaporã/BA, Irajuba/BA, Iramaia/BA, Itatim/BA, Jussiape/BA, Maracás/BA, Marcionílio Souza/BA, Milagres/BA, Nova Itarana/BA, Planaltino/BA, Riachão das Neves/BA, Riacho de Santana/BA, Rio de Contas/BA, Santa Rita de Cássia/BA, Santa Teresinha/BA, Sapeaçu/BA, Sítio do Mato/BA, Tabocas do Brejo Velho/BA

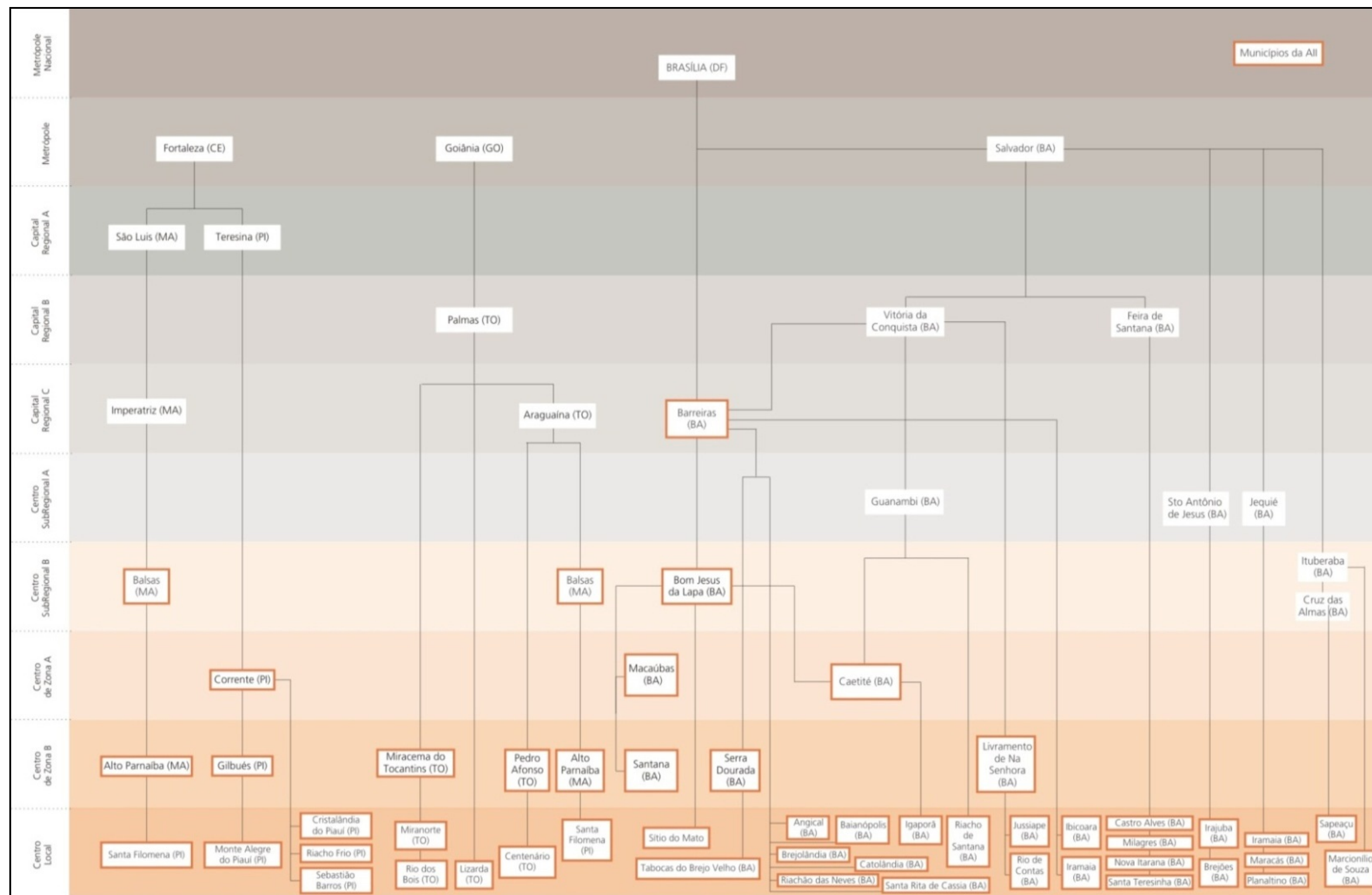
Fonte: IBGE, 2008

A maior parte dos municípios cujo território é atravessado pelo empreendimento é de pequeno porte e não exerce influência no seu entorno. Alguns núcleos urbanos com maior centralidade se tornam foco de atração para outros municípios, como é o caso de Miracema do Tocantins e Pedro Afonso, no estado do Tocantins.

O mesmo se vê, no estado do Maranhão, nas cidades de Balsas e Alto Parnaíba. No Piauí, aparecem como cidades mais influentes Gilbués e Corrente. Quando se trata do estado da Bahia, a principal cidade é Barreiras, por influenciar diversos municípios da All⁷. Após Barreiras, um segundo polo importante de atração no estado é Bom Jesus da Lapa. Por último, ainda no estado da Bahia, apresentam-se também como polos relevantes as cidades de Caetité, Livramento de Nossa Senhora, Macaúbas e Santana, conforme pode ser observado na **Figura 6.4.1-7**.

Outro ponto importante a ser levantado é a forma desigual como se dá a distribuição dos níveis hierárquicos entre os municípios da All. O fato de não haverem níveis intermediários e a irregularidade dos intervalos entre os mesmos no território denotam a ausência de uma rede urbana estruturada, concentrando, muitas vezes, a oferta de serviços e equipamentos nas capitais.

⁷ Cabe observar que Barreiras tem influência em diversos municípios, para além da área em estudo.



Fonte: IBGE, 2007

Figura 6.4.1-7 - Hierarquia Urbana Regional na All.

Coordenador:

Técnico:

6.4.1.2.4.1 - Transporte Coletivo

Outro aspecto importante investigado pelo REGIC (IBGE, 2008) nos municípios que não foram classificados como centros de gestão⁸, é o uso do transporte coletivo como forma de ligação entre tais municípios e os centros de gestão. Foram considerados no estudo o principal meio de ligação entre os municípios (rodoviário, aéreo e fluvial) e a frequência das viagens (diária, semanal, quinzenal ou mensal). Esta análise revela a dinâmica da circulação de pessoas, evidenciando o vínculo entre os municípios analisados dentro da rede de hierarquia urbana de que fazem parte. As informações sobre a ligação de transporte coletivo para todos os municípios da All encontram-se no **Anexo 6.4.1-6**.

De acordo com o REGIC, na área em estudo, no estado do Tocantins, o município que mais se destaca como destino é Palmas, capital do estado, com viagens partindo de Lizarda, Miranorte, Pedro Afonso e Rio dos Bois. O destino com maior número e frequência de viagens é Miracema do Tocantins, partindo de Miranorte.

Entre os municípios analisados no estado do Piauí, destaca-se a frequência das viagens ocorridas entre Santa Filomena e Alto Parnaíba, no Maranhão, que acontecem 100 vezes ao dia, confirmando a polarização urbana apontada pela **Figura 6.4.1-10**. Corrente e Teresina, dentro do próprio estado, são também destinos importantes. De Cristalândia do Piauí, partem viagens para destinos significativos como Barreiras (BA), Brasília (DF) e Teresina (PI), com viagens diárias.

O estado da Bahia demonstra um padrão mais estadualizado nos seus destinos, ou seja, a maior parte dos destinos dos municípios analisados localiza-se dentro do próprio estado, com destaque para as viagens com destino à capital, Salvador. Entre os deslocamentos com destino a outros estados destacam-se: a) São Paulo/SP, com viagens partindo de Macaúbas, Riacho de Santana e Rio de Contas; b) Goiânia/GO, com origem em Riachão das Neves e Santa Rita de Cássia; c) Brasília/DF, a partir de Angical, Riachão das Neves e Santa Rita de Cássia; d) João Pessoa/PB, partindo de Santa Teresinha; e) Belo Horizonte/MG, com origem em Riacho de Santana; e f) Fortaleza/CE, partindo de Milagres.

⁸ O IBGE aplicou questionário em áreas de influência segundo temas específicos, isto é, tais questionários foram aplicados nos 4.625 municípios não classificados como centros de gestão, investigando as principais ligações de transportes coletivos e os principais destino dos moradores para obtenção de serviços, como compras, saúde, aeroportos, fluxos de insumos e produtos agropecuários.

Destacam-se, também, como destinos, centros de gestão importantes no próprio estado da Bahia, como Barreiras, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié e Santo Antônio de Jesus. Para Barreiras, partem viagens diárias de 05 (cinco) municípios: Angical, Baianópolis, Catolândia, Riachão das Neves e Santa Rita de Cássia. Para Feira de Santana há viagens diárias de Santa Teresinha, Sapeaçu e Castro Alves. Para Vitória da Conquista, há também viagens diárias partindo de Ibicoara, Jussiape, Maracás e Rio de Contas. Para Jequié, partem viagens diárias de Maracás, Milagres e Planaltino. E, finalmente, para Santo Antônio de Jesus, partem viagens de Brejões, Castro Alves, Milagres, e Sapeaçu.

6.4.1.2.4.2 - Produção Agropecuária

6.4.1.2.4.2.1 - Destino da Distribuição

Segundo o IBGE⁹, a rede de distribuição da produção agropecuária apresenta fluxos muito complexos, que podem ser explicados pela existência de diferentes processos que determinam redes distintas, incluindo *commodities*, produtos de cesta básica e produtos de consumo regional.

Identificam-se, pelo menos, cinco padrões distintos na distribuição da produção: 1) o dos produtos de consumo imediato, para regiões vizinhas, que formam redes mais curtas; 2) o dos produtos para processamento da agroindústria, presentes em pontos específicos do território; 3) o dos produtos destinados a centros atacadistas, em centros regionais, ambos apresentando desenho variado de redes; 4) o dos produtos para abastecimento de cadeias varejistas, como hipermercados, apresentando, de modo geral, fluxos longos orientados a grandes centros urbanos; 5) e o de produtos direcionados à exportação, fluindo para cidades portuárias.

No caso dos municípios analisados no estado do Tocantins, os principais produtos agropecuários são: soja, abacaxi, milho e gado bovino. A maior parte destes produtos é destinada ao consumo imediato para regiões vizinhas, com exceção de Miranorte, com sua produção de abacaxi destinada a São Paulo e Goiânia; Pedro Afonso e Rio dos Bois produzem soja destinada a São Luís para exportação, e carne bovina escoada para Fortaleza. No estado do Maranhão, destaca-se a produção de soja de Alto Parnaíba, destinada a Balsas.

⁹ Região de Influência das Cidades, 2007.

Com relação aos municípios em estudo no Piauí, o fluxo de produtos se dá, em geral, entre os municípios vizinhos, com destaque para os produtos bovino, arroz, soja e milho.

Por fim, no estado da Bahia, os municípios analisados se apresentam como polos significativos de produção agrícola, cujos principais produtos são mandioca, feijão, laranja, café e carnes bovina e suína. Grande parte destes municípios apresenta o fluxo de seus produtos para o consumo imediato, tendo como destino cidades mais próximas.

Observam-se, entretanto, alguns municípios cuja produção é voltada para Salvador e Vitória da Conquista, polos importantes do estado. São eles: a) Brejões, que produz café para Salvador; b) Castro Alves, com produção de mandioca, feijão e laranja destinada a Salvador; c) Ibicoara, com produção de batata inglesa, tomate, café, sinos e mamona para Vitória da Conquista; d) Iramaia, na produção de suínos e mamona para Vitória da Conquista; e) Itatim, que produz mandioca e sisal ou agave para Salvador; f) Jussiape, que produz cana-de-açúcar para Vitória da Conquista; f) Marcionílio Souza, que produz mandioca e feijão para Salvador; g) Rio de Contas, que produz café e feijão para Vitória da Conquista e cana-de-açúcar para Salvador e Vitória da Conquista; h) Santa Teresinha produz mandioca para Salvador; i) Sapeaçu produz mandioca e laranja para Salvador. As únicas capitais fora do estado da Bahia a que se destina algum produto agropecuário da área em estudo são São Paulo, Fortaleza e Recife. Destacam-se as produções de mamona, do município de Marcionílio Souza, destinada a São Paulo; de feijão, em Macaúbas, voltada para o mercado de Fortaleza e de tomate e batata-inglesa, em Ibicoara, com destino a Recife. As informações sobre o destino da produção agropecuária para todos os municípios da All encontram-se no **Anexo 6.4.1-7**.

6.4.1.2.4.2.2 - Origem dos Insumos Agropecuários

Os insumos agropecuários abrangem elementos distintos entre si que formam uma rede complexa, pois dizem respeito a uma gama de produtos, tais como sementes, adubos, fertilizantes, pesticidas, vacinas, equipamentos diversos, etc.

Existem dois tipos de padrões para esta rede: 1) Fluxos longos, caracterizados pelo movimento de grandes produtores agropecuários na busca por insumos em grandes centros urbano-industriais; 2) Fluxos mais curtos, onde os pequenos e médios produtores rurais vão em direção aos municípios mais próximos.

Em linhas gerais, nos municípios analisados neste estudo, os deslocamentos se apresentam em fluxos mais curtos, o que caracteriza uma produção agrícola de médio e pequeno porte. Além disso, os padrões de centralidade no suporte à atividade agropecuária têm relação com a territorialização das redes de influência das cidades. Não existe, em nenhum dos municípios em estudo, um fluxo de busca de insumos em cidades fora do estado de origem ou grandes centros como São Paulo, por exemplo.

É importante mencionar a expansão da fronteira agrícola da produção irrigada de grãos em parte da All no Tocantins e no Oeste Baiano, que vem reconfigurando as redes de relações territoriais nessas regiões, possivelmente não incluída no diagnóstico do REGIC devido ao seu recorte temporal.

No Tocantins, Miracema do Tocantins é um importante fornecedor de insumos para a produção de arroz e abacaxi e para a criação de bovinos para as cidades de Lizarda e Miranorte. Por sua vez, Miranorte é fornecedora de insumos para criação de bovinos e produção de arroz para Rio dos Bois e para o próprio município. Palmas, capital do estado, também aparece como fornecedora de insumos para Lizarda. No estado do Maranhão, os municípios de Balsas, Imperatriz e São Luís fornecem insumos para a produção de soja em Alto Parnaíba.

O município de Balsas, no Maranhão, também é um importante fornecedor de insumos para a produção de soja, arroz e criação de bovinos para Gilbués, Monte Alegre do Piauí e Santa Filomena, no Piauí.

No estado da Bahia, cidades que são polos importantes dentro do próprio estado exercem papel de provedores de insumos para os municípios da área de influência, como é o caso de Barreiras, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Bom Jesus da Lapa e Jequié, conforme demonstrado no **Anexo 6.4.1-8**.

6.4.1.2.4.3 - Saúde

No caso do Tocantins, os fluxos, em geral, são mais curtos e acompanham a rede de influência das cidades analisadas. As ligações de primeira ordem, que correspondem à primeira opção de local para onde se desloca a população em busca de atendimento de saúde, ocorrem entre os municípios de Rio dos Bois e Miranorte; Pedro Afonso e Guaraí; Miranorte e Miracema do Tocantins; Lizarda e Palmas; Centenário e Guaraí.

Na área em estudo, no estado do Maranhão, o município de Alto Parnaíba tem em Balsas uma ligação de primeira ordem, e, com Imperatriz, uma ligação de segunda ordem, correspondente à segunda opção de deslocamento para atendimento de saúde.

Já no caso do Piauí, os fluxos de primeira ordem são sempre para municípios próximos, principalmente para a cidade de Corrente. Observa-se também um movimento de segunda ou terceira ordens para capitais como Teresina, vindos de Sebastião Barros, Santa Filomena, Riacho Frio, Gilbués e Cristalândia do Piauí; e Brasília, vindos de Riacho Frio, Gilbués e Cristalândia do Piauí.

Nos municípios da Bahia, também o primeiro movimento se dá, na maior parte das vezes, para os municípios mais próximos. Existem algumas cidades como Sítio do Mato e Serra Dourada que se utilizam de Brasília como destino de 1ª ordem. Ressalta-se que as capitais estaduais e regionais delineadas na rede de influência das cidades têm papel importante como destino para o acesso a serviços de saúde para a população dos municípios analisados, como é o caso das ligações de primeira ordem entre os municípios de Angical, Baianópolis, Brejolândia, Catolândia, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e Santana para Barreiras; de Castro Alves, Itatim Nova Itarana e Milagres para Feira de Santana; e de Ibicoara para Vitória da Conquista, conforme pode-se observar no **Anexo 6.4.1-9**.

6.4.1.2.4.4 - Compras

No item compras, foram analisados os deslocamentos feitos pelos moradores para adquirir roupas, calçados, eletrodomésticos, móveis, etc, por ordem de frequência.

Em Tocantins, nos municípios atravessados pelo empreendimento, os deslocamentos são, em um primeiro momento, mais curtos, para cidades próximas, como, por exemplo, as ligações de primeira ordem entre Rio dos Bois e Miranorte; Pedro Afonso e Guaraí; Miranorte e Miracema do Tocantins; Centenário e Guaraí. Em seguida, aparecem as opções de cidades maiores como Palmas, vindos de Miranorte, Lizarda e Centenário ou Araguaína, partindo de Pedro Afonso e Centenário.

Alto Parnaíba, no Maranhão, faz uso de Balsas como primeira opção de deslocamento para compras. Para os municípios do Piauí, a cidade de Corrente se apresenta como destino principal nos deslocamentos para compras.

Já os municípios da Bahia têm como primeira opção os deslocamentos mais curtos, mas a tendência, em geral, é no sentido desses deslocamentos progredirem para locais mais distantes, concentrando-se em capitais regionais e metrópoles. Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista confirmam, mais uma vez, a importância de seu papel como pólo centralizador de serviços. Quando os deslocamentos se tornam mais longos, surgem capitais importantes como centros de compras, tais como Salvador (partindo de Angical, Brejões, Castro Alves, Catolândia, Ibicoara, Irajuba, Iramaia, Itatim, Jussiape, Maracás, Marcionílio Souza, Milagres, Nova Itarana, Rio de Contas, Sapeaçu); Goiânia (partindo de Angical, Baianópolis, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia); e Brasília (partindo de Baianópolis, Brejolândia, Catolândia, Riachão das Neves, Santana, Serra Dourada, Sítio do Mato e Tabocas do Brejo Velho), conforme indicado no **Anexo 6.4.1-9**.

6.4.1.2.4.5 - Apontamentos sobre a Hierarquia Urbana

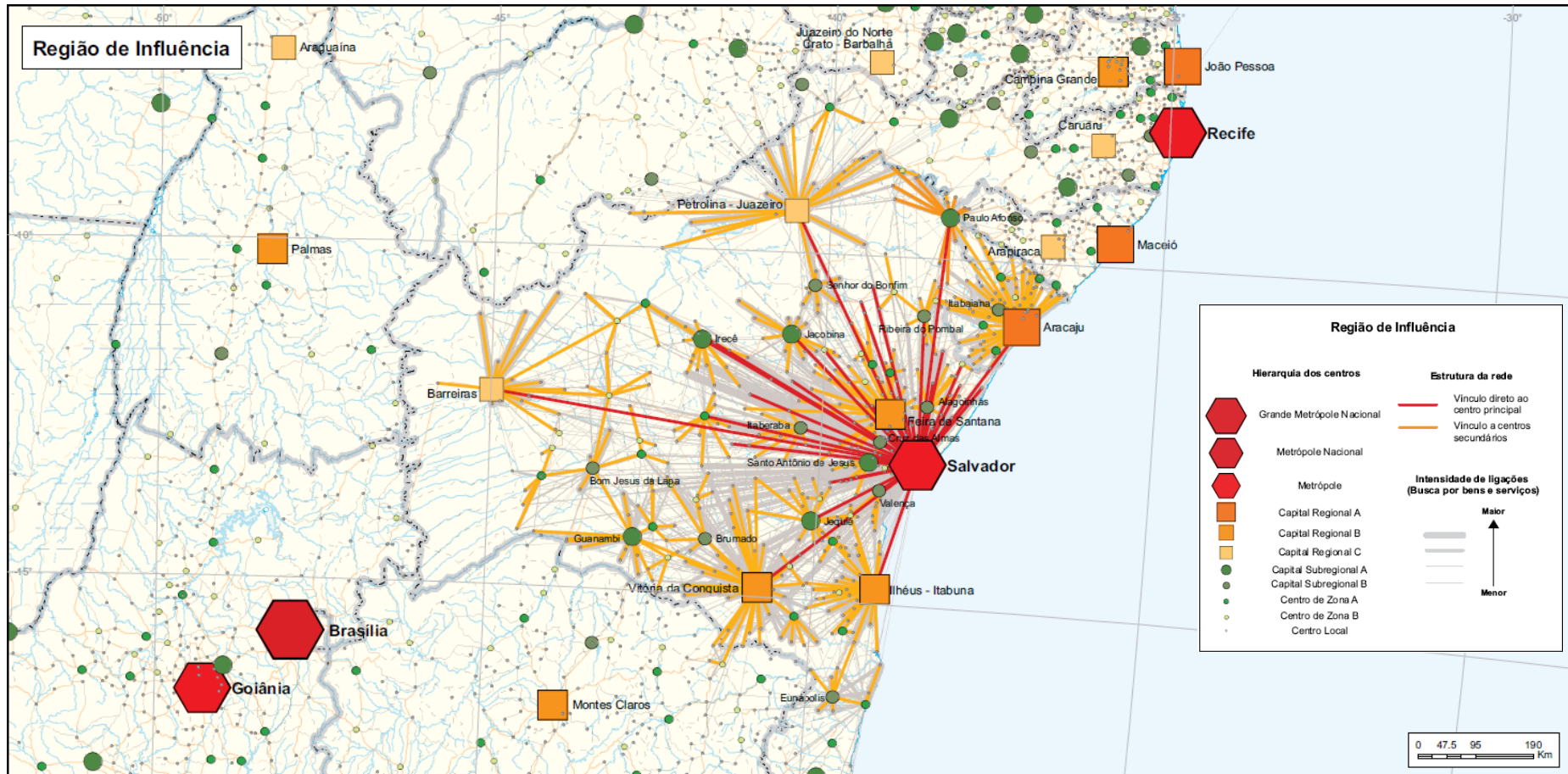
Entre os 47 municípios da All, o maior centro urbano é a cidade baiana de Barreiras, localizada no Extremo Oeste do estado e classificada pelo REGIC como capital regional, ou seja, um centro com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, que tem área de influência de âmbito regional, sendo referido como destino para um conjunto de atividades por grande número de municípios.

Os municípios que compõem a área em estudo são, em sua grande maioria, apenas centros locais (33), cuja centralidade e atuação não extrapolam a área do próprio município, ou centros de zona (11), destacando-se entre estes Caetité e Macaúbas, no Centro-Sul baiano, e Corrente, no Sudoeste Piauiense, como Centros de Zona A, que chegam a polarizar conjuntos de dois a cinco municípios da sua área imediata.

No nível imediatamente superior, como centros sub-regionais, tem-se o município baiano de Bom Jesus da Lapa, localizado na bacia do rio São Francisco, e o município de Balsas, no Sul Maranhense. Mas enquanto Bom Jesus da Lapa/BA se relaciona diretamente com a metrópole nacional de Brasília, a cidade maranhense de Balsas é influenciada pela capital regional de Imperatriz/MA, que a conecta com a capital regional, de nível superior, de São Luís/MA, além de ser diretamente influenciada por outra capital regional, Teresina/PI, ambas intermediando a polarização de Balsas/MA pela metrópole de Fortaleza/CE.

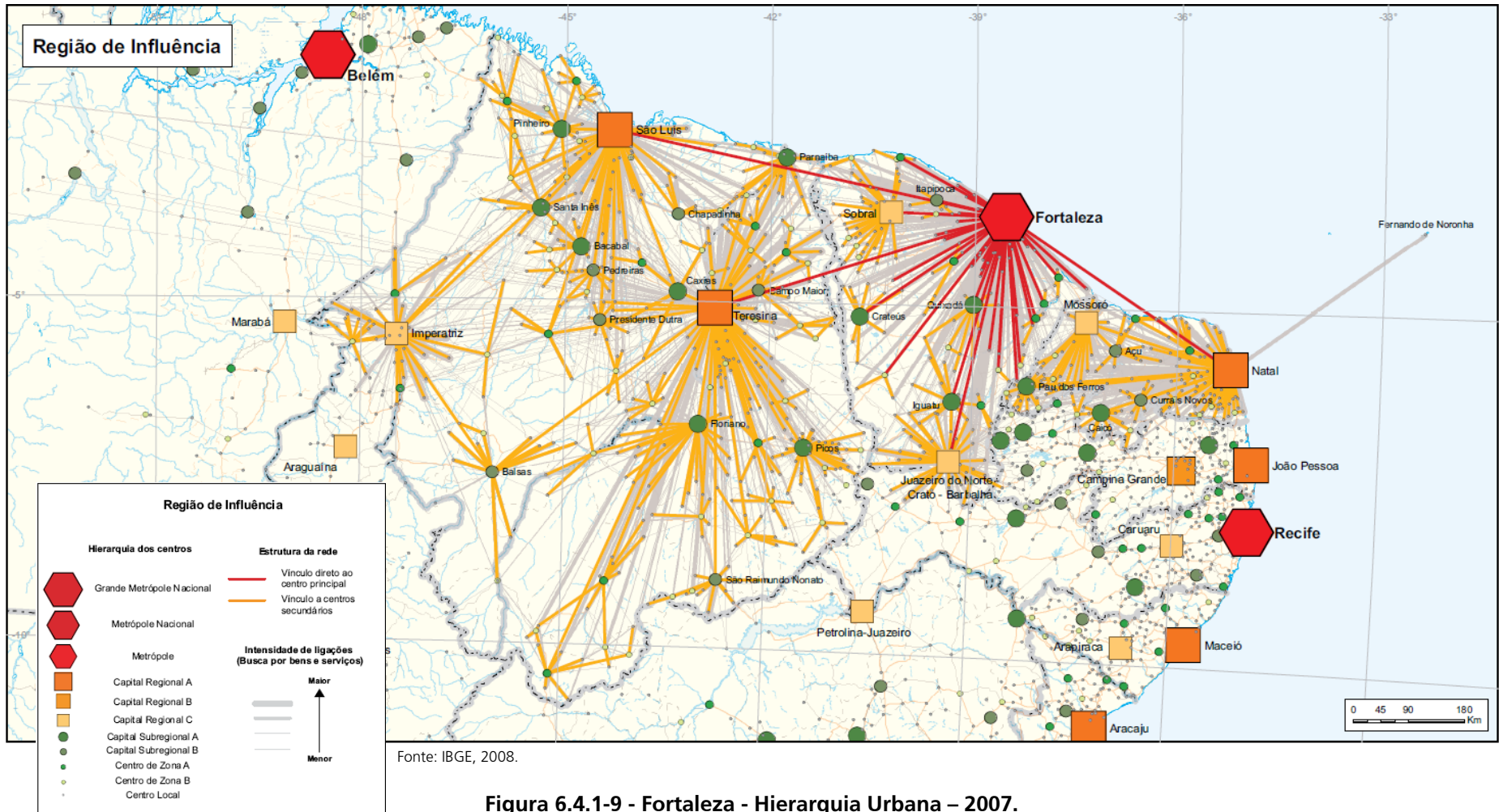
Muitos dos pequenos municípios em estudo são influenciados por capitais regionais localizadas fora a área de influência do empreendimento: Feira de Santana/BA, Vitória da Conquista/BA, São Luiz/MA, Imperatriz/MA, Teresina/PI, Palmas/TO e Araguaína/TO, e são direta ou indiretamente polarizados pelas metrópoles de Salvador/BA, Fortaleza/CE, Goiânia/GO e Brasília/DF.

A **Figura 6.4.1-8**, **Figura 6.4.1-9**, **Figura 6.4.1-10** e **Figura 6.4.1-11**, permitem visualizar as relações de influência entre os centros urbanos da All e as quatro metrópoles pelas quais são direta ou indiretamente polarizados.



Fonte: IBGE, 2008.

Figura 6.4.1-8 - Salvador - Hierarquia Urbana – 2007.



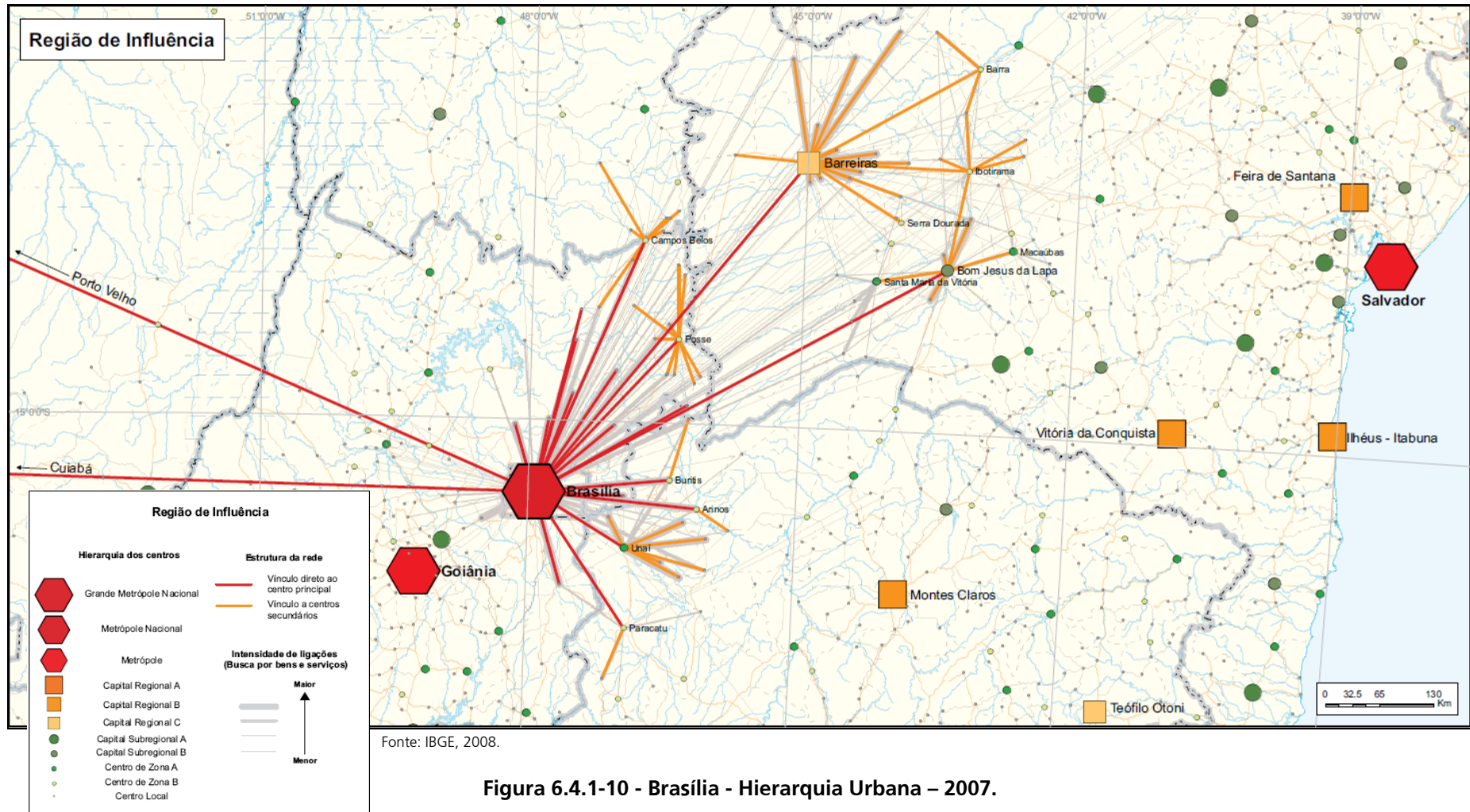


Figura 6.4.1-10 - Brasília - Hierarquia Urbana – 2007.

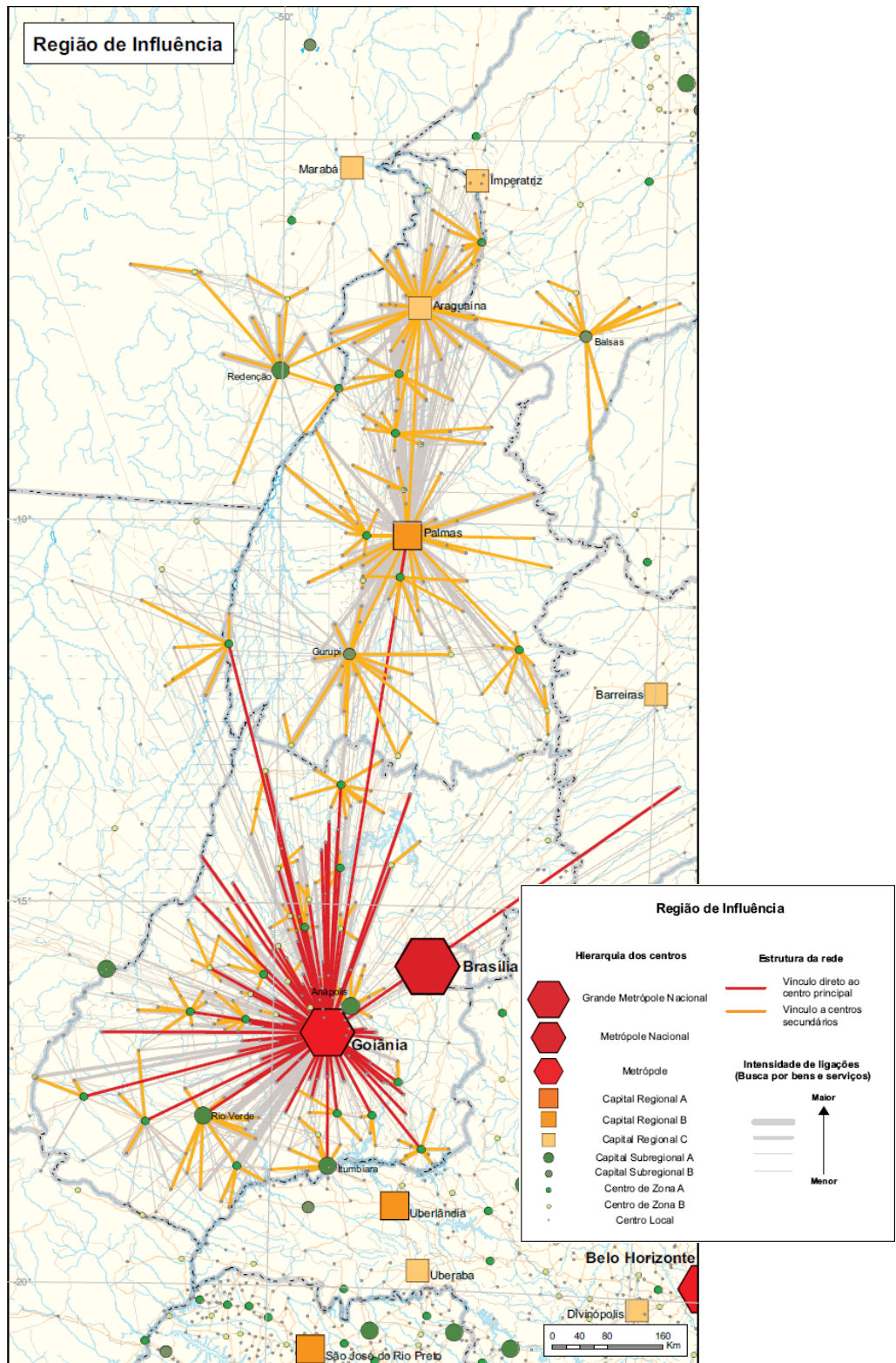


Figura 6.4.1-11 - Goiânia - Hierarquia Urbana – 2007.

Coordenador:

Técnico:

6.4.1.2.4.6 - Caracterização Socioeconômica dos Polos Regionais com Influência na All

Conforme analisado anteriormente, alguns municípios caracterizados como polos regionais são referências para os municípios da All do empreendimento. Estas cidades têm abrangência regional e, portanto, exercem influências e relações com seu entorno, sendo que o raio de alcance desta influência varia em cada caso. Grandes metrópoles normalmente têm maior quantidade de municípios sob sua influência.

Estas relações podem ocorrer em diversos níveis, referentes à centralidade de certos municípios no tocante a aspectos econômicos e estruturais, principalmente. Assim, polos regionais são, comumente, municípios que centralizam uma dinâmica na qual contém população, economia e infraestrutura superior àquela encontrada em seu entorno.

Deste modo, diante da implantação de um empreendimento como o ora em análise, convém caracterizar os polos regionais não inseridos na All do empreendimento, mas que tendem a interagir de algum modo com sua construção. Esta interação pode se dar por meio da utilização de mão de obra residente nestes polos, ou ainda o fornecimento de insumos, materiais e equipamentos para as obras.

Em outras palavras, estes polos são passíveis de interagir com a construção da LT ao prestar suporte logístico à mesma, sendo os locais que poderão ser procurados diante da demanda criada pela construção do empreendimento, por serviços básicos. Ainda neste sentido, importa destacar que, conforme mencionado anteriormente, a maioria dos municípios da All do empreendimento é de pequeno porte, com populações diminutas e infraestrutura limitada. Cabe observar mais uma vez a não existência de uma rede urbana estruturada na All o que significa que os serviços e equipamentos se concentram nas capitais/polos.

Dessa forma, foram elencados 9 (nove) municípios que desempenham o papel de polos regionais para os municípios da All e, portanto, apresentam relevância no contexto da construção do empreendimento em tela. Importa ressaltar que, na presente análise, não estão incluídos municípios que sejam polos regionais mas que integram a All - como Bom Jesus da Lapa/BA, Barreiras/BA, Balsas/MA e Corrente/PI, de modo que estes já estão caracterizados ao longo do diagnóstico socioeconômico. Para definição destes polos foram consideradas, além dos dados do REGIC, as informações levantadas nas campanhas

de campo para caracterização de AID e All, a partir das quais se podem extrair as relações hierárquicas entre os núcleos urbanos. Deste modo, justifica-se a não inclusão de Ituberaba/BA neste item, relacionado como referência no estudo do REGIC, já que não foi detectada no levantamento de campo relação deste município com a All que justificasse sua inclusão na análise aqui pretendida.

A cidade de Salvador/BA não foi incluída nesta caracterização devido a sua condição de metrópole, constituindo uma dinâmica econômica e social que transcende as possíveis influências do empreendimento nas suas formas de organização socioeconômicas. As capitais São Luís do Maranhão/MA e Teresina/PI também não se encontram caracterizadas neste item. Embora tenham sido apontadas pelo REGIC como presentes na hierarquização urbana dos municípios da All, a grande distância territorial existente entre as mesmas e a área de influência do empreendimento faz com que sua relação com a implantação da LT não seja considerada de grande relevância. **Quadro 6.4.1-7**, estão listados os Polos Regionais aqui contemplados.

Quadro 6.4.1-7 - Polos Regionais.

UF	Polo Regional
TO	Palmas
	Araguaína
MA	Imperatriz
BA	Cruz das Almas
	Jequié
	Santo Antônio de Jesus
	Guanambi
BA	Feira de Santana
BA	Vitória da Conquista

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

As inter-relações entre estes polos regionais com os municípios da All podem ser observadas na **Figura 6.4.1-7**.

A partir do **Quadro 6.4.1-8**, observa-se que os polos regionais aqui contemplados têm populações que variam entre 58.606, em Cruz das Almas, e 556.642, em Feira de Santana, ambos na Bahia.

Percebe-se, então, a heterogeneidade dos polos regionais aqui contemplados, os quais podem ser referências com abrangência reduzida, como Cruz das Almas, ou grandes capitais regionais como Palmas/TO, Vitória da Conquista/BA, Feira de Santana/BA e Imperatriz/MA.

Diante das características dos polos e das áreas sob sua influência, tendem a ser heterogêneas também as interações de cada polo com o empreendimento. Em outras palavras, cada polo regional deve interagir com o empreendimento de acordo com suas especificidades.

Quadro 6.4.1-8 - População dos Polos Regionais – 2010.

Município	População
Araguaína/TO	150.484
Palmas/TO	228.332
Imperatriz/MA	247.505
Cruz das Almas/BA	58.606
Feira de Santana/BA	556.642
Guanambi/BA	78.833
Jequié/BA	151.895
Santo Antônio de Jesus/BA	90.985
Vitória da Conquista/BA	306.866

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

A capacidade de fornecimento de mão de obra de cada polo regional pode ser avaliada pela análise dos dados referentes à população economicamente ativa destes. Neste sentido, um dado importante é a taxa de população economicamente ativa desocupada, que representa os indivíduos que estão no mercado de trabalho, mas se encontram sem ocupação, podendo ser absorvidos em novas demandas, tais como a construção da LT.

Em tal contexto importa notar que a taxa de desocupação da população economicamente ativa destes polos regionais varia entre 4,12 em Araguaína/TO, e 8,44 em Cruz das Almas/BA. Em valores absolutos, os polos com maior quantidade de indivíduos economicamente ativos desocupados são Feira de Santana/BA, com 30.683, e Vitória da Conquista/BA, com 14.200, como pode ser observado no **Quadro 6.4.1-9**.

Torna-se importante destacar, então, que está previsto um total de cerca de 5.000 trabalhadores diretos para a construção do empreendimento, ao longo das diversas etapas de construção e de acordo com as especificidades e nível técnico de cada ocupação.

Quadro 6.4.1-9 - População por Condição de Ocupação – 2010.

Município	Condição de atividade e de ocupação na semana de referência	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	
		Quantidade	%
Araguaína/TO	Total	124.535	100
	Economicamente ativas	74.063	59,47
	Economicamente ativas - ocupadas	68.938	55,36
	Economicamente ativas - desocupadas	5.125	4,12
	Não economicamente ativas	50.471	40,53
Palmas/TO	Total	188.631	100
	Economicamente ativas	127.475	67,58
	Economicamente ativas - ocupadas	119.075	63,13
	Economicamente ativas - desocupadas	8.399	4,45
	Não economicamente ativas	61.157	32,42
Imperatriz/MA	Total	205.148	100
	Economicamente ativas	119.275	58,14
	Economicamente ativas - ocupadas	109.622	53,44
	Economicamente ativas - desocupadas	9.654	4,71
	Não economicamente ativas	85.872	41,86
Cruz das Almas/BA	Total	50.247	100
	Economicamente ativas	27.195	54,12
	Economicamente ativas - ocupadas	22.953	45,68
	Economicamente ativas - desocupadas	4.242	8,44
	Não economicamente ativas	23.052	45,88
Feira de Santana/BA	Total	471.446	100
	Economicamente ativas	292.296	62
	Economicamente ativas - ocupadas	261.614	55,49
	Economicamente ativas - desocupadas	30.683	6,51
	Não economicamente ativas	179.150	38
Guanambi/BA	Total	67.262	100
	Economicamente ativas	40.257	59,85
	Economicamente ativas - ocupadas	37.189	55,29
	Economicamente ativas - desocupadas	3.067	4,56
	Não economicamente ativas	27.005	40,15

Município	Condição de atividade e de ocupação na semana de referência	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	
		Quantidade	%
Jequié/BA	Total	128.478	100
	Economicamente ativas	70.548	54,91
	Economicamente ativas - ocupadas	63.269	49,25
	Economicamente ativas - desocupadas	7.279	5,67
	Não economicamente ativas	57.930	45,09
Santo Antônio de Jesus/BA	Total	77.628	100
	Economicamente ativas	47.894	61,7
	Economicamente ativas - ocupadas	42.861	55,21
	Economicamente ativas - desocupadas	5.033	6,48
	Não economicamente ativas	29.734	38,3
Vitória da Conquista/BA	Total	257.616	100
	Economicamente ativas	152.770	59,3
	Economicamente ativas - ocupadas	138.570	53,79
	Economicamente ativas - desocupadas	14.200	5,51
	Não economicamente ativas	104.846	40,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Dentre a população economicamente ativa desocupada de cada polo regional aqui considerado, importa notar que, de modo geral, os indivíduos com ensino médio completo e superior incompleto predominam, conforme indicado no **Quadro 6.4.1-10**. Uma possibilidade é que estes são pessoas que estão cursando ensino superior e ainda estão entrando no mercado de trabalho.

Neste sentido, é possível concluir que estes polos regionais apresentam quantidade significativa de jovens que estão se inserindo no mercado de trabalho a partir da formação de nível superior.

Além destes, é considerável a quantidade de indivíduos economicamente ativos desocupados, sem instrução e com ensino fundamental incompleto, os quais poderiam ser atraídos pela possibilidade de vagas na construção do empreendimento.

Estes polos regionais podem também fornecer mão de obra com qualificação técnica superior. Estes profissionais estão disponíveis, embora não em grande quantidade, nestes polos, sendo que as cidades de Feira de Santana/BA e Palmas/TO são as que contam com

maior quantidade de população economicamente ativa desocupada com nível superior, conforme pode-se observar no **Quadro 6.4.1-10**.

Quadro 6.4.1-10 - População Economicamente Ativa Desocupada por Nível de Instrução – 2010.

Município	Nível de instrução	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	
		Quantidade	%
Araguaína/TO	Total	5.125	4,12
	Sem instrução e fundamental incompleto	1.720	1,38
	Fundamental completo e médio incompleto	1.317	1,06
	Médio completo e superior incompleto	1.789	1,44
	Superior completo	258	0,21
	Não determinado	41	0,03
Palmas/TO	Total	8.399	4,45
	Sem instrução e fundamental incompleto	2.058	1,09
	Fundamental completo e médio incompleto	2.095	1,11
	Médio completo e superior incompleto	3.631	1,92
	Superior completo	560	0,3
	Não determinado	56	0,03
Imperatriz/MA	Total	9.654	4,71
	Sem instrução e fundamental incompleto	2.602	1,27
	Fundamental completo e médio incompleto	2.338	1,14
	Médio completo e superior incompleto	4.362	2,13
	Superior completo	333	0,16
	Não determinado	19	0,01
Cruz das Almas/BA	Total	4.242	8,44
	Sem instrução e fundamental incompleto	1.339	2,67
	Fundamental completo e médio incompleto	806	1,6
	Médio completo e superior incompleto	1.947	3,87
	Superior completo	150	0,3
	Não determinado	-	-

Município	Nível de instrução	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	
		Quantidade	%
Feira de Santana/BA	Total	30.683	6,51
	Sem instrução e fundamental incompleto	10.965	2,33
	Fundamental completo e médio incompleto	7.058	1,5
	Médio completo e superior incompleto	11.577	2,46
	Superior completo	885	0,19
	Não determinado	198	0,04
Guanambi/BA	Total	3.067	4,56
	Sem instrução e fundamental incompleto	1.329	1,98
	Fundamental completo e médio incompleto	659	0,98
	Médio completo e superior incompleto	1.006	1,5
	Superior completo	64	0,09
	Não determinado	9	0,01
Jequié/BA	Total	7.279	5,67
	Sem instrução e fundamental incompleto	2.939	2,29
	Fundamental completo e médio incompleto	1.432	1,11
	Médio completo e superior incompleto	2.677	2,08
	Superior completo	161	0,13
	Não determinado	69	0,05
Santo Antônio de Jesus/BA	Total	5.033	6,48
	Sem instrução e fundamental incompleto	1.661	2,14
	Fundamental completo e médio incompleto	1.237	1,59
	Médio completo e superior incompleto	1.987	2,56
	Superior completo	137	0,18
	Não determinado	11	0,01
Vitória da Conquista/BA	Total	14.200	5,51
	Sem instrução e fundamental incompleto	6.515	2,53
	Fundamental completo e médio incompleto	3.408	1,32
	Médio completo e superior incompleto	3.846	1,49
	Superior completo	318	0,12
	Não determinado	114	0,04

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Um dos fatores que caracterizam estes municípios como polos regionais é a maior expressão econômica de que gozam na região que centralizam. Deste modo, é possível notar a importância econômica de Feira de Santana/BA, Vitória da Conquista/BA e Palmas/TO, que contam com grande quantidade de empresas.

De modo geral, estes polos têm a maior parte das suas empresas atuando em atividades ligadas ao comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, confirmando a noção de que são importantes referências para os municípios próximos no tocante ao setor de serviços.

Importa destacar, ainda, a presença de indústrias de transformação nestes municípios, as quais podem fornecer materiais e equipamentos para as obras do empreendimento. Neste sentido, vale destacar as indústrias de transformação em Feira de Santana/BA e Santo Antônio de Jesus/BA, as quais representam cerca de 10% do total de empresas destes municípios.

Por fim, vale chamar atenção para a expressiva quantidade de unidades voltadas para atividades profissionais, científicas e técnicas em Palmas. O **Quadro 6.4.1-11** demonstra os dados.

Quadro 6.4.1-11 - Principais Atividades Econômicas nos Polos Regionais.

Município	Atividades Econômicas	Variável	
		Empresas	Empresas (%)
Araguaína/TO	Total	3.415	100
	Indústrias de transformação	234	6,85
	Eletricidade e gás	1	0,03
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.888	55,29
	Transporte, armazenagem e correio	104	3,05
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	146	4,28
	Educação	92	2,69
	Saúde humana e serviços sociais	131	3,84

Município	Atividades Econômicas	Variável	
		Empresas	Empresas (%)
Palmas/TO	Total	6.055	100
	Indústrias de transformação	302	4,99
	Eletricidade e gás	5	0,08
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	2.587	42,73
	Transporte, armazenagem e correio	145	2,39
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	402	6,64
	Educação	167	2,76
	Saúde humana e serviços sociais	189	3,12
Imperatriz/MA	Total	5.523	100
	Indústrias de transformação	355	6,43
	Eletricidade e gás	-	-
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	3.326	60,22
	Transporte, armazenagem e correio	136	2,46
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	147	2,66
	Educação	166	3,01
	Saúde humana e serviços sociais	238	4,31
Cruz das Almas/BA	Total	1.381	100
	Indústrias de transformação	97	7,02
	Eletricidade e gás	-	-
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	721	52,21
	Transporte, armazenagem e correio	27	1,96
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	29	2,1
	Educação	95	6,88
	Saúde humana e serviços sociais	59	4,27
Feira de Santana/BA	Total	14.493	100
	Indústrias de transformação	1.481	10,22
	Eletricidade e gás	-	-
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	7.698	53,12
	Transporte, armazenagem e correio	510	3,52
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	345	2,38
	Educação	426	2,94
	Saúde humana e serviços sociais	550	3,79

Município	Atividades Econômicas	Variável	
		Empresas	Empresas (%)
Guanambi/BA	Total	2.580	100
	Indústrias de transformação	227	8,8
	Eletricidade e gás	-	-
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.498	58,06
	Transporte, armazenagem e correio	52	2,02
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	56	2,17
	Educação	37	1,43
	Saúde humana e serviços sociais	114	4,42
Jequié/BA	Total	2.920	100
	Indústrias de transformação	238	8,15
	Eletricidade e gás	-	-
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.644	56,3
	Transporte, armazenagem e correio	58	1,99
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	80	2,74
	Educação	80	2,74
	Saúde humana e serviços sociais	154	5,27
Santo Antônio de Jesus/BA	Total	2.155	100
	Indústrias de transformação	255	11,83
	Eletricidade e gás	-	-
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.137	52,76
	Transporte, armazenagem e correio	43	2
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	62	2,88
	Educação	51	2,37
	Saúde humana e serviços sociais	99	4,59
Vitória da Conquista/BA	Total	8.162	100
	Indústrias de transformação	742	9,09
	Eletricidade e gás	1	0,01
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	4.208	51,56
	Transporte, armazenagem e correio	341	4,18
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	244	2,99
	Educação	357	4,37
	Saúde humana e serviços sociais	283	3,47

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2011

Coordenador:

Técnico:

Conforme visto anteriormente, o setor de serviços concentra a maior parte das empresas dos polos regionais ora contemplados. A importância do setor de serviços pode ser observada pela sua relevância para o PIB municipal, sendo o setor com maior contribuição para este. O setor de serviços se destaca mais acentuadamente em Imperatriz e Guanambi, não em termos absolutos, mas em relação aos demais setores destes municípios. Em valores absolutos, os municípios de Feira de Santana/BA, Vitória da Conquista/BA e Palmas/TO apresentam a maior contribuição setorial de serviços para o PIB. Estes três são, inclusive, as maiores economias dentre os polos regionais aqui considerados, com maior Produto Interno Bruto. É também nestes polos que o setor industrial obtém maior destaque, respondendo por cerca de $\frac{1}{4}$ da economia dos 03 (três) municípios. O **Quadro 6.4.1-12** traz informação sobre o PIB setorial em valores nominais para os municípios em análise neste item.

Deste modo, estes polos (Feira de Santana/BA, Vitória da Conquista/BA e Palmas/TO) tendem a ter maior capacidade para atender à demanda industrial suscitada pela implantação do empreendimento na região.

Vitória da Conquista/BA tem destaque no comércio atacadista, diante da presença de grupos nacionais e multinacionais. O setor moveleiro local também sobressai, bem como a construção civil, a qual se destacou localmente nos últimos anos, especialmente mediante investimentos do governo federal, como o Programa "Minha Casa Minha Vida", além de investimentos da iniciativa privada.

Em Feira de Santana/BA, o comércio vem sendo o carro chefe da economia local, sendo que o setor secundário se destaca também pela presença de polos industriais - Centro Industrial de Subaé e Centro das Indústrias de Feira de Santana, os quais abarcam indústrias que produzem alimentos, materiais de transporte, elétricos, químicos, máquinas e equipamentos, autopeças, etc.

Palmas, capital do estado do Tocantins, é uma cidade planejada para receber o centro administrativo estadual e, por isso, aglutina o setor de serviços regional. Dentre as empresas, se destacam as micro empresas e na cidade há quatro distritos industriais - Distrito Industrial de Palmas, Distrito Industrial Tocantins I, Distrito Industrial Tocantins II e Distrito Industrial de Taquaralto.

Quadro 6.4.1-12 - PIB por Setores.

Município	PIB	PIB Indústria	PIB Serviços	PIB Agropecuária	PIB Impostos
Araguaína/TO	857.957,87	192.275,05	540.926,96	28.195,61	96.560,26
Palmas/TO	1.752.422,97	423.171,78	1.094.350,28	10.860,33	224.040,58
Imperatriz/MA	945.771,99	120.718,66	693.900,48	26.497,18	104.655,67
Cruz das Almas/BA	199.715,05	28.289,29	142.765,32	8.785,22	19.875,22
Feira de Santana/BA	3.316.659,65	784.224,73	2.027.553,81	26.894,12	477.986,98
Guanambi/BA	259.726,70	33.988,21	193.350,84	6.891,64	25.496,00
Jequié/BA	747.456,58	107.131,76	530.244,74	9.764,01	100.316,07
Santo Antônio de Jesus/BA	440.987,05	64.687,68	314.382,34	4.950,28	56.966,76
Vitória da Conquista/BA	1.547.944,38	245.044,89	1.054.608,21	35.185,62	213.105,66

Fonte: Ipeadata, 2010

Outro importante aspecto a ser considerado é a infraestrutura de saúde destas cidades, uma vez que esta infraestrutura pode ser alvo de aumento de demanda por conta da construção do empreendimento.

Todos estes municípios contam com uma infraestrutura de saúde mínima, com presença de hospitais e centros de saúde. A infraestrutura mais abrangente está em Feira de Santana/BA, Vitória da Conquista/BA e Palmas/TO, que contam com quantidade significativa de unidades. Vale destacar o fato de que o sistema de saúde destes municípios atende a populações municipais volumosas, além das populações de municípios próximos que buscam a infraestrutura destes polos para atendimento de saúde.

Importa ressaltar, no entanto, que a infraestrutura de saúde dos municípios de Cruz das Almas/BA, Guanambi/BA e Santo Antônio de Jesus/BA é limitada, não havendo em nenhum destes, por exemplo, hospitais especializados. Assim, embora sejam municípios com populações reduzidas, em casos que requerem atenção específica, estes municípios podem não estar aptos a atender. O **Quadro 6.4.1-13**, apresenta os dados sobre a infraestrutura de saúde nesses polos regionais.

Quadro 6.4.1-13 - Infraestrutura de Saúde nos Polos Regionais.

Município	Centro de Saúde	Hospital Especializado	Hospital Geral	Posto de Saúde	Total
Araguaína/TO	17	2	4	-	148
Palmas/TO	55	2	7	9	411
Imperatriz/MA	24	1	7	15	316
Cruz das Almas/BA	14	-	2	10	83
Feira de Santana/BA	101	18	6	2	592
Guanambi/BA	19	-	4	2	153
Jequié/BA	23	-	7	16	194
Santo Antônio de Jesus/BA	24	-	5	-	130
Vitória da Conquista/BA	39	7	7	12	424
Araguaína/TO	17	2	4	-	148
Palmas/TO	55	2	7	9	411

Fonte: DATASUS, 2013

A capacidade destes polos de abrigar o aumento da demanda em função da implementação da LT pode ser avaliada em conjunto pela infraestrutura de saúde de que dispõem e pela proporção de profissionais da área de saúde para cada mil habitantes, conforme indica o **Quadro 6.4.1-14**.

Assim, observa-se que os municípios com melhores proporções de médicos por contingente populacional são Guanambi e Araguaína, que contam com cerca de 5 médicos por mil habitantes.

Embora em proporções inferiores, os municípios de Jequié/BA, Palmas/BA e Feira de Santana/BA também contam com proporção razoável de médicos. Torna-se importante considerar que, ainda que contem com proporção de médicos relativamente alta para o total de sua população, estes municípios são polos regionais e, portanto, recebem populações de municípios vizinhos que procuram atendimento na infraestrutura de saúde local.

Vale ressaltar também que a alta proporção de médicos se refere apenas às populações dos próprios municípios, não sendo possível avaliar se este contingente atende a demanda da população local e dos municípios de sua região de abrangência.

Ao se considerar que estes polos regionais precisam atender à demanda por serviços de saúde de municípios vizinhos, e que a infraestrutura com que contam alguns destes

municípios é limitada, se comparado à população dos mesmos, há uma situação de sensibilidade a este respeito.

Polos como Imperatriz/MA, Palmas/TO, Araguaína/TO, Vitória da Conquista/BA e Feira de Santana/BA são capitais regionais, operando como referência para diversos outros municípios. Esta sensibilidade se dá pela grande demanda imposta à infraestrutura de saúde destes locais, a qual tende a sofrer um aumento de demanda por conta da implantação do empreendimento.

Quadro 6.4.1-14 - Profissionais de Saúde por mil Habitantes.

Município	Prof SUS/1.000 hab		
	Médicos	Enfermeiro	Técnico de Enfermagem
Araguaína/TO	5,2	1,7	4,4
Palmas/TO	4,3	1,2	3,2
Imperatriz/MA	1,7	0,5	1,2
Cruz das Almas/BA	2,5	0,6	1,2
Feira de Santana/BA	3,6	0,8	1,2
Guanambi/BA	5,1	0,7	1,4
Jequié/BA	3,8	1,2	0,3
Santo Antônio de Jesus/BA	2,8	0,5	0,9
Vitória da Conquista/BA	2,6	0,7	0,5

Fonte: DATASUS, 2010

Mais um importante aspecto a se considerar, no âmbito da saúde e segurança pública, são os casos de óbitos por acidentes de trânsito e agressões. Os acidentes de trânsito explicitam o cenário atual do tráfego de veículos, sua intensidade e segurança. Assim, observa-se altas taxas de mortalidade por acidentes de trânsito em Araguaína, Palmas e Imperatriz, além de, em menor escala, Jequié. Estes dados permitem inferir sobre a sensibilidade destes locais diante da possibilidade de aumento no tráfego de veículos e máquinas em decorrência da construção do empreendimento.

Em relação ao aumento da violência, o incremento da circulação de pessoas na região, tanto as diretamente vinculadas às obras do empreendimento quanto as indiretamente vinculadas, atraídas pela possibilidade de vagas de trabalho, pode representar uma sensibilidade. Esta se dá por conta da circulação destas pessoas em horas livres e de lazer. Assim, é relevante apontar que polos como Imperatriz, Vitória da Conquista/BA e

Araguaína/TO, além de Feira de Santana/BA, já apresentam sensibilidade nesta questão, com número expressivo de casos de agressões causando óbitos. O **Quadro 6.4.1-15** apresenta os dados.

Quadro 6.4.1-15 - Coeficiente de Mortalidade por Acidentes de Transportes e Agressões.

Município	Coeficiente de Mortalidade/100.000 habitantes	
	Acidentes de Trânsito	Agressões
Araguaína/TO	42	41,4
Palmas/TO	33,7	13
Imperatriz/MA	27,1	55
Cruz das Almas/BA	14,1	17,6
Feira de Santana/BA	11,6	34,6
Guanambi/BA	15,2	17,7
Jequié/BA	21,9	16
Santo Antônio de Jesus/BA	13,7	15,9
Vitória da Conquista/BA	18,2	41,1
Araguaína/TO	42	41,4
Palmas/TO	33,7	13

Fonte: DATASUS, 2008

A partir dos elementos abordados na presente seção, é possível aferir que os polos regionais aqui contemplados apresentam sensibilidades diante da possibilidade de interações com o empreendimento. Se, por um lado, polos como Feira de Santana/BA, Vitória da Conquista/BA e Palmas/BA, principalmente, podem ter capacidade de fornecimento de mão de obra, insumos, materiais e equipamentos para as obras do empreendimento, conforme observado ao longo deste item, outros aspectos são sensíveis.

Dentre as principais sensibilidades importa destacar a infraestrutura de saúde e recursos humanos associados, os quais já se encontram sobrecarregados pela grande demanda, uma vez que precisam dar conta da população de seus próprios municípios e de municípios vizinhos.

Cabe observar estes polos regionais em sua relação com os municípios onde há previsão de instalação de canteiros, cujas demandas por mão de obra, serviços e insumos

serão intensificadas durante a fase de obras. Estão previstos canteiros de obras nos seguintes municípios:

Quadro 6.4.1-16 - Localização dos Canteiros e Polos Regionais.

UF	Município Recebedor de Canteiro de Obras	Polo Regional
TO	Miracema do Tocantins	Araguaína/Palmas
TO	Pedro Afonso	Araguaína/Palmas
TO	Centenário	Araguaína/Palmas
TO	Lizarda	Araguaína/Palmas
MA	Alto Parnaíba	Imperatriz/Balsas/ Araguaína/ Palmas
PI	Gilbués	Corrente
PI	Monte Alegre do Piauí	Corrente
PI	Cristalândia do Piauí	Corrente
BA	Riachão das Neves	Barreiras/Bom Jesus da Lapa
BA	Barreiras	/Vitória da Conquista/ Brasília/ Salvador
BA	Santana	Macaúbas/ Bom Jesus da Lapa/ Barreiras
BA	Bom Jesus da Lapa	Barreiras/ Vitória da Conquista/ Brasília/ Salvador
BA	Igaporã	Caetité/ Bom Jesus da Lapa/Barreiras
BA	Livramento de Nossa Senhora	Vitória da Conquista/ Salvador
BA	Ibicoara	Barreiras/ Vitória da Conquista
BA	Planaltino	Jequié
BA	Castro Alves	Feira de Santana/ Salvador
BA	Sapeaçu	Feira de Santana/ Salvador

*IBGE: Regic, 2007.

A partir da previsão preliminar dos canteiros de obras é possível aferir que os polos de Palmas/TO e Vitória da Conquista/BA devem traçar interações mais intensas com a construção do empreendimento, em virtude da maior quantidade de municípios polarizados por estes que receberão canteiros.

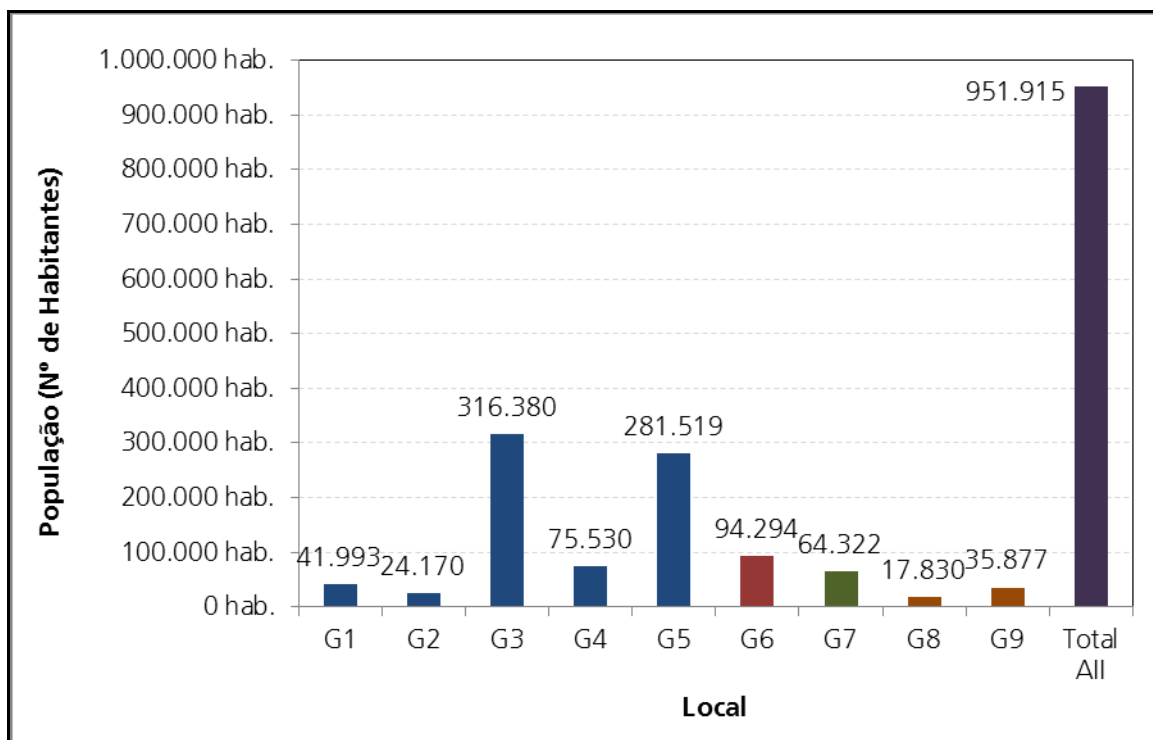
Todos os canteiros de obras em municípios tocantinenses devem ter a capital estadual (Palmas/TO) como referência no tocante ao fornecimento de mão de obra, insumos, materiais e equipamentos. Já o município de Vitória da Conquista/BA tende a ser referência para a construção do empreendimento a partir dos canteiros em Barreiras/BA, Riachão das Neves/BA, Santana/BA, Bom Jesus da Lapa/BA, Igaporã/BA, Livramento de Nossa Senhora/BA e Ibicoara/BA.

Neste contexto, deve-se destacar que o sistema de saúde destes municípios, incluindo a rede assistencial e recursos humanos, já precisa lidar com a demanda proveniente de sua população e dos vizinhos, exatamente por serem polos regionais. Considerando um aporte de 300 a 500 trabalhadores por canteiro de obra, além da população indiretamente atraída pelo empreendimento, tem-se cerca de 2.000 trabalhadores nos canteiros de Tocantins, com Palmas como referência, e aproximadamente 3.000 trabalhadores em canteiros de municípios polarizados por Vitória da Conquista/BA.

O sistema de saúde se configura então, como importante sensibilidade destes polos regionais, principalmente dos dois supracitados, mas também dos demais contemplados no presente item. O aumento de demanda pode gerar uma sobrecarga nos sistemas de saúde locais, prejudicando o acesso da população local a estes serviços e a degradação dos mesmos.

6.4.1.2.5 - Distribuição Geográfica da População

Entre os 47 municípios analisados, 33 deles estão localizados no estado da Bahia, distribuídos em 05 (cinco) mesorregiões. Os demais municípios estão distribuídos no estado do Maranhão, com 02 (dois) municípios na mesma mesorregião, 07 (sete) no Piauí também na mesma mesorregião; e 06 (seis) no Tocantins, distribuídos em 02 (dois) mesorregiões. Ao todo, a população dos municípios que integram a Área de Influência Indireta (All) compreende 951.915 pessoas, sendo que 63% delas estão concentradas em 02 (duas) mesorregiões da Bahia (Centro Sul Baiano e Extremo Oeste Baiano). A **Figura 6.4.1-12**, ilustra a quantidade de habitantes por grupo de mesorregião.



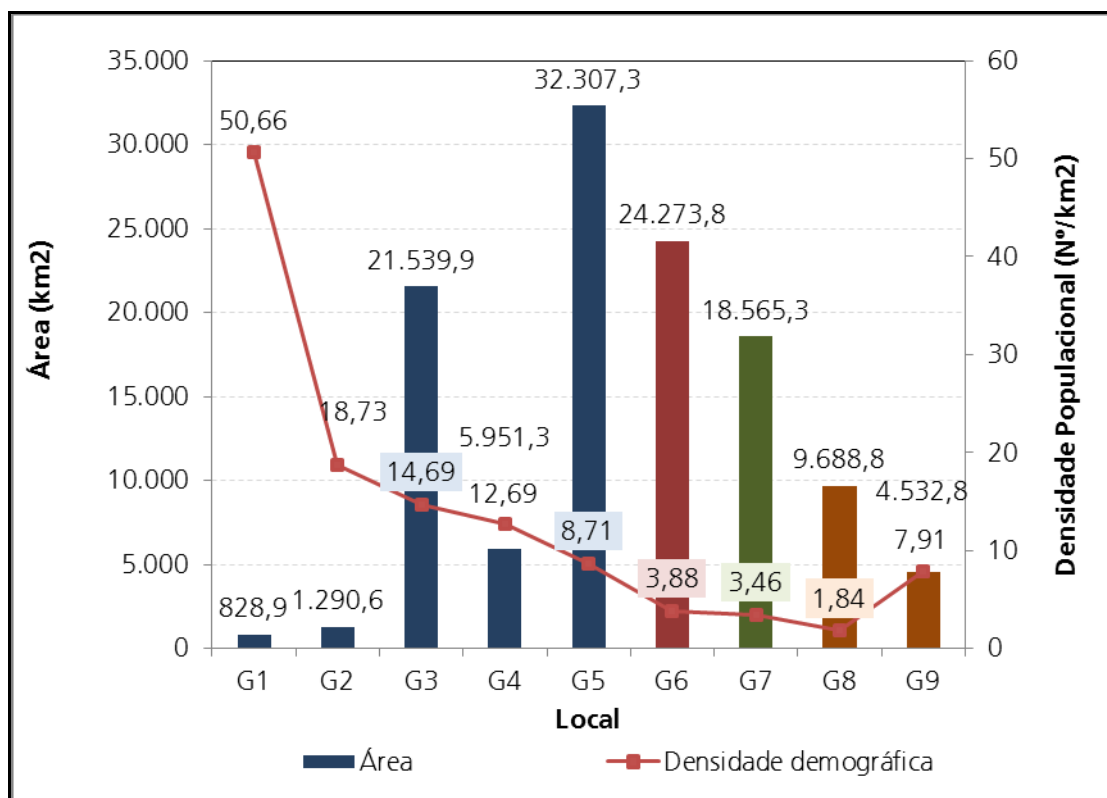
Fonte: IBGE - Censo 2010

Figura 6.4.1-12 - População da All por All Mesorregional.

Como pode ser observado na **Figura 6.4.1-12**, a All Centro Sul Baiano (G3) e a All Extremo Oeste Baiano (G5) são os grupos que apresentam maior contingente populacional. Em parte, essa diferença é explicada pelo fato de serem os grupos que abarcam maior quantidade de municípios (17 e 10, respectivamente). Além disso, há alguns municípios nesses grupos cuja expressão populacional é superior aos demais, o que torna o valor total mais elevado. É o caso, por exemplo, dos municípios Caetité (47.515 habitantes) no Centro Sul Baiano e Barreiras (137.427 habitantes), no Extremo Oeste Baiano.

Os municípios da All do empreendimento abarcam ao todo uma área de 118.085 km², apresentando em média 8,1 hab/km², densidade demográfica bem inferior à nacional, que equivale a 22,4 hab/km². Há, contudo, grande variação entre os diversos grupos mesorregionais. A All Metropolitana de Salvador (G1), por exemplo, possui a menor área (828,9 km²) e a maior densidade demográfica (50,7 hab/km²). Isso se explica pela alta concentração de habitantes em Sapeaçu que, com uma área de apenas 117 km², apresenta 141,5 hab/km². No outro extremo, está o município de Lizarda (G8 - All

Oriental do Tocantins) com apenas 0,7 hab/km², fazendo com que a densidade da All mesorregional seja de apenas 1,84 hab/km², conforme pode-se observar no **Anexo 6.4.1-10**. A **Figura 6.4.1-13**, relaciona as áreas de cada grupo de municípios com sua densidade demográfica.



Fonte: Censo 2010 - IBGE - Tabela 1301 SIDRA

Figura 6.4.1-13 - Densidade Populacional por Unidade de Referência.

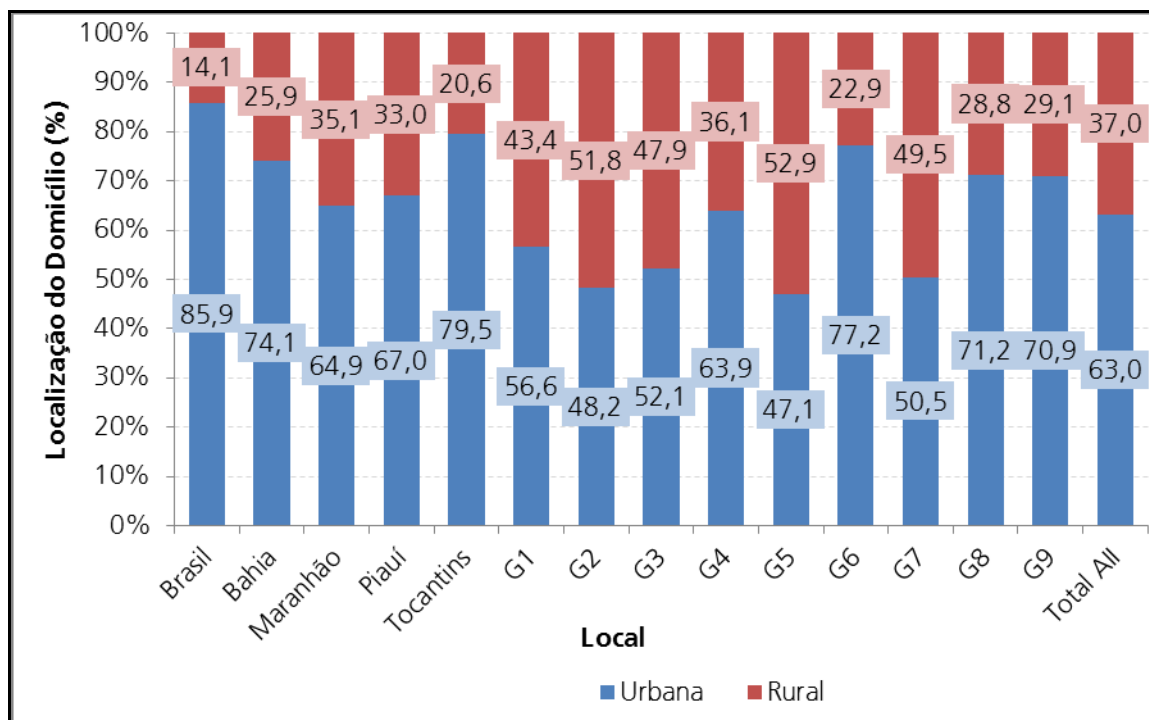
6.4.1.2.5.1 - População Rural e Urbana

A distribuição da população urbana e rural nos grupos de municípios analisados apresenta diferenças em relação à média nacional. Se no Brasil quase 86% dos domicílios estão localizados em áreas urbanas, esse percentual cai para quase 63% quando se trata das áreas pertencentes à All¹⁰. O grupo que mais se aproxima da média nacional, isto é, que apresenta maior percentual de domicílios em situação urbana, é a All Sul Maranhense, com 77,2%.

¹⁰ Considerando que a taxa de urbanização refere-se à percentagem da população da área urbana em relação à população total, toma-se neste estudo o percentual de domicílios em situação urbana como parâmetro para a análise da taxa de urbanização na área de estudo.

O índice elevado de população urbana deste grupo se deve ao município de Balsas, que possui o segundo maior percentual de domicílios em área urbana no universo estudado - 87,61%. Cortado pela Rodovia Transamazônica, Balsas apresenta forte produção de grãos - em especial, de soja, ligada ao agronegócio. Conforme apontado por Matos (2007), a modernização da agricultura no Cerrado tem efeitos nas relações que envolvem o processo produtivo e, além disso, contribui para o processo de urbanização das cidades. Nesse sentido, Elias (2007, *apud* MOTA e PESSOA, 2009) afirma que *“uma das consequências da reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil é o processo acelerado de urbanização e crescimento urbano, promovidos, entre outros, pelas novas relações entre o campo e a cidade, desencadeadas pelas necessidades do consumo produtivo agrícola”*. Município vizinho a Balsas, Alto Parnaíba também sofre os efeitos da intensa modernização agrícola experimentada na região e apresenta alto percentual de domicílios em situação urbana (66,69%). O **Anexo 6.4.1-11** contém informações sobre o percentual de domicílios localizados em áreas urbanas por município.

No outro extremo está a All Extremo Oeste Baiano (G5), em que apenas 47,1% dos domicílios estão concentrados em regiões urbanas. Entre os municípios que compõem o grupo, destaca-se Brejolândia, que apresenta o menor percentual de domicílios em situação urbana (19,58%) entre todos os que compõem a All. Os demais municípios do grupo também apresentam percentuais abaixo da média nacional, variando entre 26,58% (Baianópolis) e 57,53% (Santa Rita de Cássia). A exceção é o município de Barreiras, onde 90,34% dos domicílios encontram-se em áreas urbanas. Barreiras apresenta a maior concentração relativa de domicílios em áreas urbanas na All, estando inclusive acima da média nacional (85,87%). Também neste caso a modernização agrícola pode ter contribuído em larga medida para o processo de urbanização. Conforme será visto no capítulo dedicado à dinâmica econômica, trata-se de um município com intensa produção de soja, assim como Balsas/MA. A **Figura 6.4.1-14** sintetiza os dados referentes ao percentual de moradias em situação urbana. O **Quadro 6.4.1-17** apresenta a evolução do percentual de domicílios em situação urbana entre 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Censo 2010 - IBGE - Tabela 1301 SIDRA

Figura 6.4.1-14 - Domicílios em Situação Rural e Urbana - 2010.

Quadro 6.4.1-17 - Evolução dos Domicílios em Situação Urbana por All Mesorregional.

Domicílios em situação urbana (%)			
Local	1991	2000	2010
Brasil	78,18	83,35	85,87
Bahia	61,23	69,64	74,13
Maranhão	40,27	61,11	64,94
Piauí	54,53	64,89	67,00
Tocantins	58,34	75,25	79,45

Fonte: Censo 2010 - IBGE - Tabela 1301 SIDRA

Conforme se pode observar no **Anexo 6.4.1-11**, algumas cidades apresentaram redução no percentual de domicílios em situação urbana. O município que apresentou maior queda percentual foi Rio dos Bois, situado na All Ocidental do Tocantins, cujos domicílios em situação urbana alcançavam 50,96% em 2000 e apenas 39% em 2010. Um fator que pode explicar estes índices é a chegada do agronegócio no município, que não alterou o

perfil de ocupação urbana, uma vez que os grandes proprietários não residem no município, e abriu novas frentes de trabalho na área rural.

Já a All Vale São Franciscano da Bahia, apesar de ter experimentado uma redução populacional entre 1980 e 1991, apresentou aumento no número de habitantes no período 1980-2010 considerado como um todo (indo de 69.192 para 75.530). Não obstante este crescimento, os dois municípios pertencentes à All tiveram redução do percentual de domicílios em áreas urbanas. A redução do percentual de domicílios em áreas urbanas foi experimentada com mais força no município Sítio do Mato (em 1991, eram 67,49% em regiões urbanas, ao passo que em 2010 esse percentual caiu para 58,86%). Já em Bom Jesus da Lapa, o percentual de domicílios urbanos em 1991 era de 66,75%, em 2000, 70,94% e, em 2010, 69,03%.

Apesar destas reduções, o mais comum é o aumento do percentual de domicílios urbanos. Em Ibiocara, na All Centro Sul Baiano, houve um crescimento de 34,26 pontos percentuais entre 2000 e 2010, passando de 31,83% para 66,09%. A dinâmica evidenciada nos dados populacionais de Ibiocara se remete principalmente à instalação de indústrias na região de Cascavel, promovendo ali a maior aglomeração urbana. Outros dois municípios que tiveram aumentos acima dos 20 pontos percentuais foram Centenário e Lizarda, ambas pertencentes à All Oriental do Tocantins.

Com efeito, o fenômeno da interiorização da urbanização tem sido experimentado em diversas regiões do Nordeste, levando ao surgimento de novas nucleações urbanas. É possível supor que migrações entre essas diversas regiões explique em alguma medida a redução percentual nos grupos analisados.

6.4.1.2.6 - Contingente Populacional na AID e Faixa de Servidão

O levantamento do contingente populacional na AID e Faixa de Servidão teve como alicerce o levantamento de campo, quando foi feita campanha para elaboração do diagnóstico socioeconômico. Assim, a unidade básica considerada é o número de famílias em cada localidade contemplada na AID.

Na AID dos trechos A1, A2 e A3, entre Miracema do Tocantins/TO e Angical/BA, existem 441 famílias, além dos 2000 habitantes da sede municipal de Monte Alegre do Piauí/PI. A

maior parte da AID neste trecho abarca pequenas localidades e fazendas com populações diminutas, como pode ser observado no **Quadro 6.4.1-18**.

Normalmente, as fazendas apresentam de 1 a 3 famílias residentes, geralmente referentes a proprietários e/ou vaqueiros com suas famílias. Dentre as localidades da AID, vale destacar o Assentamento Boa Esperança, em Rio dos Bois/TO, a 268 m do traçado e onde vivem 45 famílias. Em termos populacionais, importa destacar também a localidade Região da Almesca, em Santa Filomena/PI, onde vivem 80 famílias, e distante 488 m do eixo do traçado. A Faixa de Servidão do empreendimento neste trecho sobrepõem-se ao povoado Barreiro Preto, no município de Corrente/PI, onde residem 70 famílias. O **Quadro 6.4.1-18**, detalha as informações.

Quadro 6.4.1-18 – População na AID dos Trechos A1, A2 e A3 do Empreendimento.

UF	Município	Descrição	Nº Famílias	Distância da LT
TO	Miracema do Tocantins	Sítio Pedra Bonita	1	1633
TO	Miracema do Tocantins	Assentamento Mundo Novo	19	298
TO	Miracema do Tocantins	Fazenda Santo Antônio	2	1076
TO	Miracema do Tocantins	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	2	436
TO	Miracema do Tocantins	Assentamento Paulo Freire I	22	268
TO	Miracema do Tocantins	Fazenda Palmeira	2	982
TO	Rio dos Bois	Assentamento Boa Esperança	45	268
TO	Rio dos Bois	Fazenda Recanto	2	1625
TO	Pedro Afonso	Fazenda São Dimas	2	1366
TO	Pedro Afonso	Fazenda Chaparral	1	696
TO	Centenário	Sítio Espírito Santo	2	1451
TO	Centenário	Fazenda Rio Mutum	3	1016
MA	Alto Parnaíba	Povoado Bacaba	13	1351
MA	Alto Parnaíba	Fazenda União	2	1089
PI	Santa Filomena	Região da Almesca	80	488
PI	Gilbués	Fazenda Balisa	2	2468
PI	Gilbués	Povoado Raizinha	15	702
PI	Monte Alegre do Piauí	Sede municipal	aprox. 800	1588
PI	Monte Alegre do Piauí	Povoado Calaboca	40	1429
PI	Monte Alegre do Piauí	Fazenda Mucaitá	1	2254
PI	Riacho Frio	Povoado Barriguda	40	2580
PI	Corrente	Povoado Genipapo	25	133
PI	Corrente	Povoado Barreiro Preto	70	12

UF	Município	Descrição	Nº Famílias	Distância da LT
PI	Cristalândia do Piauí	Localidade Pintado	8	2413
PI	Cristalândia do Piauí	Martins	10	70
PI	Cristalândia do Piauí	Localidade Repartição	15	1242
PI	Cristalândia do Piauí	Fazenda Mundo Novo	2	476
BA	Riachão das Neves	Povoado Pedra de Cal	15	1435
BA	Riachão das Neves	Projeto Riacho Grande	sem informação	1378

Fonte: Trabalho de campo, Ecology Brasil, maio/ junho 2013

No trecho A4, entre Barreiras/BA e Bom Jesus da Lapa/BA, observa-se uma densidade de ocupação maior em relação ao trecho anterior. Aqui, as sedes municipais de Baianópolis, Tabocas do Brejo Velho, Serra Dourada e Sítio do Mato estão na AID do empreendimento, embora não na faixa de servidão. O local mais populoso da AID neste trecho é a sede municipal de Serra Dourada, com cerca de 6.000 moradores.

Além destas sedes, há localidades com populações consideráveis, como Mucambo (400), em Tabocas do Brejo Velho, Poço do Urubu, em Bom Jesus da Lapa (300), Várzea de Baixo (200), em Serra Dourada, Águas Claras (200), em Baianópolis, e Capivara (150) e o Assentamento Poção (110), ambos em Catolândia.

As demais localidades, povoados e fazendas na AID deste trecho têm ocupação mais numerosa do que as do anterior, como citado anteriormente, sendo que de modo geral este é um trecho que tem na AID cerca de 12.000 famílias, sobretudo por contemplar 04 (quatro) sedes municipais.

Neste trecho, a faixa de servidão contempla a localidade Cabeceira, em Baianópolis, onde vivem 08 (oito) famílias e Muritiba, em Serra Dourada, com 70 famílias. Os povoados de Brejo Novo e Vazante, espacialmente contíguos e ocupados por 60 famílias, estão também incluídos na faixa de servidão da LT ora em estudo. O **Quadro 6.4.1-19** reúne os dados.

Quadro 6.4.1-19 – População na AID dos Trechos A4 do Empreendimento.

UF	Município	Descrição	Nº Famílias	Distância da LT
BA	Catolândia	Assentamento Poção (Faz. Três Corações)	110	1008
BA	Catolândia	Capivara	150	668
BA	Baianópolis	Malhada Grande	40	355
BA	Baianópolis	Cabeceira	8	11
BA	Baianópolis	Sede municipal	1000	2114
BA	Baianópolis	Águas Claras	200	1808
BA	Baianópolis	Cana Brava dos Porcos	60	2131
BA	Tabocas do Brejo Velho	Mucambo	400	2556
BA	Tabocas do Brejo Velho	Poço do Mato/Veredinha	85	260
BA	Tabocas do Brejo Velho	Brejinho	60	1084
BA	Tabocas do Brejo Velho	Brejo Novo/ Vazante	60	32
BA	Tabocas do Brejo Velho	Sede municipal	1.146 (IBGE)	1147
BA	Brejolândia	Lameirão	40	445
BA	Serra Dourada	Várzea de Baixo/Bonito	200	1484
BA	Serra Dourada	Muritiba	70	18
BA	Serra Dourada	Sede municipal	6.000 (IBGE)	975
BA	Serra Dourada	Baixa Verde	15	293
BA	Serra Dourada	Cana Fístola I e II	50	1837
BA	Serra Dourada	Porteiras	50	717
BA	Serra Dourada	Fundão	10	1055
BA	Serra Dourada	Jurema	10	101
BA	Serra Dourada	Lagoa Nova	15	1459
BA	Serra Dourada	Lagoa Seca	25	267
BA	Serra Dourada	Fazenda Paulicéia	10	557
BA	Serra Dourada	Lagoa do Rufino	30	2587
BA	Sítio do Mato	Mudubim	15	902
BA	Sítio do Mato	Sede municipal	1800	1638
BA	Bom Jesus da Lapa	Sítio	100	2451
BA	Bom Jesus da Lapa	Poço do Urubu	300	1839
BA	Bom Jesus da Lapa	PA Boa Esperança	28	2539

Fonte: Trabalho de campo, Ecology Brasil, maio/ junho 2013

No trecho A5, que vai do município de Bom Jesus da Lapa à Ibicoara, todo no estado da Bahia, com população de cerca de 1.480 famílias, a AID abarca diversas localidades, povoados e fazendas, além da área de expansão da sede do município de Livramento de Nossa Senhora.

Além desta, vale citar as localidades de Santo Antônio dos Patos (100), Sarreiras de Bonsucesso (100) e Santana (200), todos no município de Riacho de Santana e com numero expressivo de famílias residentes. Vale mencionar também as localidades de Itanajé (305), Tabuleiro (200), Patos (400) e Barrinha (450), todas em Livramento de Nossa Senhora, sendo as duas últimas integrantes do Distrito de Irrigação de Brumado.

O Distrito de Marcolino Moura, em Rio de Contas/BA, apesar de ter sua área central localizada fora da AID, a 2.848 m do traçado, conforme indica o **Quadro 6.4.1-20**, possui parte de seu território dentro dos limites da AID do empreendimento. Nesse distrito vivem 300 famílias.

Neste trecho não há localidades, povoados ou aglomerações rurais ou urbanas na faixa de servidão do empreendimento, que contempla apenas áreas rurais e fazendas. O **Quadro 6.4.1-20** apresenta os dados.

Quadro 6.4.1-20 – População na AID dos Trechos A5 do Empreendimento

UF	Município	Descrição	Nº Famílias	Distância da LT
BA	Bom Jesus da Lapa	Lapinha	60	415
BA	Bom Jesus da Lapa	Juá	20	424
BA	Riacho de Santana	Barredo da Caatinga/Caldeirão	90	553
BA	Riacho de Santana	Santo Antônio dos Patos	100	1658
BA	Riacho de Santana	Varzea do Meio/Várzea Formosa	40	641
BA	Riacho de Santana	Barreiro Vermelho	60	1727
BA	Riacho de Santana	Santa Isabel	85	1314
BA	Riacho de Santana	Barreiras de Bonsucesso	100	1836
BA	Riacho de Santana	Santana	200	2215
BA	Macaúbas	Tanque do Paú	50	1249
BA	Macaúbas	Paú	10	2369
BA	Macaúbas	Rio do Tanque/Brejo do Tanque	70	412
BA	Igaporã	São José	35	1260
BA	Igaporã	Mucambo	06	209
BA	Igaporã	Limeira	16	2447

UF	Município	Descrição	Nº Famílias	Distância da LT
BA	Caetité	Passagem Funda	02	1585
BA	Caetité	Cachoeira	05	895
BA	Caetité	Chapada	80	718
BA	Caetité	Cabeça do Veado	25	1431
BA	Caetité	Tabuleirinho	20	617
BA	Caetité	Jatobazinho	36	1571
BA	Caetité	Fundo da Varzea	24	1101
BA	Caetité	Capitão e Tigre	16	250
BA	Caetité	Cajazeira	30	232
BA	Caetité	Lagoa da Cobra	30	1146
BA	Caetité	Lagoa de Dentro	6	387
BA	Caetité	Angico	10	884
BA	Caetité	Formosa II	30	61
BA	Caetité	Pau Darco	14	879
BA	Livramento de Nossa Senhora	Vereda do Cais	50	2502
BA	Livramento de Nossa Senhora	Lagoa Jerome	04	489
BA	Livramento de Nossa Senhora	Mucambo	56	1198
BA	Livramento de Nossa Senhora	Várzea Grande	25	1952
BA	Livramento de Nossa Senhora	Povoado Açoita Cavalos	14	1477
BA	Livramento de Nossa Senhora	Maracujá	20	256
BA	Livramento de Nossa Senhora	Lagoa dos Couros	18	1770
BA	Livramento de Nossa Senhora	Brauninha	05	1324
BA	Livramento de Nossa Senhora	Taboinha/Fazenda Jurema	05	293
BA	Livramento de Nossa Senhora	Lagoa da Pedra	05	831
BA	Livramento de Nossa Senhora	Distrito de Itanajé	305	2361
BA	Livramento de Nossa Senhora	Monteiro	86	433
BA	Livramento de Nossa Senhora	Tabuleiro	200	349
BA	Livramento de Nossa Senhora	Caraíba	10	424

UF	Município	Descrição	Nº Famílias	Distância da LT
BA	Livramento de Nossa Senhora	Nado	80	1252
BA	Livramento de Nossa Senhora	Povoado Lagoa Escondida (incluído no Bloco III do Distrito de Irrigação de Brumado)	11	293
BA	Livramento de Nossa Senhora	Povoado Campo Alegre (incluído no Bloco III do Distrito de Irrigação de Brumado)	25	385
BA	Livramento de Nossa Senhora	Patos (incluí Bloco III do Assentamento do DNOCS)	400	1813
BA	Livramento de Nossa Senhora	Barrinha (incluí Bloco II do Assentamento do DNOCS)	450	203
BA	Rio de Contas	Distrito Marcolino Moura	300	2848
BA	Rio de Contas	Baixão	23	1057
BA	Rio de Contas	Comunidade quilombola Baraúna de Baixo	35	1970
BA	Rio de Contas	Pilões de Baixo	50	1145
BA	Rio de Contas	Pilões de Cima	34	485
BA	Jussiape	Veredas	10	976
BA	Jussiape	Espinho	80	1352
BA	Jussiape	Paíol	60	1115

Fonte: Trabalho de campo, Ecology Brasil, maio/ junho 2013

Na AID do trecho A6 registram-se algumas áreas com maior densidade populacional, especialmente as sedes dos municípios de Planaltino, Nova Itarana, Santa Teresinha e Sapeaçu, esta última a mais populosa do trecho, conforme indica o **Quadro 6.4.1-21**. A população estimada da AID neste trecho é de 8.860 famílias.

Além destas sedes municipais, a AID deste trecho abarca povoados e localidades com populações mais expressivas, especialmente o Bairro Cangerana (300) e o PA Boa Sorte (370), ambos em Iramaia, o Distrito Nova Itaípe (250), em Planaltino, o Povoado Traíras (200), em Itatim, e os Distritos Baxia do Palmeira (275) e Três Oiteiro (200), ambos em Sapeaçu.

Neste trecho, a faixa de servidão da LT contempla o povoado Tapera de Maurício, onde residem 20 famílias, no município de Sapeaçu, o povoado Vicente, no município de Planaltino, com 05 (cinco) famílias, e o povoado Morro Solteiro, com 04 (quatro) famílias habitantes, e Lajedinho, onde vivem 20 famílias, ambos em Marcionílio Souza. Foi ainda identificada na faixa de servidão, a Fazenda Alagoas, localizada no município de Irajuba. O **Quadro 6.4.1-21** apresenta os dados.

Quadro 6.4.1-21 – População na AID dos Trechos A6 do Empreendimento.

UF	Município	Descrição	Nº Famílias	Distância da LT
BA	Ibicoara	Povoado Capão da Volta	150	1519
BA	Ibicoara	Povoado Fazenda Candeia	20	681
BA	Ibicoara	Povoado Paraguaçu/Ponto do Roxo	10	1220
BA	Ibicoara	PA Pai Inácio	32	1209
BA	Ibicoara	Povoado Brejos do Aguiar	150	1950
BA	Ibicoara	Povoado Capão do Mel	15	1881
BA	Ibicoara	Bairro Cangerana	300	2002
BA	Ibicoara	Povoado Palmital	25	1311
BA	Ibicoara	Povoado Baixão da Bucanha	50	1325
BA	Ibicoara	Povoado Campo Redondo	100	242
BA	Iramaia	Povoado Fazenda Raposo	30	2063
BA	Iramaia	Povoado Cobreiro	100	259
BA	Iramaia	PA Boa Sorte	370	1146
BA	Iramaia	Povoado Lapinha Velha	24	202
BA	Iramaia	Fazenda Altamira	1	378
BA	Iramaia	Povoado João Congo	2	2421
BA	Iramaia	Fazenda Lagoa das Vacas	5	699
BA	Marcionílio Souza	PA Rancho Nevado	75	1783
BA	Marcionílio Souza	Povoado Morro Solteiro	4	27
BA	Marcionílio Souza	Lajedinho	20	27
BA	Maracás	Fazenda Horizonte / Fazenda Larissa	5	919
BA	Maracás	Povoado Mombuca	10	671
BA	Maracás	Povoado Fumaça	23	764
BA	Maracás	Povoado Água Verde	50	76
BA	Maracás	Povoado Lagoa do Alto	16	2484
BA	Maracás	Povoado Sirigado	30	2583
BA	Planaltino	Povoado Vicente	5	25
BA	Planaltino	Sede Municipal	957	1598
BA	Planaltino	Povoado Barro Vermelho	25	225

UF	Município	Descrição	Nº Famílias	Distância da LT
BA	Planaltino	Povoado Figueiredinho	15	690
BA	Planaltino	Povoado Duas Lagoas	30	1623
BA	Planaltino	Fazenda Guariba	3	736
BA	Planaltino	Distrito Nova Itaípe	250	2375
BA	Irajuba	Fazenda Veneza	5	313
BA	Irajuba	Fazenda Alagoas	6	2
BA	Nova Itarana	Povoado Enchu	20	1314
BA	Nova Itarana	Distrito Barro	150	916
BA	Nova Itarana	Povoado Lagoa da Serra	10	1276
BA	Nova Itarana	Povoado Sítio Novo / Paturi	10	1674
BA	Nova Itarana	Fazenda Pé da Serra	3	267
BA	Nova Itarana	Sede municipal de Nova Itarana	777	2423
BA	Nova Itarana	Povoado Mocozinho	10	1197
BA	Nova Itarana	Fazenda ED	1	362
BA	Brejões	Povoado Recreio dos Viajantes	50	301
BA	Brejões	Povoado Mamão do Mato	10	186
BA	Milagres	Povoado Santo Antônio	30	1096
BA	Milagres	Povoado Ponta da Laje	10	1409
BA	Milagres	Povoado Morrinhos	15	1393
BA	Milagres	Comunidade quilombola Abóboras	10	1859
BA	Milagres	Comunidade quilombola Cariri	50	1966
BA	Milagres	Fazenda Jacaré	5	1745
BA	Itatim	Povoado Traíras	200	798
BA	Itatim	Fazenda Jeguelê	1	119
BA	Itatim	Povoado Próspero Capoeira / Localidade Lagoa Barrenta	15	540
BA	Santa Teresinha	Sítio Água Branca	1	633
BA	Santa Teresinha	Povoado Cipó do Leite	30	137
BA	Santa Teresinha	Povoado Fazenda Mangaba	30	2160
BA	Santa Teresinha	Povoado Pedra Redonda	30	681
BA	Santa Teresinha	Sede municipal de Santa Teresinha - Loteamento Avenida Brasil	10	230
BA	Santa Teresinha	Fazenda Mané Vermelho	2	1152
BA	Santa Teresinha	Sede municipal de Santa Teresinha	667	903
BA	Santa Teresinha	Sede municipal de Santa Teresinha - Loteamento Beto Medrado	20	599
BA	Santa Teresinha	Sede municipal de Santa Teresinha - Bairro Itaperi	100	235
BA	Castro Alves	Fazenda Cruz Medrado	8	1413

UF	Município	Descrição	Nº Famílias	Distância da LT
BA	Castro Alves	Fazenda Araguaia	5	1065
BA	Castro Alves	Fazenda Independência	2	127
BA	Castro Alves	Fazenda São José	2	1506
BA	Castro Alves	Fazenda Lagoa Grande	2	2310
BA	Castro Alves	Fazenda Cajazeira	1	153
BA	Castro Alves	Povoado Candial	80	785
BA	Castro Alves	Povoado Alegre	10	2058
BA	Castro Alves	Povoado Jenipapo	150	1210
BA	Castro Alves	Fazenda Oiteiro	1	137
BA	Castro Alves	Povoado Sussuarana	40	1493
BA	Castro Alves	Povoado Tapera Pequeno Toco	13	2150
BA	Sapeaçu	Povoado Tapera de Mauricio	20	12
BA	Sapeaçu	Povoado Tapera João Soares	50	2276
BA	Sapeaçu	Povoado Canabrava	50	1666
BA	Sapeaçu	Povoado Tapera do Léo	30	2015
BA	Sapeaçu	Povoado Capoeira	10	131
BA	Sapeaçu	Povoado Baixa da Areia	6	813
BA	Sapeaçu	Distrito Baixa do Palmeira	275	1421
BA	Sapeaçu	Distrito Soledade	20	1178
BA	Sapeaçu	Distrito Três Oiteiro	200	954
BA	Sapeaçu	Povoado Serra Grande	50	501
BA	Sapeaçu	Povoado Cedro	50	1776
BA	Sapeaçu	Sede municipal de Sapeaçu - Loteamento José Reis	30	962
BA	Sapeaçu	Sede municipal de Sapeaçu - Bairro Centro	2344	1084
BA	Sapeaçu	Povoado Velame	6	2086
BA	Sapeaçu	Povoado Lanche	15	1062
BA	Sapeaçu	Povoado Menezes	30	1409
BA	Sapeaçu	Povoado Pau Preto	30	1230
BA	Sapeaçu	Povoado Macaúbas	150	1749

Fonte: Trabalho de campo, Ecology Brasil, maio/ junho 2013

6.4.1.2.7 - Densidade Populacional na AID e Faixa de Servidão

Para cálculo da densidade populacional na AID do empreendimento, foram utilizadas informações do Censo de 2010, do IBGE, relativas ao mapeamento dos setores censitários integrantes da AID e Faixa de Servidão, para que fosse possível cruzar os dados populacionais com a área, de forma a atingir a proporção de habitantes por quilômetro quadrado, que é a densidade demográfica. A partir deste mapeamento, foram identificados os setores integrantes da AID e levantados dados sobre área e população de cada setor. O cruzamento com os dados coletados em campo permitiu identificar alguns dos núcleos de ocupação. Cabe comentar que ainda que o levantamento de dados primários não obedeça a uma metodologia censitária, razão pela qual optou-se por trabalhar com dados secundários neste estudo, as observações de campo confirmam a pertinência das análises aqui apresentadas.

De uma forma geral, as maiores densidades demográficas são relativas às áreas urbanas, com uma ocupação do território mais intensa a partir do trecho A4, em direção a Sapeaçu. O povoamento torna-se mais denso no trecho A6, mais influenciado pela proximidade com a Região Metropolitana de Salvador.

As informações sobre as tendências de crescimento populacional são apresentadas no item de Uso e Ocupação do Solo (6.4.2.8), na seção "Tendências de Expansão Territorial na All, Áreas Rurais e Urbanas".

Previamente, é importante ressaltar que o cruzamento do *buffer* de 5 km com os setores censitários nele inclusos, levou à ocorrência de setores censitários parcialmente integrados à AID. Neste sentido, a densidade populacional aqui apresentada se trata de uma estimativa quanto à densidade destes setores censitários.

Os setores censitários, de acordo com definição do IBGE, são divididos em 8 categorias, sendo uma a área urbana de cidade ou vila até 8, que é zona rural, e as variações entre 1 e 8. Dentre as categorias encontradas na AID, além das supracitadas, há aglomerados rurais e povoados rurais.

As áreas da AID do empreendimento com maior densidade demográfica são, naturalmente, as áreas urbanas. Na zona rural, principalmente ocupada por fazendas, a densidade é mais baixa. Nos trechos A1, A2 e A3 entre Miracema do Tocantins/TO e

Barreiras/BA, predominam as zonas rurais com baixa densidade demográfica. A maioria dos setores na AID do empreendimento neste trecho variam entre 0,1 e 3,5 hab./km², sendo identificada maior densidade demográfica em um setor censitário no município de Cristalândia do Piauí/PI. Este setor se encontra a cerca de 2,1 km do traçado do empreendimento e conta com 293 habitantes em uma área diminuta, o que explica a alta densidade demográfica (493,5 hab./km²). Em Monte Alegre do Piauí/PI, existe uma área urbana na AID, a cerca de 200 m do traçado, correspondente à sede municipal, que conta com 5 setores censitários cujas densidades demográficas variam de 186 a 1.085 hab./km².

No município de Riachão das Neves/BA há dois povoados rurais na AID, um se refere ao povoado Pedra de Cal, a cerca de 1,5 km do empreendimento, que conta com cerca de 15 famílias. Além deste, ainda neste município, há outro povoado rural com densidade demográfica de 163 hab./km².

Neste trecho, portanto, a faixa de servidão da LT passa por áreas com baixa densidade demográfica, não tendo sido identificados, na faixa de servidão, localidades, povoados ou aglomerações urbanas.

No trecho A4, entre Barreiras/BA e Bom Jesus da Lapa/BA, também predominam as zonas rurais, com baixa densidade demográfica. No entanto, importa mencionar que a sede de Baianópolis/BA está na AID, distante cerca de 2,1 km do empreendimento. Esta contempla 05 (cinco) setores censitários urbanos, com densidade demográfica máxima de 2.185 hab./km².

Em Serra Dourada/BA há 06 (seis) setores censitários identificados como área urbana, que atingem densidade demográfica média de 1.416 hab./km². Estes setores correspondem à sede do município, sendo que estão na AID, mas não na faixa de servidão. Já em Sítio do Mato/BA, a sede do município está na AID, com o setor censitário da sede mais próximo ao traçado a pouco mais de 100 m do empreendimento, portanto não incluso na faixa de servidão. A densidade demográfica média destas áreas urbanas é de 1.925 hab./km². No município de Tabocas do Brejo Velho/BA, a AID do empreendimento também contempla a sede municipal, onde a densidade demográfica média é de 1.959 hab./km². Esta área urbana se encontra fora da faixa de servidão, a cerca de 800 m do traçado.

No trecho A5, que contempla a área entre Bom Jesus da Lapa/BA e Ibicoara/BA, sendo este último município descrito no trecho a A6.

Em Riacho de Santana/BA, além das áreas rurais com baixa densidade demográfica, a AID contempla 01 (um) povoado rural, onde residem 479 indivíduos. A densidade populacional é de 70 hab./km², não presentes na faixa de servidão.

No município de Livramento de Nossa Senhora/BA, a cerca de 860 m do empreendimento, está a sede do Distrito de São Timóteo, um povoado rural com 95 habitantes e densidade de 476 hab./km². A 1,3 km da linha, ainda neste município, localiza-se a sede do Distrito de Itanajé, uma área urbana com 405 moradores e densidade de 838 hab./km². A sede de Livramento de Nossa Senhora está na AID, embora não na faixa de servidão. A sede abarca diversos setores censitários classificados como área urbana, que apresentam densidade de 1.800 hab./km².

Em Rio de Contas/BA, a AID contempla a sede do município, distante aproximadamente 1,9 km do traçado. Tratam-se de 02 (dois) setores censitários urbanos com 218 e 296 hab./km², respectivamente.

Em Jussiape/BA, predominam áreas rurais com baixa densidade demográfica, com 04 (quatro) setores censitários referentes a povoados rurais na AID, mas nenhum na faixa de servidão. Dentre estes povoados o mais populoso conta com 265 indivíduos e densidade de 915 hab./km², enquanto outro setor, distante cerca de 700 m do traçado, apresenta densidade superior, de 1.345 hab./km², embora tenha população de apenas 161 pessoas.

A AID do trecho A6, entre Ibicoara e Sapeaçu, também abarca principalmente zonas rurais com baixa densidade populacional. Apesar disso, no município de Ibicoara, a sede do distrito de Cascavel está na faixa de servidão do empreendimento, sendo atravessado pelo traçado. Este povoado rural conta com 345 moradores e densidade populacional de 93 hab./km². Além deste, ainda em Ibicoara, há 03 (três) setores urbanos a cerca de 350 m do traçado, com densidade demográfica entre 112 e 187 hab./km².

Em Iramaia, a sede do distrito de Novo Acre está a pouco menos de 100 m do traçado. Trata-se de um povoado rural com 265 habitantes e densidade de 212 hab./km². Neste mesmo município se encontra na AID, a aproximadamente 2,3 km de distância, uma área urbana onde a densidade demográfica é de 385 hab./km².

Em Marcionílio de Souza, a AID contempla um povoado rural que dista cerca de 1,5 km do traçado. Nele residem 178 indivíduos, com densidade de 2.208 hab. No restante do

município, como visto em geral ao longo de todo o traçado da LT, a AID abarca zonas rurais com baixa densidade demográfica.

No município de Planaltino, a AID contempla 05 (cinco) setores censitários urbanos com densidade demográfica que varia entre 533 e 1.162 hab./km². Estes setores se referem à sede do município de Planaltino e se encontram a aproximadamente 1 km do traçado.

Em Nova Itarana, a sede do município também está na AID, embora não na faixa de servidão. 03 (três) setores urbanos da sede municipal estão na AID, com 601, 659 e 957 hab./km². No restante do território municipal, a AID contempla áreas rurais com baixa densidade.

No município de Santa Teresinha, a sede municipal está na AID, a cerca de 750 m do traçado e, portanto, fora da faixa de servidão. Existem 04 (quatro) setores urbanos da sede estão na AID, com densidade demográfica que oscila entre 1.661 e 2.450 hab./km².

Já em Castro Alves, há 02 (dois) povoados rurais na AID, mas não na faixa de servidão. Um deles se refere à sede do distrito de Petim, com população de 302 indivíduos e densidade de 806 hab./km². O outro povoado tem densidade de pouco mais de 400 hab./km² e dista pouco mais de 300 m do traçado.

Por fim, no município de Sapeaçu a sede municipal se encontra na AID do empreendimento, a aproximadamente 1 km do traçado. A AID contempla 08 (oito) setores censitários urbanos da sede, com densidade demográfica entre 693 e 4.744 hab./km². Além da sede municipal, ainda em Sapeaçu, a sede do distrito de Baixa do Palmeira está na AID, distante cerca de 1.400 m do traçado em com densidade demográfica de 610 hab./km².

As informações completas sobre densidade demográfica na AID encontram-se no **Quadro 6.4.1-22**.

Quadro 6.4.1-22 - Densidade Demográfica na AID.

UF	Município	Setor	Situação	População	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
TO	Miracema do Tocantins	1,7132E+14	Zona Rural	404	0,6
TO	Miranorte	1,7133E+14	Zona Rural	63	1,8
TO	Rio dos Bois	1,7187E+14	Zona Rural	118	0,7
TO	Rio dos Bois	1,7187E+14	Zona Rural	154	0,3

UF	Município	Setor	Situação	População	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
TO	Pedro Afonso	1,7165E+14	Zona Rural	281	0,5
TO	Pedro Afonso	1,7165E+14	Zona Rural	462	0,7
TO	Pedro Afonso	1,7165E+14	Zona Rural	204	0,7
TO	Pedro Afonso	1,7165E+14	Zona Rural	129	0,3
TO	Centenário	1,7041E+14	Zona Rural	197	0,2
TO	Lizarda	1,7124E+14	Zona Rural	36	0,0
TO	Lizarda	1,7124E+14	Zona Rural	165	0,2
MA	Balsas	2,1014E+14	Zona Rural	133	0,2
MA	Balsas	2,1014E+14	Zona Rural	111	0,2
MA	Balsas	2,1014E+14	Zona Rural	56	0,1
MA	Alto Parnaíba	2,1005E+14	Zona Rural	364	0,3
MA	Alto Parnaíba	2,1005E+14	Zona Rural	326	0,2
MA	Alto Parnaíba	2,1005E+14	Zona Rural	33	0,0
MA	Alto Parnaíba	2,1005E+14	Zona Rural	191	0,1
PI	Santa Filomena	2,2092E+14	Zona Rural	364	0,3
PI	Gilbués	2,2044E+14	Zona Rural	453	2,5
PI	Gilbués	2,2044E+14	Zona Rural	431	1,5
PI	Gilbués	2,2044E+14	Zona Rural	500	1,1
PI	Gilbués	2,2044E+14	Zona Rural	215	0,2
PI	Gilbués	2,2044E+14	Zona Rural	143	0,1
PI	Monte Alegre do Piauí	2,2066E+14	Área Urbana	506	1048,1
PI	Monte Alegre do Piauí	2,2066E+14	Área Urbana	542	585,0
PI	Monte Alegre do Piauí	2,2066E+14	Área Urbana	304	186,0
PI	Monte Alegre do Piauí	2,2066E+14	Zona Rural	408	2,8
PI	Monte Alegre do Piauí	2,2066E+14	Zona Rural	649	4,0
PI	Monte Alegre do Piauí	2,2066E+14	Zona Rural	353	1,2
PI	Monte Alegre do Piauí	2,2066E+14	Área Urbana	488	1085,9
PI	Monte Alegre do Piauí	2,2066E+14	Área Urbana	461	856,5
PI	Monte Alegre do Piauí	2,2066E+14	Zona Rural	351	8,5
PI	Riacho Frio	2,2089E+14	Zona Rural	168	1,4
PI	Riacho Frio	2,2089E+14	Zona Rural	112	0,6
PI	Riacho Frio	2,2089E+14	Zona Rural	283	0,2
PI	Riacho Frio	2,2089E+14	Zona Rural	177	0,5
PI	Riacho Frio	2,2089E+14	Zona Rural	183	1,4
PI	Corrente	2,2029E+14	Zona Rural	492	2,0
PI	Corrente	2,2029E+14	Zona Rural	447	3,5
PI	Corrente	2,2029E+14	Zona Rural	169	1,3
PI	Corrente	2,2029E+14	Zona Rural	358	1,9
PI	Corrente	2,2029E+14	Zona Rural	311	1,4
PI	Sebastião Barros	2,2106E+14	Zona Rural	209	2,7
PI	Sebastião Barros	2,2106E+14	Zona Rural	254	1,9

Coordenador:

Técnico:

UF	Município	Setor	Situação	População	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
PI	Sebastião Barros	2,2106E+14	Zona Rural	157	2,4
PI	Cristalândia do Piauí	2,203E+14	Zona Rural	404	2,6
PI	Cristalândia do Piauí	2,203E+14	Zona Rural	565	1,5
PI	Cristalândia do Piauí	2,203E+14	Zona Rural	293	493,5
BA	Santa Rita de Cássia	2,9284E+14	Zona Rural	373	0,8
BA	Santa Rita de Cássia	2,9284E+14	Zona Rural	136	0,3
BA	Santa Rita de Cássia	2,9284E+14	Zona Rural	574	1,4
BA	Santa Rita de Cássia	2,9284E+14	Zona Rural	490	1,3
BA	Santa Rita de Cássia	2,9284E+14	Zona Rural	5	0,0
BA	Riachão das Neves	2,9262E+14	Zona Rural	333	0,9
BA	Riachão das Neves	2,9262E+14	Zona Rural	408	1,5
BA	Riachão das Neves	2,9262E+14	Zona Rural	18	0,1
BA	Riachão das Neves	2,9262E+14	Zona Rural	332	2,7
BA	Riachão das Neves	2,9262E+14	Povoado Rural	118	329,2
BA	Riachão das Neves	2,9262E+14	Zona Rural	203	1,2
BA	Riachão das Neves	2,9262E+14	Zona Rural	227	1,6
BA	Riachão das Neves	2,9262E+14	Zona Rural	150	0,8
BA	Riachão das Neves	2,9262E+14	Zona Rural	57	0,6
BA	Riachão das Neves	2,9262E+14	Zona Rural	114	1,1
BA	Riachão das Neves	2,9262E+14	Povoado Rural	368	163,1
BA	Angical	2,9014E+14	Zona Rural	543	3,1
BA	Angical	2,9014E+14	Zona Rural	426	5,4
BA	Angical	2,9014E+14	Zona Rural	75	1,0
BA	Angical	2,9014E+14	Zona Rural	-	-
BA	Barreiras	2,9032E+14	Zona Rural	277	2,1
BA	Barreiras	2,9032E+14	Zona Rural	650	2,2
BA	Catolândia	2,9074E+14	Zona Rural	405	2,8
BA	Catolândia	2,9074E+14	Zona Rural	361	2,7
BA	Baianópolis	2,9025E+14	Área Urbana	279	2185,4
BA	Baianópolis	2,9025E+14	Área Urbana	254	514,5
BA	Baianópolis	2,9025E+14	Área Urbana	381	762,6
BA	Baianópolis	2,9025E+14	Área Urbana	572	1065,3
BA	Baianópolis	2,9025E+14	Área Urbana	397	598,5
BA	Baianópolis	2,9025E+14	Zona Rural	59	0,6
BA	Baianópolis	2,9025E+14	Zona Rural	418	6,2
BA	Baianópolis	2,9025E+14	Zona Rural	329	3,5
BA	Baianópolis	2,9025E+14	Zona Rural	175	2,9
BA	Baianópolis	2,9025E+14	Zona Rural	46	1,1
BA	Baianópolis	2,9025E+14	Zona Rural	299	2,8
BA	Baianópolis	2,9025E+14	Zona Rural	318	3,4
BA	Baianópolis	2,9025E+14	Zona Rural	91	2,6

UF	Município	Setor	Situação	População	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
BA	Baianópolis	2,9025E+14	Zona Rural	53	2,5
BA	Baianópolis	2,9025E+14	Povoado Rural	196	366,2
BA	Tabocas do Brejo Velho	2,9309E+14	Área Urbana	502	558,5
BA	Tabocas do Brejo Velho	2,9309E+14	Área Urbana	605	1364,7
BA	Tabocas do Brejo Velho	2,9309E+14	Área Urbana	354	3157,1
BA	Tabocas do Brejo Velho	2,9309E+14	Zona Rural	165	37,3
BA	Tabocas do Brejo Velho	2,9309E+14	Zona Rural	306	8,4
BA	Tabocas do Brejo Velho	2,9309E+14	Zona Rural	977	19,4
BA	Tabocas do Brejo Velho	2,9309E+14	Zona Rural	82	29,2
BA	Tabocas do Brejo Velho	2,9309E+14	Área Urbana	459	4185,2
BA	Tabocas do Brejo Velho	2,9309E+14	Área Urbana	592	530,4
BA	Tabocas do Brejo Velho	2,9309E+14	Zona Rural	5	0,6
BA	Tabocas do Brejo Velho	2,9309E+14	Zona Rural	30	0,4
BA	Tabocas do Brejo Velho	2,9309E+14	Zona Rural	35	0,4
BA	Tabocas do Brejo Velho	2,9309E+14	Zona Rural	159	1,0
BA	Tabocas do Brejo Velho	2,9309E+14	Zona Rural	422	3,7
BA	Tabocas do Brejo Velho	2,9309E+14	Zona Rural	102	0,9
BA	Tabocas do Brejo Velho	2,9309E+14	Zona Rural	348	5,8
BA	Brejolândia	2,9044E+14	Zona Rural	757	9,7
BA	Brejolândia	2,9044E+14	Zona Rural	27	0,9
BA	Brejolândia	2,9044E+14	Zona Rural	250	1,1
BA	Brejolândia	2,9044E+14	Zona Rural	590	12,3
BA	Brejolândia	2,9044E+14	Zona Rural	150	12,0
BA	Brejolândia	2,9044E+14	Zona Rural	206	12,7
BA	Brejolândia	2,9044E+14	Aglomerado Rural	19	8,9
BA	Brejolândia	2,9044E+14	Aglomerado Rural	-	-
BA	Serra Dourada	2,9303E+14	Área Urbana	491	5743,4
BA	Serra Dourada	2,9303E+14	Área Urbana	583	534,3
BA	Serra Dourada	2,9303E+14	Área Urbana	714	540,6
BA	Serra Dourada	2,9303E+14	Área Urbana	1050	1050,1
BA	Serra Dourada	2,9303E+14	Área Urbana	833	207,2
BA	Serra Dourada	2,9303E+14	Área Urbana	939	425,6
BA	Serra Dourada	2,9303E+14	Zona Rural	338	18,0
BA	Serra Dourada	2,9303E+14	Zona Rural	298	7,9
BA	Serra Dourada	2,9303E+14	Zona Rural	361	6,7
BA	Serra Dourada	2,9303E+14	Zona Rural	307	19,5
BA	Serra Dourada	2,9303E+14	Zona Rural	524	35,7
BA	Serra Dourada	2,9303E+14	Zona Rural	301	3,5
BA	Serra Dourada	2,9303E+14	Zona Rural	221	2,6
BA	Serra Dourada	2,9303E+14	Zona Rural	241	2,7
BA	Serra Dourada	2,9303E+14	Zona Rural	268	3,0

Coordenador:

Técnico:

UF	Município	Setor	Situação	População	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
BA	Serra Dourada	2,9303E+14	Zona Rural	570	5,6
BA	Serra Dourada	2,9303E+14	Zona Rural	27	4,5
BA	Santana	2,9282E+14	Zona Rural	136	1,6
BA	Sítio do Mato	2,9308E+14	Área Urbana	651	3852,9
BA	Sítio do Mato	2,9308E+14	Área Urbana	546	3916,5
BA	Sítio do Mato	2,9308E+14	Área Urbana	700	1676,6
BA	Sítio do Mato	2,9308E+14	Área Urbana	407	1518,5
BA	Sítio do Mato	2,9308E+14	Área Urbana	488	775,8
BA	Sítio do Mato	2,9308E+14	Zona Rural	143	0,7
BA	Sítio do Mato	2,9308E+14	Zona Rural	349	1,9
BA	Sítio do Mato	2,9308E+14	Zona Rural	380	3,4
BA	Sítio do Mato	2,9308E+14	Zona Rural	108	0,5
BA	Sítio do Mato	2,9308E+14	Área Urbana	377	1149,8
BA	Sítio do Mato	2,9308E+14	Área Urbana	517	591,2
BA	Sítio do Mato	2,9308E+14	Zona Rural	6	0,1
BA	Sítio do Mato	2,9308E+14	Zona Rural	43	1,8
BA	Bom Jesus da Lapa	2,9039E+14	Zona Rural	266	1,7
BA	Bom Jesus da Lapa	2,9039E+14	Zona Rural	178	1,1
BA	Bom Jesus da Lapa	2,9039E+14	Zona Rural	306	0,7
BA	Bom Jesus da Lapa	2,9039E+14	Zona Rural	361	3,6
BA	Bom Jesus da Lapa	2,9039E+14	Zona Rural	349	2,0
BA	Bom Jesus da Lapa	2,9039E+14	Zona Rural	87	1,1
BA	Bom Jesus da Lapa	2,9039E+14	Zona Rural	291	2,9
BA	Riacho de Santana	2,9264E+14	Zona Rural	333	2,5
BA	Riacho de Santana	2,9264E+14	Zona Rural	580	7,3
BA	Riacho de Santana	2,9264E+14	Zona Rural	227	2,4
BA	Riacho de Santana	2,9264E+14	Zona Rural	247	4,5
BA	Riacho de Santana	2,9264E+14	Zona Rural	288	2,5
BA	Riacho de Santana	2,9264E+14	Povoado Rural	479	70,3
BA	Riacho de Santana	2,9264E+14	Zona Rural	412	4,4
BA	Riacho de Santana	2,9264E+14	Zona Rural	352	4,5
BA	Riacho de Santana	2,9264E+14	Zona Rural	481	6,2
BA	Macaúbas	2,9198E+14	Zona Rural	691	3,9
BA	Igaporã	2,9134E+14	Zona Rural	231	4,5
BA	Igaporã	2,9134E+14	Zona Rural	360	7,8
BA	Caetité	2,9052E+14	Zona Rural	380	2,7
BA	Caetité	2,9052E+14	Zona Rural	308	2,9
BA	Caetité	2,9052E+14	Zona Rural	359	4,3
BA	Caetité	2,9052E+14	Zona Rural	307	4,8
BA	Caetité	2,9052E+14	Zona Rural	16	0,7
BA	Caetité	2,9052E+14	Zona Rural	-	-

UF	Município	Setor	Situação	População	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Área Urbana	663	792,0
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Área Urbana	427	1428,4
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Área Urbana	748	108,9
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Área Urbana	631	246,8
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Área Urbana	901	4009,2
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Área Urbana	527	6078,4
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Área Urbana	660	66,2
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Área Urbana	667	2563,0
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Área Urbana	605	2452,2
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Área Urbana	551	463,2
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	107	5,0
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	520	18,3
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Povoado Rural	527	3302,4
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	416	5,5
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	103	4,9
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Povoado Rural	427	1556,8
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	59	4,2
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	140	6,8
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	52	5,4
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	118	5,3
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	86	10,4
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	47	4,9
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	161	11,3
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	49	3,0
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	206	6,4
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Área Urbana	360	492,2
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Povoado Rural	518	1446,5
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	731	11,8
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Área Urbana	405	838,9
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	537	13,4
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	153	2,4
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	669	3,0
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	353	3,9
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Povoado Rural	95	476,1
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	155	2,3
BA	Livramento de Nossa Senhora	2,9195E+14	Zona Rural	410	3,1
BA	Rio de Contas	2,9267E+14	Zona Rural	11	0,1
BA	Rio de Contas	2,9267E+14	Área Urbana	537	297,6
BA	Rio de Contas	2,9267E+14	Zona Rural	576	5,6
BA	Rio de Contas	2,9267E+14	Zona Rural	365	10,2
BA	Rio de Contas	2,9267E+14	Zona Rural	330	6,0

Coordenador:

Técnico:

UF	Município	Setor	Situação	População	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
BA	Rio de Contas	2,9267E+14	Área Urbana	452	218,1
BA	Jussiape	2,9186E+14	Zona Rural	250	5,4
BA	Jussiape	2,9186E+14	Zona Rural	260	3,9
BA	Jussiape	2,9186E+14	Zona Rural	401	5,8
BA	Jussiape	2,9186E+14	Zona Rural	352	4,6
BA	Jussiape	2,9186E+14	Povoado Rural	128	549,8
BA	Jussiape	2,9186E+14	Povoado Rural	161	1345,3
BA	Jussiape	2,9186E+14	Zona Rural	214	3,5
BA	Jussiape	2,9186E+14	Povoado Rural	118	672,5
BA	Jussiape	2,9186E+14	Povoado Rural	265	915,9
BA	Ibicoara	2,9122E+14	Área Urbana	920	187,2
BA	Ibicoara	2,9122E+14	Zona Rural	450	10,3
BA	Ibicoara	2,9122E+14	Zona Rural	470	3,6
BA	Ibicoara	2,9122E+14	Zona Rural	31	2,5
BA	Ibicoara	2,9122E+14	Área Urbana	212	112,3
BA	Ibicoara	2,9122E+14	Área Urbana	742	138,6
BA	Ibicoara	2,9122E+14	Zona Rural	655	9,5
BA	Ibicoara	2,9122E+14	Zona Rural	95	1,2
BA	Ibicoara	2,9122E+14	Povoado Rural	345	93,4
BA	Ibicoara	2,9122E+14	Zona Rural	202	4,2
BA	Ibicoara	2,9122E+14	Zona Rural	74	1,9
BA	Ibicoara	2,9122E+14	Zona Rural	18	1,4
BA	Ibicoara	2,9122E+14	Zona Rural	56	11,9
BA	Iramaia	2,9143E+14	Zona Rural	47	0,5
BA	Iramaia	2,9143E+14	Zona Rural	47	0,7
BA	Iramaia	2,9143E+14	Zona Rural	36	0,4
BA	Iramaia	2,9143E+14	Zona Rural	41	0,3
BA	Iramaia	2,9143E+14	Área Urbana	172	385,1
BA	Iramaia	2,9143E+14	Zona Rural	300	1,9
BA	Iramaia	2,9143E+14	Zona Rural	66	0,4
BA	Iramaia	2,9143E+14	Zona Rural	173	2,5
BA	Iramaia	2,9143E+14	Povoado Rural	265	212,9
BA	Iramaia	2,9143E+14	Zona Rural	63	1,1
BA	Marcionílio Souza	2,9208E+14	Zona Rural	16	0,4
BA	Marcionílio Souza	2,9208E+14	Povoado Rural	178	2208,9
BA	Marcionílio Souza	2,9208E+14	Zona Rural	57	0,4
BA	Marcionílio Souza	2,9208E+14	Zona Rural	55	0,6
BA	Marcionílio Souza	2,9208E+14	Zona Rural	18	0,4
BA	Marcionílio Souza	2,9208E+14	Zona Rural	2	0,1
BA	Maracás	2,9205E+14	Zona Rural	179	2,0
BA	Maracás	2,9205E+14	Zona Rural	15	2,2

UF	Município	Setor	Situação	População	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
BA	Maracás	2,9205E+14	Zona Rural	340	2,9
BA	Maracás	2,9205E+14	Zona Rural	184	1,4
BA	Maracás	2,9205E+14	Zona Rural	16	0,7
BA	Maracás	2,9205E+14	Zona Rural	5	0,4
BA	Planaltino	2,9249E+14	Área Urbana	535	1162,2
BA	Planaltino	2,9249E+14	Área Urbana	716	679,3
BA	Planaltino	2,9249E+14	Área Urbana	464	533,2
BA	Planaltino	2,9249E+14	Zona Rural	96	1,1
BA	Planaltino	2,9249E+14	Zona Rural	170	1,7
BA	Planaltino	2,9249E+14	Zona Rural	289	2,8
BA	Planaltino	2,9249E+14	Área Urbana	360	1058,4
BA	Planaltino	2,9249E+14	Zona Rural	21	5,3
BA	Planaltino	2,9249E+14	Zona Rural	282	6,1
BA	Planaltino	2,9249E+14	Zona Rural	286	3,0
BA	Planaltino	2,9249E+14	Zona Rural	227	2,0
BA	Planaltino	2,9249E+14	Área Urbana	246	585,2
BA	Planaltino	2,9249E+14	Zona Rural	160	1,7
BA	Planaltino	2,9249E+14	Zona Rural	136	1,4
BA	Planaltino	2,9249E+14	Zona Rural	36	0,5
BA	Irajuba	2,9142E+14	Zona Rural	423	9,1
BA	Nova Itarana	2,9228E+14	Área Urbana	539	957,6
BA	Nova Itarana	2,9228E+14	Área Urbana	607	601,7
BA	Nova Itarana	2,9228E+14	Área Urbana	348	659,2
BA	Nova Itarana	2,9228E+14	Zona Rural	49	0,7
BA	Nova Itarana	2,9228E+14	Zona Rural	44	0,8
BA	Nova Itarana	2,9228E+14	Zona Rural	235	4,5
BA	Nova Itarana	2,9228E+14	Zona Rural	78	1,1
BA	Nova Itarana	2,9228E+14	Zona Rural	87	2,2
BA	Nova Itarana	2,9228E+14	Zona Rural	259	2,7
BA	Brejões	2,9043E+14	Zona Rural	53	1,3
BA	Brejões	2,9043E+14	Zona Rural	203	4,5
BA	Milagres	2,9213E+14	Zona Rural	529	6,1
BA	Milagres	2,9213E+14	Zona Rural	409	3,9
BA	Milagres	2,9213E+14	Zona Rural	109	3,7
BA	Milagres	2,9213E+14	Zona Rural	667	11,3
BA	Itatim	2,9169E+14	Zona Rural	356	7,1
BA	Itatim	2,9169E+14	Zona Rural	354	2,5
BA	Itatim	2,9169E+14	Zona Rural	39	2,5
BA	Santa Teresinha	2,9285E+14	Área Urbana	566	2364,2
BA	Santa Teresinha	2,9285E+14	Área Urbana	432	1945,5
BA	Santa Teresinha	2,9285E+14	Zona Rural	345	12,9

UF	Município	Setor	Situação	População	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
BA	Santa Teresinha	2,9285E+14	Zona Rural	74	1,7
BA	Santa Teresinha	2,9285E+14	Zona Rural	92	3,0
BA	Santa Teresinha	2,9285E+14	Zona Rural	162	6,2
BA	Santa Teresinha	2,9285E+14	Zona Rural	310	5,1
BA	Santa Teresinha	2,9285E+14	Zona Rural	280	3,0
BA	Santa Teresinha	2,9285E+14	Zona Rural	143	3,8
BA	Santa Teresinha	2,9285E+14	Zona Rural	122	2,2
BA	Santa Teresinha	2,9285E+14	Área Urbana	252	1661,2
BA	Santa Teresinha	2,9285E+14	Área Urbana	585	2450,1
BA	Castro Alves	2,9073E+14	Povoado Rural	151	403,9
BA	Castro Alves	2,9073E+14	Zona Rural	168	1,4
BA	Castro Alves	2,9073E+14	Zona Rural	89	1,2
BA	Castro Alves	2,9073E+14	Zona Rural	534	13,5
BA	Castro Alves	2,9073E+14	Zona Rural	36	0,6
BA	Castro Alves	2,9073E+14	Povoado Rural	302	806,2
BA	Castro Alves	2,9073E+14	Zona Rural	89	1,5
BA	Castro Alves	2,9073E+14	Zona Rural	-	-
BA	Castro Alves	2,9073E+14	Zona Rural	-	-
BA	Castro Alves	2,9073E+14	Zona Rural	-	-
BA	Castro Alves	2,9073E+14	Zona Rural	440	12,5
BA	Castro Alves	2,9073E+14	Zona Rural	139	2,5
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Área Urbana	744	693,1
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Área Urbana	515	1364,7
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Área Urbana	838	972,4
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Área Urbana	533	1428,8
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Área Urbana	742	4059,7
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Área Urbana	509	4744,1
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Área Urbana	220	1726,0
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Área Urbana	541	2898,8
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Povoado Rural	886	610,4
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Zona Rural	167	49,5
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Zona Rural	406	97,2
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Zona Rural	184	29,7
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Zona Rural	500	88,9
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Zona Rural	456	79,7
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Zona Rural	465	48,0
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Zona Rural	370	93,3
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Área Urbana	228	263,0
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Área Urbana	576	3958,0
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Área Urbana	494	3593,6
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Zona Rural	123	30,0

UF	Município	Setor	Situação	População	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Área Urbana	587	802,5
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Zona Rural	350	16,4
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Zona Rural	179	18,0
BA	Sapeaçu	2,9296E+14	Zona Rural	638	61,7

Fonte: Trabalho de campo, Ecology Brasil, maio/ junho 2013

6.4.1.2.8 - Fluxos Migratórios na All

Para a análise dos fluxos migratórios na All do empreendimento, consideraram-se os dados do censo 2010 do IBGE a respeito dos locais de origem da população que migrou para os municípios em estudo. As informações de bases públicas a respeito dos principais destinos de migração da população destes municípios somente estavam disponíveis em micro dados, cujo processo de obtenção não se adequou ao cronograma de elaboração do presente estudo. Ainda levando em conta a riqueza dos dados primários para a compreensão das dinâmicas regionais que levam esta população a procurar meios de vida fora de seus locais de moradia, optou-se por trabalhar com as informações levantadas durante o trabalho de campo para a análise dos principais destinos dos fluxos migratórios na All bem como as possíveis causas dessa migração.

A maior parte dos moradores da All nasceu no mesmo município ou UF em que vive. A All Extremo Oeste Baiano, contudo, apresenta números um pouco mais elevados que a média de habitantes naturais de outros municípios e/ou UF. O **Quadro 6.4.1-23** ilustra os dados e o **Anexo 6.4.1-12** contém informações sobre todos os municípios que compõem a All.

Quadro 6.4.1-23 - População por Naturalidade e Nacionalidade.

Local	Total	Naturais do Município	Não naturais do Município	Naturais da Unidade da Federação	Não Naturais da Unidade da Federação	Brasileira - por Naturalização	Estrangeira
All Metropolitana de Salvador	41.993	34.634	7.359	41.208	785	0	0
All Centro Norte Baiano	24.170	18.310	5.860	23.598	572	0	0
All Centro Sul Baiano	332.508	271.081	61.427	322.621	9.887	11	27
All Vale São Franciscano da Bahia	75.530	53.907	21.623	70.777	4.753	0	27
All Extremo Oeste Baiano	281.519	194.149	87.370	252.637	28.882	41	70
All Sul Maranhense	94.294	62.639	31.655	80.316	13.978	44	5
All Sudoeste Piauiense	64.322	53.209	14.673	62.375	5.507	3	32
All Oriental do Tocantins	17.830	10.708	7.122	14.515	3.315	0	1
All Ocidental do Tocantins	35.877	18.609	17.268	26.229	9.648	12	0
Total All	968.043	717.246	254.357	849.276	77.327	111	162
BAHIA	14.016.906	9.983.029	4.033.877	13.125.574	891.332	3.173	10.045
MARANHÃO	6.574.789	4.540.202	2.034.587	6.071.847	502.942	469	1.078
PIAUI	3.118.360	2.305.334	813.026	2.850.458	267.902	138	343
TOCANTINS	1.383.445	673.674	709.771	948.037	435.408	292	477

Fonte: Censo 2010 - IBGE - Tabela 1497 e 1505 SIDRA

Além do Oeste Baiano, de acordo com informações dos gestores municipais, os municípios da All situados nos estados de Tocantins, Maranhão e Piauí se destacam pela vinda de imigrantes de outros estados, sobretudo da região Sul do país, impulsionada pelo agronegócio ligado à produção de grãos para exportação. O **Quadro 6.4.1-24**, traz os dados referentes ao local de nascimento dos habitantes de cada All Mesorregional.

Quadro 6.4.1-24 - População Residente por Local de Nascimento Segundo Unidade de Referência.

Brasil, UF, All mesorregionais e Municípios	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	País estrangeiro
All Metropolitana de Salvador	0	41.412	443	70	39	30	0
All Centro Norte Baiano	0	23.743	323	24	28	54	0
All Centro Sul Baiano	67	324.097	6.719	734	446	403	38
All Vale São-Franciscano da Bahia	17	72.211	2.182	250	741	100	27
All Extremo Oeste Baiano	624	264.448	4.387	3.144	7.615	1.188	112
All Sul Maranhense	2.494	86.301	1.026	2.458	1.482	482	49
All Sudoeste Piauiense	68	31980	231	68	864	6	21
All Oriental do Tocantins	11.703	1.357	255	238	502	61	1
All Ocidental do Tocantins	26.900	5.388	1.014	222	2.177	163	12

Fonte: Censo 2010 - IBGE - Tabela 631 SIDRA

Em relação aos municípios que apresentam elevado número de habitantes oriundos de outras regiões, destaca-se o caso daqueles pertencentes aos grupos mesorregionais do Tocantins. Como pode ser visto no **Quadro 6.4.1-24**, a maior parte da população que reside nesses municípios é proveniente da região Norte. Isso se deve à fundação do estado do Tocantins, criado em 1988, originalmente parte do estado de Goiás. A criação do novo estado abriu postos de trabalho na administração pública, além de ter impulsionado o desenvolvimento territorial e econômico de seus municípios.

A maior concentração de pessoas nascidas em outros países, entre os grupos mesorregionais analisados, está na All Extremo Oeste Baiano, a maior parte deles vivendo no município de Barreiras. Este dado confirma a posição deste município como importante centro urbano e econômico da região oeste da Bahia, consistindo-se em polo de atração populacional. As informações de população residente por local de nascimento para todos os municípios da All encontram-se no **Anexo 6.4.1-13**.

O visível aquecimento econômico deste município demanda a importação de mão de obra qualificada de diversas regiões do país. Observa-se também a migração sazonal de população dos municípios de sua ampla área de influência para lavouras e usinas de beneficiamento de algodão e cana-de-açúcar em Barreiras/BA e Luis Eduardo Magalhães/BA. Nesse contexto, destacam-se os municípios que integram a All Centro Sul Baiano, onde uma intensa dinâmica de evasão explica-se pela busca de melhores condições de trabalho, assistência em saúde, educação universitária, e atividades de comércio e consumo.

No sentido contrário a esse vetor migratório, tal como informado por gestores públicos municipais, a população rural da região polarizada por Barreiras/BA que não é absorvida pelo agronegócio local, mantém rotas de migração, sazonal ou permanente para as regiões Sudeste e Centro-Oeste do país. A colheita da cana em áreas no estado de São Paulo representa um importante fator de atração desta população. Estes fluxos se repetem em grande parte dos municípios baianos localizados no trecho entre Barreiras e Ibicoara.

Outro movimento de migração identificado na All é motivado pelas possibilidades de trabalho no comércio, em empresas e na construção civil. Os principais municípios que recebem essas demandas, seja de forma ocasional ou permanente, são: Salvador, Vitória da Conquista, Barra da Estiva, Jequié, Barreiras, Feira de Santana, Maracás, Amargosa, Livramento de Nossa Senhora, Brumado, Rio de Contas, Ibicoara, Itaberaba, e Jaguaquara.